



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

CLEIDINALVA CARNEIRO DA SILVA

***CANAÃ E TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA: DOIS MOMENTOS DE
REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO BRASIL***

Salvador
2009

CLEIDINALVA CARNEIRO DA SILVA

CANAÃ E TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA: DOIS MOMENTOS DE REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos Mestrado e Doutorado como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Dra. Florentina da Silva Souza

Salvador
2009

- S00 Silva, Cleidinalva Carneiro da.
Canaã e triste fim de Policarpo Quaresma: dois momentos de representações do negro no Brasil / por Cleidinalva Carneiro da Silva. - 2009.
133f
- Orientador : Prof^a. Dr^a. Florentina da Silva Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
1. Aranha, Graça, 1868-1931 – Canaã. 2 . Barreto, Lima, 1881-1922 – Triste Fim de Policarpo Quaresma. 3. Aranha, Graça, 1868-1931 – Personagens - Negros. 4. Barreto, Lima, 1881-1922 – Personagens - Negros. 5. Negros na literatura. 6. Literatura e sociedade - Brasil. I. Silva, Florentina Souza da. II.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Valdeci, que sempre me incentivou nos meus momentos de desespero e riu junto comigo nas minhas conquistas;

A Rafa pelo olhar crítico;

A Rafael pelas vezes que precisei dos livros da UEFS no seu cartão;

A minha orientadora Florentina, pelo respeito, carinho e cuidado;

E a todos que, de modo geral, estiveram presentes nesse processo.

MENSAGEM

Benedictus dominus Deus noster

Qui dedit nobis signum

“O entendimento dos símbolos e dos rituais ‘simbólicos’ exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos, e ele, um morto para os símbolos.

A primeira é a simpatia. Não direi a primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe a interpretar. A atitude cauta, a irônica, a deslocada – todas elas privam o intérprete da primeira condição de interpretar.

A segunda é a intuição. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe, porém não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

A terceira é a inteligência. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutra nível o símbolo; tem, porém, que fazê-lo depois que, no fundo é o mesmo. Não direi erudição, como poderia no exame dos símbolos, é o de relacionar o que está no alto, o que está de acordo com a relação do que está embaixo. Não poderá fazer isso se a simpatia não o tiver lembrado essa relação, se a intuição não a tiver estabelecido. Então a inteligência, de discursiva, que naturalmente é, se torna analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

A quarta é a compreensão, entendendo por esta palavra o conhecimento de outras matérias, que permitam que símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionado com vários outros símbolos, pois que, no fundo, é o mesmo. Não direi erudição, como poderia ter dito, pois a erudição é uma soma, nem direi cultura, pois a cultura é uma síntese, e a compreensão é uma vida. Assim certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou no mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

A quinta é menos definível. Direi talvez falando a uns, que é a graça, falando a outros, que é a mão do superior incógnito, falando a terceiros que é o conhecimento e conversação do santo anjo da guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são as mesmas da maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo.

(Fernando Pessoa, *Tabacaria e outros poemas*, 1996).

RESUMO

Este estudo busca analisar as representações sociais dos negros em duas obras literárias – *Canaã e Triste Fim de Policarpo Quaresma*. As duas narrativas traduzem momentos de mudanças significativas para a sociedade brasileira, entre elas: a adaptação da população negra ao pós-abolição, as mudanças impostas pela proclamação da República, a adesão de muitos intelectuais a teorias científicistas. Estas teorias hierarquizaram as raças em superiores e inferiores. Nesta idealização da pirâmide étnica das sociedades, a raça branca estava no topo enquanto a negra encontrava-se na base, posto que era considerada a mais inferior e incapaz. Tais pressupostos foram responsáveis por diminuir ainda mais o negro do seu potencial humano e demarcarem seu lugar na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. O texto literário não está desvinculado do contexto maior em que ele se insere que a “interpretação da sociedade”, de modo que a análise dos personagens acontece considerando a interação entre os personagens e o meio social. O trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro um breve panorama sobre a vida dos autores e os demais, discutem a condição do negro na sociedade brasileira, a influência dos pressupostos científicos, políticos e econômicos na formação do imaginário sobre estes personagens .

ABSTRACT

This study try to analyze the social representations of the blacks in two works of literature – *Canaã* and *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. The two narratives show moments of significant changes for the Brazilian society, among then: the adaptation of the black population to the post abolition, the changes imposed by the republic proclamation, the adhesions of many intellectuals to the scientific theories. These theories changed the races in superior and inferior. In this idealization of the ethnic pyramid of the society, the white race was in the top while the balck race was in the base, part that was considered inferior and incapable. These presuppositions were responsible for decreasing much more the black for his men power and determined his place in the Brazilian society in the end of the XIX century and the beginning of the XX Century. The literary text isn't separated for the biggest context that it is inserted the "interpretation of the society", in a way that the analysis of the characters happen considering the interaction between the characters and social environment. The paper is divided in three chapters, the first one is a brief out look about the life of the authors and the others, survey the condition of the black in the Brazilian society, the influence of the scientifics, politicals and economicals presuppositions in the formation of the imaginary about these characters.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Mensagem

Resumo

Abstract

Introdução

Capítulo I - Os escritores Lima Barreto e Graça Aranha e a política cultural da época.

1.1 Lima Barreto: o jornalista literato	15
1.2 Lima Barreto e a crítica	19
1.3 Graça Aranha: o viajante escritor	29
1.4 Graça Aranha e a Academia Brasileira de Letras.....	32
1.5 Graça Aranha e o movimento modernista	35
1.6 Graça Aranha e Lima Barreto: dois olhares um só objeto	39
1.7 Graça Aranha e Lima Barreto: dois intelectuais de fim de século	45

Capítulo II – O contexto histórico e os personagens negros de *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*

2.1 A invisibilidade do negro em <i>Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma</i> ..	54
2.1.1 <i>Canaã</i>	54
2.1.2 <i>Triste fim de Policarpo Quaresma</i>	56
2.1.3 A questão nacional em <i>Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma</i>	59
2.2 O panorama pós-abolição da escravidão	61
2.3 O impacto das teorias raciológicas nas representações literárias do final do século XIX	73
2.4 A conjuntura política da imigração europeia do Brasil em fim de século XIX e início do século XX	82

Capítulo III - A relação dialética entre os personagens de *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma* e as representações.

3.1 Representação Social: um instrumento de análise do negro no universo político brasileiro do início do século XX.	90
---	----

3.2 O papel do Estado brasileiro, no final do século XIX e início do XX, em relação a algumas políticas públicas relativas ao negro representado em <i>Canaã</i> e <i>Triste fim de Policarpo Quaresma</i>	106
3.3 A força da subjetividade na formação do imaginário social	114
Considerações finais	125
Referências bibliográficas	127

INTRODUÇÃO

A motivação para iniciar esta pesquisa surgiu quando comecei um curso pela internet oferecido pela *Ágere* (cooperação em advocacia) e a Faculdade FINOM sobre *História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. A partir de então, senti necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre África e história afro-brasileira. Foi então que iniciei uma especialização em *Metodologia do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio*. Logo depois, ingressei no mestrado do *Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos*.

Paralamente aos estudos sobre história, trabalhava como professora de gramática e literatura do ensino médio. Foi no exercício de minha profissão, que passei a pensar a literatura brasileira e a relação com a cultura e histórias afro-brasileira e africana. Como acontece com a maioria absoluta dos livros didáticos, a história da literatura nacional está dividida em blocos, as chamadas “escolas literárias” e foi a partir dessa divisão que comparei os escritores “pré-modernistas” - assim considerados pelos autores dos manuais – Graça Aranha e Lima Barreto.

Da comparação dos dois escritores me chamou a atenção a maneira como os personagens negros* eram representados nas duas obras, ambas publicadas pós abolição da escravidão. Dessa forma, surgiu a idéia de fazer um estudo mais aprofundado sobre as obras que resultou nesta dissertação de mestrado e a necessidade de conhecer mais sobre o período em que as obras estavam inseridas.

No universo literário do Brasil dos fins do século XIX e início do século XX, viviam-se momentos importantes para História da Literatura Brasileira. O quadro de intelectuais brasileiros contava com nomes como: José Veríssimo, Aluísio Azevedo, Raul Pompéia, Adolfo Caminha, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Maria Firmina dos

* Na caracterização do IBGE, encontra-se a descrição branco, preto, pardo e indígena referindo-se às etnias brasileiras . O narrador de *Canaã*, usa a expressão preto, cafuzo ou mulato; há momentos em que um mesmo personagem é denominado cafuzo e preto, indistintamente. No romance de Lima Barreto, as expressões usadas são preto e às vezes crioulo. Durante todo o trabalho, será usada a expressão negro para se referir aos descendentes de africanos. A escolha da expressão está apoiada no uso que alguns autores usados nesta dissertação fazem da expressão, como por exemplo: Giralda Seyfert, Lilia Moritz Schwarcz, Wlamyra de Albuquerque e Walter Fraga Filho.

Reis. Estes literatos apresentaram propostas estéticas e de representação literária da sociedade brasileira, umas diferentes das outras.

Os escritores Graça Aranha e Lima Barreto, apesar de serem contemporâneos da maioria dos intelectuais acima citados, se destacam pelo fato de transformarem os acontecimentos de seu tempo em enredos para seus romances, contos e crônicas. Alguns críticos, a exemplo de Alfredo Bosi, considera-os como pré-modernistas, por estes não se enquadrarem nos padrões literários dominantes na época e por terem antecipado alguns aspectos que seriam os pilares da Semana de Arte Moderna.

Creio que se pode chamar de pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos de 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza nossa realidade social e cultural.

Caberia ao romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e a vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as águas estagnadas da *bella époque*, revelando antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional¹.

Independente de como os dois escritores são vistos pela crítica, o que se discutiu nesta dissertação foi a representação sócio-literária do negro através nos romances *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A escolha dos textos se deu pelo fato de ambas as publicações estarem inseridas em um contexto histórico em que as discussões sobre raça e racismo estavam em pleno vigor. (*Canaã* foi publicado em 1902 e *Triste fim de Policarpo Quaresma* em 1911). As obras tematizam a questão racial, no entanto, nos dois textos este não é o eixo principal da narrativa. O enredo de *Canaã* está centrado na questão da imigração estrangeira e *Triste fim de Policarpo Quaresma* trabalha com o ultra-patriotismo a partir do qual discute questões políticas, sociais e culturais. A questão étnica nas duas obras são temas secundários.

A maioria dos negros – que é o foco principal deste estudo – por não ocuparem lugar de destaque nas narrativas, aparecem nas cenas de maneira rápida. Dessa forma, há momentos em que alguns trechos dos dois romances são analisados mais de uma vez, o que dá a impressão de repetição, entretanto apresentam objetivos diferentes.

¹ BOSI, 1999, p. 306

No rastreamento da fortuna crítica, estabeleceu-se um paradoxo: de um lado uma vasta produção sobre Lima Barreto nos mais variados campos do conhecimento; do outro extremo, estava a dificuldade de se encontrar material sobre Graça Aranha. Muitos críticos literários que faziam referência ao autor, o fazem de maneira rápida e em algumas circunstâncias as informações não condizem com história de vida do escritor.

Este texto está distribuído em três capítulos, os quais estão organizados da seguinte forma: no capítulo I são apresentados os escritores, alguns dados biográficos, formação escolar, relações sociais de ambos. “Graça Aranha nasceu sob regime imperial-escravista, num ambiente impregnado por idealizações românticas e morreu na Segunda República rompendo com a Academia (...)” (AZEVEDO, 2002). No romance de estréia de Graça Aranha, “havia uma rara consciência crítica dos problemas raciais, sociais e morais do povo brasileiro. (PAES, 1992). Lima Barreto, hoje considerado um dos grandes nomes das letras brasileiras, enveredou na “vida de escritor” muito cedo. “Para melhor caracterizar o período que Lima Barreto iniciou nas letras, não deve ser esquecido a outra extremidade: os nefelibatas. (...) Em contraste com o espírito da época, apareceu *A Floreal*, pequena revista que Lima Barreto lançou em fins de 1907.” (BARBOSA, 2003). “Por não comungar com os valores vigentes, sua obra é ora ignorada ora criticada condenado-a ao desprestígio. O autor tinha consciência do hermetismo que havia entre os críticos literários.” (MARTHA, 2000). Mesmo consciente da barreira que se formava ao redor do seu trabalho, o escritor nunca deixou o silêncio imperar. Os jornais e revistas para os quais Lima Barreto escrevia tinham algo em comum: todos apresentavam uma preocupação com as questões sociais e o agravamento das desigualdades nas cidades, em especial o Rio de Janeiro. (RESENDE, 2004)

No capítulo II, sentiu-se a necessidade de analisar o momento sócio-histórico pelo qual passava o país e mostrar como este contexto está presente na escrita dos autores. O fim da escravidão no Brasil foi um acontecimento que contou com a participação de vários setores da sociedade, inclusive com os próprios escravos. “Estudos recentes demonstram que os escravos tomaram iniciativas que aceleraram o fim da escravidão, como fugas, a formação de quilombos, e a rebeldia cotidiana.” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006). “Ao iniciar-se a década de 80, o abolicionismo entrou numa fase insurrecional. A princípio de forma quase espontânea, depois e forma organizada”

(COSTA, 2001). Em meio às discussões provocadas pelo fim da escravidão, intensificaram-se estudos sobre raça alimentados pelas teorias científicas que chegaram ao Brasil. "Na opinião de certos viajantes europeus, uma sociedade de raças cruzadas, na visão de intelectuais nacionais; de fato era como uma nação multiétnica que o país era reconhecidamente representado".(SCHWARCZ, 1993). As teorias raciais "categorizaram as raças e colocaram o negro na condição de absoluta inferioridade e não resistiria diante das outras raças. (SKIDMORE, 1976). O negro era considerado "virtualmente incapaz de avanço intelectual e de chegar à civilização européia, o negro era considerado um elemento subjugado na sociedade brasileira. (BROOKSHAW,1983). Ainda no final do século XIX, outra decisão política veio somar-se às ideologias das teorias raciológicas que era a política de imigração européia. "curiosamente, um ano antes da assinatura da Lei Áurea e até o fim da I Grande Guerra intensificou-se a entrada no país, com subsídio do Estado, de alemães, italianos e portugueses. (SODRÉ, 1999). "Conjuga-se o verbo substituir (a mão de obra escrava pelo trabalho livre) e mantém a exclusão dos nacionais. (SEYFERT, 2002). Os autores citados e outros pesquisados foram importantes para entender como o negro está representado nas duas obras. Os dois romances estão inseridos no período considerando o impacto das teorias raciológicas do final do século XIX no Brasil e as implicações que a política de imigração européia trouxeram para população negra. Portanto, este capítulo irá contextualizar histórica, social e politicamente a análise das duas obras.

Finalmente, o terceiro capítulo discute as influências das representações sociais na construção de uma "identidade nacional" ou como esta se faz presente no inconsciente coletivo de um povo. "Representações Sociais entendemos como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. (MOSCOVICI, 2003) A comunicação entre os indivíduos acaba por criar "uma forma de conhecimento socialmente elaborada partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2001). "Ela reflete como indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais constroem seu conhecimento a partir de sua inscrição social cultural, etc. (ARRUDA, 2002). Como já foi dito, a representação dá-se por meio de uma relação dialética, mediada, no mínimo, pela caracterização e posição de quem representa o outro.(ARNT,?) "Pensando na transitividade das representações sociais, não há dúvidas de que, estando situada na interface dos fenômenos individual e coletivo, esta noção

tem, a vocação de interessar a todas ciências humanas”. (SPINK, 1993) A mobilidade das representações é possível porque “(...) as coisas aproximam-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam as extremidades de umas designam o começo da outra.” (FOUCAULT, 1985). A literatura “toca nas bordas” de outras áreas do saber, uma vez que ela “ confirma um consenso, mas produz também a dissensão, o novo, a ruptura. Segundo o modelo militar de vanguarda, ela precede o movimento, esclarece o povo”. (COMPAGNON, 2001)

Nesta etapa da pesquisa, foi feita uma análise dos personagens das obras a partir das representações sociais. Foi levada em consideração a relação construída dos personagens com o meio social em que estavam inseridos. Esta relação cria uma forma de conhecimento sobre determinado grupo social, neste caso, a forma como o negro era representado no final do século XIX e início do século XX. Assim, tentou-se mostrar como as representações estão presentes na construção de uma sociedade, de modo a influenciar nas decisões políticas direcionadas a um grupo social; desse modo, algumas políticas relativas aos negros, representados nos romances em estudo, foram analisadas. Além da representação social usada nesta análise, considerou-se também a subjetividade como um fenômeno presente na formação do imaginário social brasileiro sobre o negro no final do século XIX e início do XX.

Esta dissertação tentou mostrar que os dois romances em estudo subvertem a construção social ao rasurar o modelo de nação idealizado. Em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a sociedade é representada sobre outra perspectiva, uma vez que o olhar dos escritores denuncia condições sócio-políticas de uma nação fictícia, a qual, diferente do modelo europeizado a que foi idealizada, abriga no seu interior indivíduos que não desfrutam dos privilégios que a mesma nação oferece.

Há momentos nos quais se percebe que os narradores acabam por serem traídos pelas ideologias raciais da época; desse modo, apesar da voz do narrador apresentar as mazelas desse sistema desigual, encontram-se, através dos ecos e ressonância presentes no texto escrito, resquícios de elementos que colocam os dois escritores em consonância com o discurso ainda racializado de uma sociedade em transformação: a sociedade brasileira do início do século XX.

Ao longo do trabalho, percebeu-se que Graça Aranha e Lima Barreto ainda que vivendo em um contexto histórico comum, falaram sobre Brasis diferentes; os autores mostraram ao mundo aspectos diversos de um povo que habita o mesmo território. Nesta comparação, há momentos em que as posturas dos escritores aproximam-se; outras vezes, percebe-se um abismo separando uma e outra.

CAPÍTULO I – OS ESCRITORES GRAÇA ARANHA E LIMA BARRETO E A POLÍTICA CULTURAL DA ÉPOCA. *

1.1 Lima Barreto: o jornalista literato

Numa sexta-feira, 13 de maio de 1881, nasce Afonso Henrique de Lima Barreto, o mais velho de quatro filhos do casal João Henrique de Lima Barreto e Amália Augusta.

Os pais do escritor eram mulatos, a avó materna do Lima Barreto havia sido trazida da África para o Brasil em um navio negreiro. Criada como agregada da família Pereira de Carvalho, Amália recebera educação fina e se formara professora primária. Após vários anos adoentada, Amália morre em 1887, vítima de uma tuberculose. Sozinho, João fica com quatro filhos para criar;² trabalhava como tipógrafo em um jornal do Partido Liberal, que defendia a abolição da escravidão. Depois do jornal, passa a trabalhar na Imprensa Nacional. Para o jovem João, a abolição seria a principal vitória para vencer o preconceito racial.

Por acreditar nas mudanças que ocorreriam no Brasil a partir da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, aniversário do então garotinho Lima, João vai às ruas da capital para junto com os demais comemorar o tão sonhado momento. Para o futuro escritor morador da grande cidade, na qual a maior parte dos negros já era livre àquela data, a condição de escravo não era algo comum à sua realidade, mas como o próprio afirmará mais tarde, em 1911, em uma crônica do jornal Gazeta da Tarde, aquele dia e os que se seguiram ficaram registrados como os mais felizes momentos que o autor viveu:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou a casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia dos teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso à janela do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas o souberam. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas...

Fazia sol e era claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-se uma visão da vida inteiramente festa e harmonia³

* Este capítulo mostrou-se necessário, uma vez que algumas informações sobre os autores, o contexto social em que estavam inseridos, a formação dos mesmos, ajudaram no desenvolvimento dos capítulos seguintes.

² BARBOSA, 2003, p. 36.

³ RESENDE, 2004, p. 77.

Alguém que, além de mulato, tem como data de aniversário um dia tão significativo para a história do Brasil : a comemoração do evento da abolição, mesmo que na época não tivesse consciência da dimensão do acontecimento, não poderia deixar que tal coincidência fosse um fato desimportante em sua carreira como escritor. Assim, a palavra de Lima Barreto traz à tona o ser negro, as conquistas, as barreiras, a militância; marcas que por si só falam pelo escritor e por uma parcela da sociedade brasileira que ainda continua a lutar por ideais.

Lima Barreto aprendeu as primeiras letras com a mãe, depois foi para a escola primária pública. Com os estudos custeados pelo padrinho, o Visconde de Ouro Preto, o garoto passa a estudar no Liceu Popular Niteroiense, uma das melhores referências em educação da época. Com os esforços do seu pai para mantê-lo nos cursos preparatórios, Lima entra para a escola Politécnica. Mesmo fazendo o curso de engenharia, o estudante não se desprende de leituras de filosofia, literatura e ciências humanas. É justamente nesse período que começa o casamento de Lima Barreto com o mundo das letras; o futuro escritor torna-se colaborador do jornal de estudantes *A Lanterna*. A veia satírica começa a se manifestar, nos seus textos, o jornalista iniciante critica o ambiente acadêmico, em especial a empáfia dos lentes. As críticas sarcásticas dos textos fazem os holofotes se voltarem para o jovem tímido e retraído. Ainda na Politécnica, Lima Barreto vive mais intensamente a discriminação por ele ser mulato e pobre. Sem dúvidas ele era diferente, filho do almoxarife da Colônia dos Alienados em meio a colegas que estudaram em Paris, filhos de personalidades importantes da época.⁴

Em 1902, João Henrique enlouquece e Lima Barreto, como filho mais velho, assume as responsabilidades da família. A vida do estudante mudara completamente de uma hora para outra, tivera que abandonar a Escola Politécnica devido às novas competências que a infeliz vida lhe impusera. Assim, por forças das circunstâncias, faz o concurso para amanuense da Secretaria da Guerra e é chamado para assumir o posto. Frequentava os cafés nos quais manteve e criou amizades com o meio intelectual da sociedade carioca. Foi por meio destas amizades que começou sua carreira jornalística, escrevendo para instituições como *Revista Época*, 1902, *Correio da Manhã*, 1903. Segundo seu biógrafo de maior expressão, Francisco Assis Barbosa, “Lima Barreto não aceitava a vida

⁴ RESENDE, 2004, p. 113

mediocre em que vivia”; não aceitava morar no subúrbio onde seu nível intelectual estava muito acima do da maioria da população. É neste período que o funcionário público começa a pensar em seguir carreira literária.

Na América Latina, em especial no Brasil, na segunda metade dos anos de mil e oitocentos, a condição de escritor impunha respeito e prestígio, por isso foi uma posição cobiçada por muitos filhos da classe média e muitas vezes da classe baixa como uma forma de ascenderem socialmente. A história da literatura brasileira pós-romantismo fornece uma idéia de como essa tradição foi comum à realidade brasileira. Até o Romantismo, a maior parte dos escritores pertencia a famílias abastadas e de tradição, como Fagundes Varela, Castro Alves, Alencar. A partir da segunda metade do século XIX, no Brasil, tem-se outra configuração da classe social dos nossos literatos, ou, pelos menos, um outro perfil. Seria a vez do filho de um pintor de paredes como Machado de Assis, Cruz e Souza, filho de um ex-escravo, Aloísio Azevedo, Maria Firmina dos Reis, uma mulata bastarda, Lima Barreto, filho de almoxarife.⁵

O círculo de editoras do período era muito fechado, o que dificultava o ingresso de um escritor novo, como Lima Barreto no cenário literário; era mais difícil ainda se este artista fosse pobre e não pudesse contar com o apadrinhamento de pessoas influentes. Assim sendo, Lima Barreto resolve lançar uma revista – *Floreal* - com o objetivo maior de criar um espaço para publicar suas produções, já que havia se desvinculado da revista *Fon- Fon*, de grande prestígio na época, mas na qual Lima sentia-se discriminado.⁶

Foi através da revista *Floreal* que Lima Barreto começa a publicar pela primeira vez *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*. Parece que o destino da revista estava fortemente ligado à semântica do nome, pois como uma flor, teve vida efêmera, um ano depois, ainda no quarto número, a revista chega ao fim. Começa aí mais uma etapa difícil na vida do escritor. Qual veículo anunciaria ao mundo sua arte? O amanuense entra num período de profundo desencanto, como afirma seu biógrafo: julga-se só, abandonado dos amigos, que já não o procuram. Vê tudo negro. É tão grande a

⁵ MERQUIOR, 1979, p. 107.

⁶ BARBOSA, 2003, p.175.

depressão que pensa no suicídio. Procura então a bebida como lenitivo, pois o álcool tem poder de fazê-lo esquecer a amargura.⁷

Ainda no período de vida da *Floreal*, o texto inicial do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* chama a atenção de um dos mais influentes críticos, José Veríssimo, que faz alguns elogios à obra do escritor, elogios aliás que foram muito significativos a Lima Barreto, considerando-se o corporativismo que havia no mundo literário do Brasil no início do século e, principalmente, por ser o autor do comentário muito severo com relação às novas produções literárias brasileiras. No dia 09/ 07/ 1907, o crítico discorre em sua coluna do *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, sobre o texto de Lima Barreto, como vemos em Martha citando o crítico:

Não teria mãos a medir e descontentaria a quase todos; pois a máxima parte delas me parecem sem o menor valor, por qualquer lado que as encaremos. Abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurazinha que com o nome esperançoso de *Floreal* veio ultimamente a público, e onde li um artigo "Spencerismo e Anarquia", do Senhor M. Ribeiro de Almeida, e o começo de uma novela *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, pelo Senhor Lima Barreto, nos quais creio descobrir alguma cousa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão.⁸

O insucesso da *Floreal* e as tentativas vãs de encontrar um editor aqui no Brasil, fizeram com que Lima Barreto, em 1905, resolvesse procurar um editor em Portugal. É A. M. Teixeira responsável pela realização do sonho do jovem romancista, ainda que, para isso, o autor abrisse mão dos direitos autorais. Quando anos mais tarde re-edita o livro, mais uma vez é o autor que assume as despesas com a venda dos direitos de outro livro, *República dos Bruzundangas*. A situação se repete na publicação de *Triste fim de Policarpo Quaresma*: novamente os gastos ficam a cargo do autor. Depois de muita expectativa, é publicado *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e, para decepção de Lima, não teve a recepção que ele esperava. Nem a crítica nem a imprensa deram atenção à obra. Houve comentários de críticos como Medeiros de Albuquerque, Alcides Maria e José Veríssimo. Quase todos comentavam o excesso de personalismo. O autor de Isaías Caminha tinha consciência do peso que o tão citado personalismo tinha em sua obra, todavia, o autor do livro acreditava que literatura fosse mais que deleite.

⁷ IDEM, p. 182.

⁸ MARTHA, 2000, p. 9.

“Mesmo que a Grécia – o que não é verdade – tivesse por ideal de arte realizar unicamente a beleza plástica, esse ideal não podia ser o nosso, porque, com o acúmulo de idéias que trouxe o tempo, com as descobertas modernas que alargam o mundo e a consciência do homem, e outros fatores mais, o destino da Literatura e da Arte deixou de ser unicamente a beleza, o prazer, o deleite dos sentidos, para ser cousa muito diversa.”⁹

1.2 Lima Barreto e a crítica

Mesmo escrevendo para jornais e tendo publicado *recordações do escrivo Isaias Caminha*, a maior parte da crítica da época não manifestava opinião sobre Lima Barreto. Têm-se várias explicações para o silêncio da crítica, cada estudioso da obra do romancista apresenta uma opinião.

Na concepção de Martha¹⁰, a pouca visibilidade de Lima Barreto diante da crítica se deu principalmente porque, no início do século XX, de 1907 a 1922, ainda havia resquícios do pensamento do século XIX, que foi muito influente na produção literária de tradição ocidental, como o Positivismo, Cientificismo, Determinismo. Essas correntes impunham um peso forte na postura dos críticos, fato que impediu o deslocamento do olhar para outras produções literárias. Tinha-se, à época, como referência de crítica literária: José Veríssimo – de longe a figura mais respeitada - Sílvio Romero, Araripe Júnior, Ronald de Carvalho, Nestor Vitor, João Ribeiro. Tais personalidades, entre outros, compunham um quadro múltiplo dos críticos das artes brasileiras até 1922, esses e outros nomes que se juntaram ao grupo serão as referências da crítica literária do país.

Os jornais e as revistas da época do eixo Rio-São Paulo eram os meios de comunicação que, responsáveis pela divulgação das críticas, eram o locus de apresentação das letras brasileiras e principalmente da obra de Lima Barreto até sua morte. As discussões literárias que os jornais e revistas apresentavam atingiam um público heterogêneo, desde os leitores da elite, instruídos, àqueles com pouca instrução. O crítico era o elo de ligação entre o produtor literário e o público. Normalmente, o profissional que exercia esta função estava ligando a uma estrutura de poder do Estado, logo era visto como autoridade.

⁹ BARRETO, 1993, p. 392.

¹⁰ MARTHA, 2000, p. 1

O crítico, portanto, desfrutava de posição central dentro do campo do poder. Era ele quem fazia e desfazia sucessos, dando a palavra final sobre autores do presente e do passado. Este poder da crítica, que numa sociedade cordial como a nossa, em que a esfera pública é regida pelas regras da esfera privada, acabou sendo granulada ao longo das décadas.¹¹

A crítica feita nos jornais poderia apresentar duas facetas, eleger o autor e a obra ou, pelo contrário, confiná-los à marginalização. O caráter inovador da obra poderia ser algo sem sentido, pobre, sem propósito, tomando-se como parâmetro o modelo de literatura vigente; ou, ao contrário, a obra poderia ser avaliada sem levar-se em consideração o traço inovador do artista.

O crítico Alfredo Bosi considera Lima Barreto o grande escritor brasileiro após 13 de maio de 1888, pois ele conseguiu andar na contracorrente da história e tornou-se um intelectual negro que firmou seu lugar na sociedade, contrariando a situação em que vivia a maioria dos negros lançados à própria sorte, a qual transformou a situação desta população em uma grande incógnita. Paradoxalmente, estavam livres do trabalho escravo, mas presos a conceitos discriminatórios. Para o crítico, Lima Barreto “tinha consciência do seu lugar social e resistiu a diluir-se nas práticas e discussões dominantes.” O escritor enxergava as incursões nos discursos dos intelectuais brancos, os quais defendiam o outro para colocá-los na posição de dependentes, subalternos. O romancista sentia-se no lugar desse outro, sentia-se objeto de favor, e, através da metáfora do texto é que o escritor irá mostrar a condição do intelectual mestiço ou negro. Por meio dos personagens criados, como Clara dos Anjos, Ricardo Coração dos Outros e tantos outros, ele registra a condição de homem exilado sob a cor da pele, contrariando todas as normas de conduta tanto para os que dominavam as letras como para os brasileiros melanodermes do início do século XX.

Mas doía nele um desejo de que sua palavra de escritor, rompendo com os vezos florais da época, fizesse obra de transparência absoluta. A luta pela autenticidade da expressão, a ser conquistada custasse o que custasse, o compelia a desfazer, a partir da ética individual, o nó que armava o gosto e os preconceitos do seu tempo. Sabe-se o quanto seus textos de ficção sofreram sob o fogo da auto-análise. Um discurso confessional, sem reservas nem perífrases, toma corpo desde a abertura das Recordações do escrivão Isaías Caminha.¹²

¹¹ NETTO, Monteiro Lobato: a recriação do livro no Brasil. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28netto.htm> Acessado em 18 mar. 08.

¹² BOSI, 1992, p.270.

Lima Barreto achava que a contribuição da crítica literária estava em ela exercer seu papel e emitir opinião sobre as produções, quer fossem essas boas ou ruins, a literatura se faz dessa dicotomia. Para o literato, não cabia ao papel do crítico considerar elementos que não fossem estritamente ligados à produção artística; não havia espaço nesse contexto que as afinidades entre autor e crítico interferissem na emissão de opinião sobre a obra.

Triste fim de Policarpo Quaresma é publicado em forma de folhetins no *Jornal do Comércio*, o livro que irá, no futuro, consagrar a vida literária de Lima Barreto foi escrito em menos de três meses. A essa altura de sua vida, o escritor já havia buscado a bebida como uma forma de fugir dos problemas por que passava. O álcool era para Lima Barreto um subterfúgio, uma forma de fazê-lo esquecer das barreiras que lhe surgiam no dia-a-dia, por mais que isso o incomodasse. Assim, ele registra em seu diário, relatando uma conversa que tivera com o médico:

Não me achou muito arruinado e, muito polidamente, deu-me conselho para reagir contra meu vício. Oh! Meu Deus! Como eu tenho feito para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físicos já os tenho sofrido, semimorais, como toda espécie de humilhação também. Se foi o choque moral da loucura progressiva do meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas de vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro.¹³

Somado às questões familiares, estava profundamente decepcionado com o pouco sucesso de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Novamente sente que as portas estavam fechadas para ele. Mesmo buscando consolo no álcool, e sofrendo as consequências que essa atitude lhe trazia, o romancista não se afastava da vida intelectual. No período de lançamento de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a crítica e os jornais da época simplesmente silenciaram-se. O criador do major Quaresma tinha consciência do que significava a recusa dos principais meios de comunicação em falar sobre seu livro. Sua condição de escritor pobre, mulato, que não podia contar com a ajuda de poderosos, contribuía muito para aquele silêncio.¹⁴

¹³ BARRETO, 1993, p. 159.

¹⁴ MARTHA, 2000, p. 10.

Em 1914 participou da fundação da Sociedade dos Homens de Letras, da qual para sua frustração não fez parte da diretoria.¹⁵ É ainda nesse ano que Lima Barreto é internado no Hospital Nacional dos Alienados. Depois de recuperado e saído do Hospital, em vinte e cinco dias, Lima Barreto escreve *Numa e Ninfa*, mas a preocupação do autor no momento era com a publicação do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A recepção do romance foi diferente da primeira experiência, essa agora era alvo de melhores críticas. Alguns jornais como *Jornal do Comércio*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Noite*, *A Época*, teceram elogios à obra. O crítico Vítor Viana, no *Jornal do Comércio*, colocou Lima Barreto à altura de escritores nacionais como Machado de Assis. Jackson de Figueiredo diz que o autor supera o criador de *Dom Casmurro*. Monteiro Lobato também acredita que os livros de Lima superarão os de Machado de Assis:

Que obra preciosa que estais a fazer! Mais tarde será nos teus livros e em alguns de Machado de Assis, mas sobretudo nos teus, que os posterios poderão sentir o Rio atual com todas as suas mazelas de salão por cima e Sapucaia por baixo. Paisagens e almas todas, está tudo ali.¹⁶

Finalmente é chegada a tão esperada glória do escritor da periferia do Rio de Janeiro. Havia alcançado o reconhecimento de alguns intelectuais brasileiros. Apesar de feliz com o reconhecimento de seu talento, Lima Barreto não gosta da comparação que lhe é feita com o presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), pois dizia ser diferente de Machado no tocante a não ter medo de falar de suas origens e temas ligados à mesma. Pereira¹⁷, no entanto, diz que por maiores que tenham sido as diferenças entre Machado e Lima Barreto, havia algo que os aproximava: a vocação de romancista, pois ambos têm a capacidade de extrair a essência da vida, e conhecer seus mistérios. Machado, na época, consagrado como um dos maiores nomes da literatura. Lima Barreto, a voz que reverbera e mostra, enfim, o surgimento de um romancista para romper o léxico, a estagnação, o conceito de literatura no Brasil do início do século.

Hoje em dia, *Triste fim de Policarpo Quaresma* é considerado uma das obras-primas da literatura brasileira. Para constatar, basta folhear os manuais de literatura. É considerada a obra de ficção de melhor composição ficcional do autor desde 1911, na concepção do

¹⁵ BARBOSA, 2003, p. 237

¹⁶ BARRETO, 1993, p. 251.

¹⁷ PEREIRA, 1988, p.274.

crítico Silviano Santiago¹⁸. O crítico carioca elogia a construção da obra pela capacidade do autor em transformar em romance uma publicação antes feita em folhetins sem com isso perder o fio da meada ficcional. Há uma enorme bibliografia sobre Lima Barreto, muitas e muitas teses defendidas sobre os mais variados temas, prova de que o autor transitou por contextos diversos no mundo literário.

Passeando por esta bibliografia a respeito do escritor carioca, encontram-se algumas contradições a respeito da obra, algumas delas apresentadas aqui neste texto. Por exemplo, quando se trata da recepção de *Triste fim de Policarpo Quaresma* pela crítica da época em que este foi publicado. A autora Martha fala da repercussão da publicação em 1911, quando essa foi feita em forma de folhetim no *Jornal do Comércio* e que a crítica não deu importância. A autora não menciona o modo como foi recebida a mesma obra publicada quatro anos depois em forma de romance. Já Francisco de Assis Barbosa, diz que Lima Barreto já havia, a essa época, conquistado lugar de respeito na comunidade literária, quer fossem os jovens escritores à procura de uma opinião do escritor, quer fossem os críticos já citados aqui. Cabe a pergunta: a quem a autora está se referindo quando diz que houve silêncio diante da publicação? Será que o reconhecimento só era válido se recebesse o aval dos autores canonizados?

Após o lançamento de *Numa e Ninfa*, Lima Barreto está completamente entregue ao álcool, some por dias, tem alucinações, entretanto, nunca deixa de contribuir com os jornais. A voz do jornalista escritor, não ecoava só na imprensa carioca, sua postura crítica, sincera e irônica, havia transposto as fronteiras do Rio de Janeiro. Como mostra Barbosa:

Mesmo doente, Lima Barreto continua a escrever na imprensa libertária. Com o desaparecimento de *O Debate*, logo depois da declaração da guerra da Alemanha, comparece frequentemente nas colunas do *A.B.C.*, de *Brás Cubas*, da *Revista Contemporânea*, panfletos políticos ou revistas literárias, que dão guarida às suas idéias maximalistas. Escreve também nos jornais revolucionários do Rio, São Paulo e até Porto Alegre, como *Lanterna*, *O cosmopolita*, *O Parafuso*, *A Patulêia*, porém com menos assiduidade.¹⁹

Em dezembro de 1918, acontece algo muito importante na vida de Lima Barreto. Finalmente o escritor firma contrato com Monteiro Lobato para publicação do seu livro

¹⁸ SANTIAGO, 1982, p.163.

¹⁹ BARBOSA, 2002, p. 275.

Vida e morte M. J. Gonzaga de Sá. Monteiro Lobato editor trouxe ao Brasil do início do século XX uma mudança muito importante no que concerne ao contexto editorial. Devido ao episódio com Anita Malfati, o criador de Emília ganhou fama de estar contra “inovações literárias” e os modernistas. No entanto, só uma pessoa que acreditava no novo, no moderno, poderia competir num campo onde os adversários eram aqueles considerados da elite e primavam por uma escrita acadêmica, logo desprezando qualquer coisa que fugisse dessa tônica. E foi com essa postura que Lobato mudou a história do mercado editorial brasileiro.

Muitos dos livros dos nossos melhores escritores da época foram publicados no exterior, só para citar alguns desses escritores, temos Lima Barreto, Machado de Assis, Graça Aranha, Coelho Neto. Lobato, com atitudes inovadoras e inteligentes, conseguiu imprimir uma nova dinâmica ao ramo de edição de livros. Ao constatar que no Brasil só havia trinta casas para distribuir os livros editados, o autor usa os correios, como meio de alcançar os mais variados lugares do Brasil em que um estabelecimento comercial pudesse comercializar seu produto em regime consignado. A idéia foi um sucesso. Nunca se produziu tantos exemplares de um mesmo livro no país. Edições que antes não passavam de 500 exemplares, após a incursão de Lobato passaram de 3.000 exemplares. Outra característica que diferencia o editor é sua preferência por autores não canonizados, pouco conhecidos da crítica, e, principalmente, que apresentassem uma linguagem diferenciada, mais simples, menos academicista.²⁰

Lobato também acolhia a indicação dos amigos para publicação de obras de escritores novos, como se pode perceber através da correspondência do empresário com Lima Barreto, em que este responde a uma carta:

“30/06/1920

Meu caro Lobato.

Recebi há dias uma carta tua. Pela leitura dela, vi que havias lido o que escrevi na Gazeta sobre Mme. Pommery. Também do Toledo Malta, recebi uma carta de agradecimento sobre o que disse a respeito do interessante livro dele.”²¹

Era um fato inédito o escritor receber pela publicação de um romance seu; até então, ele próprio havia custeado as edições ou, quando não, vendeu os direitos autorais como

²⁰ NETTO, Monteiro Lobato: a recriação do livro no Brasil. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28netto.htm> Acessado em 18 mar. 2008.

²¹ BARRETO, 1993, p. 267.

fez com *Bruzundangas*. A publicação de *Vida e morte de M J Gonzaga de Sá* trouxe a Lima Barreto a sensação de um justo reconhecimento pelo seu trabalho literário. Esse reconhecimento se solidificou também porque, a essa altura, sua obra era recebida pela crítica, não como a de um novato, ou coisa do gênero, como aconteceu com *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Agora o autor já estava maduro, tinha um perfil próprio e era conclamado por isso. Assim, vários expoentes da crítica, a exemplo de João Ribeiro e Tristão de Ataíde, vêm a público elogiar a última produção do autor. Ainda que houvesse alguns críticos que elogiassem Lima, os comentários eram poucos em comparação à dimensão de sua obra.²² O romancista responde a esse silêncio ao continuar produzindo, escrevendo, falando contra uma crítica tendenciosa e academicista. Nos três últimos anos de sua vida, 1920 a 1922, Lima Barreto, como que sentindo que o fim estava próximo, escreve cinco obras: *Histórias e sonhos*, *Marginalia*, *Feiras e Mafuás*, *Bagatelas e Clara dos Anjos*. Dessas, só veria pronta *Histórias e sonhos*. Depois que deixou o Hospital dos Alienados pela segunda vez, o jornalista escritor escreveu *Cemitérios dos vivos*. Diferente das demais obras, essa já encontra um Lima Barreto mais apazado, posto que, a essa altura de sua vida, já estava circunscrito o valor de sua obra, ainda que muitos resistissem em admitir.²³

Côncio de sua potencialidade e também encarando como mais um desafio em sua vida, Lima Barreto se candidata à Academia Brasileira de Letras na vaga de Emílio Menezes. Ainda que contasse com voto de João Ribeiro que, na véspera da eleição, declara sua admiração ao autor e seu merecimento à vaga, segundo Martha,²⁴ a ABL também é mais uma das instituições que não deram visibilidade a Lima Barreto. As revistas da Academia nunca fizeram menção ao escritor, nem mesmo quando começou, a partir de 1910, a publicar textos dos escritores contemporâneos de Lima, como Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Raul Pompéia, Humberto de Campos. Além dos textos dos autores, nas mesmas revistas circulavam críticas às obras elevando-as ao posto de verdadeiras produções literárias brasileiras. Para não dizer que não falou do escritor, em 1921, ao trazer a lista dos vencedores de um concurso promovido pela própria instituição, consta nela o nome de Lima Barreto, que recebera homenagem honrosa pelo romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O romance não fora escolhido como

²² MARTHA, 2000, p. 13.

²³ BARBOSA, 2003, p. 325.

²⁴ MARTHA, 2000, p. 13.

melhor livro do ano, mas como “consolo”, recebeu uma crítica um tanto amarga da ABL que vale a pena apresentar:

Seu [de Lima Barreto] último romance, último tão somente na ordem cronológica, é **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá** (ele tem o gosto demodé dos títulos extensos, à século XVIII).[...].Pena é que a história do *raté* de nova espécie, onde há páginas de saudade melancólica e de ironia repulsiva, se alongue demasiado por processos mecânicos, que lhe diminuem o interesse da leitura. (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1921).

Sabe-se que as teias que sustentam a política da Academia Brasileira de Letras formam um designe no qual só é permitido fazer parte do conjunto, aqueles que, direta ou indiretamente, gravitam ao redor do grupo dos “canonizados” e, como os membros oficiais, endossem o discurso do purismo gramatical. Neste aspecto, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* apresenta um discurso dissonante desse projeto da ABL. A atitude de Lima Barreto em sustentar uma postura em que primasse por uma escrita popular, num contexto em que a erudição da leitura era um fator decisivo para consagração do texto, o escritor se assume como um artista que não está preso às convenções do seu tempo. Aliado à questão da linguagem, há outros aspectos que distanciam ainda mais a obra do escritor carioca dos membros da Academia, entre eles pode-se considerar a preocupação com os acontecimentos político-sociais do contexto em que está inserido. Além dos aspectos ligados ao estilo de Lima Barreto, deve-se levar em conta também sua origem: pobre, mulato e sem amizades diretamente ligadas à instituição.

Após aposentar-se do serviço público, Lima Barreto não tinha motivos para se conter, em seus artigos e crônicas, quando fazia críticas às instituições públicas onde o autor “sentia-se amordaçado”, como escreve em seu diário. Daí em diante, passa a escrever sem reservas sobre o que pensava. Seu prestígio na imprensa já estava consagrado. Escrevia em *Careta*, *ABC*, *Hoje*, *Rio Jornal*, *A Notícia*, *O País* e na *Gazeta de Notícias*. Sempre fiel aos seus princípios e polemista, suas críticas sarcásticas falam muito sobre o pensamento de Lima Barreto. Mesmo nos momentos mais difíceis de sua vida, o escritor jamais deixou de amar a literatura, esta era afinal a motivação para vencer as dificuldades da vida. Literatura que era muito mais que a contemplação do belo, deleite dos sentidos, Lima Barreto via nesta arte a manifestação mais profunda da linguagem com a qual se resgataria o homem; seria o elo que uniria passado, raças e pessoas. Pode-

se perceber esse ideal do autor em um dos seus textos que escreveu para uma conferência sobre literatura:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade. Os homens só dominam os outros animais e conseguem em seu proveito ir captando as forças naturais, porque são inteligentes. A sua verdadeira força e a inteligência; e o progresso e desenvolvimento desta decorrem do fato de sermos nós animais sociáveis, dispoendo de um meio quase perfeito de comunicação, que é a linguagem, com a qual nos é permitido somar e multiplicar a força de pensamento do indivíduo, da família, das nações, das raças, e, até mesmo, das gerações passadas graças à escrita e à tradição oral que guardam as cogitações e conquistas mentais delas e as ligam às subseqüentes. (...)

Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando nos segredos das vidas e das cousas, a Literatura reforça nosso natural sentimento de solidariedade com nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam um dos outros. Ela tende a obrigar todos nós a nos tolerarmos e nos compreendermos; (...) ²⁵

Lima Barreto colaborou por toda sua vida com a imprensa alternativa, ainda que tenha começado a escrever de forma profissional no *Correio da Manhã*. Mesmo após haver conquistado o respeito do público e da crítica, tendo textos, principalmente as crônicas, editados por revistas de prestígio como *A Careta* e *Cruz e Sousa*, continua colaborando com pequenas revistas que se opunham ao poder instituído. Recentemente, foram publicados por uma estudiosa de Lima Barreto, Beatriz Resende, dois volumes de crônicas que o escritor produziu durante sua carreira. A pena de Lima Barreto cronista trabalhava contra a europeização que vinha acontecendo no Rio de Janeiro, o cronista era contra a reurbanização da cidade e manifesta sua posição através de crônicas, a exemplo de *O Convento* na qual denuncia a ameaça de derrubarem o Convento da Ajuda para construção de um hotel e critica àqueles que queriam ver uma Rio-Paris.

“O convento não tinha beleza alguma, mas era honesto; o tal hotel não terá beleza alguma e será desonesto, no seu intuito de surrupiar a falta de beleza com as suas proporções mastodônticas.

De resto, não se pode compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses sinais de pedra que contam a sua história. Repito: não gosto do passado.

Não é pelo passado em si, é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos em nossos sentimentos.”²⁶

²⁵ BARRETO, 1993, p. 393/394.

²⁶ RESENDE, 2004, p. 100.

As crônicas falavam também sobre a utilização da cultura, a qual ele denominava coelhonetismo, referência a Coelho Neto e, por inferência, a demais intelectuais da época que também mantinham um estilo academicista, pensamento e escritas conservadores, a exemplo de José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, entre outros.²⁷ Seus livros são considerados verdadeiras crônicas do Rio de Janeiro. Conhecedor que era da cidade onde nascera e morrera, o autor se esmerava em exprimir a vida na cidade de maneira apaixonante.

O conto foi um gênero literário em que Lima Barreto demonstrou plena capacidade, pois era possuidor de grande sensibilidade e senso de observação. O autor apresenta uma tendência para narrativas curtas, uma vez que demonstrou capacidade para captar detalhes, e elementos essenciais dos fatos narrados, além, é claro, do fato de ter uma vida um pouco atribulada para concentrar-se em narrativas mais longas.

Faltava-lhe fôlego – ou talvez, sobretudo, disposição e tranquilidade de vida – para trabalhos mais longos, exprimia-se melhor naqueles que exigiam o poder de concentrar a emoção de comunicá-la rapidamente, de captar somente os elementos essenciais, sem, entretanto, prejudicar a ambiência necessária à vida dos personagens. O acordo íntimo entre o cenário e as criaturas é nele sempre completo, e talvez provenha não só do seu temperamento de escritor, que aliviava a introspecção à objetividade, como também de serem uns e outros cariocas.²⁸

Além de cronista, romancista, contista Lima Barreto ganha fama também como resenhista. Esta habilidade do escritor o coloca no mesmo espaço de muitos intelectuais do momento. No jornal *A.B.C.*, tem um espaço que chama “crônica literária”, o escritor no qual publica seu parecer sobre livros que lhe eram enviados pelos próprios autores ávidos pela opinião do intelectual. Assim o foi com Théo – Filho, romancista e jornalista que teve seus livros *Do vagão-leito à prisão* e *365 de boulevard* resenhados por Lima Barreto. Mas não só de política e literatura se faziam as crônicas de Lima Barreto. O subúrbio, antes tão odiado pelo escritor, no fim de sua vida ganha outra conotação quando passa a ser personagem dos textos publicados diariamente em jornais; são bailes, enterros, passageiros de trem, pessoas comuns que, como o autor das histórias, também era parte da cidade do Rio de Janeiro.

²⁷ RESENDE, 2004, p. 11.

²⁸ PEREIRA, 1988, p. 301.

Triste fim de Policarpo Quaresma, hoje em dia, é considerado uma obra-prima da literatura brasileira. Em algumas circunstâncias, a vida do protagonista se confunde com a do escritor. Encontra-se em ambos a representação do intelectual dissidente: Quaresma, por amor à pátria, assume posturas que vão de encontro aos interesses sócio-políticos dos governantes. Lima Barreto, por entender que o texto literário é mais que um objeto de contemplação, assume um tom que já lhe era comum enquanto jornalista, contudo não coaduna com a produção literária da elite pensante do país. Lima Barreto rasura o discurso da literatura nacional quando apresenta o avesso de um nacionalismo, mostrando ao mundo e aos próprios brasileiros os problemas reais do país. *Triste fim de Policarpo Quaresma* consagra um estilo em que o jornalista Afonso Henrique faz da palavra literária um instrumento de encanto e denúncia.

1.3 Graça Aranha: o viajante escritor

Nas terras de São Luís do Maranhão, no ano de 1868, nasce José Pereira de Graça Aranha. É filho de família abastada e culta, que incentiva o garoto na sua formação intelectual e profissional, o primogênito de uma família em que o pai era jornalista e desejava ver o filho engenheiro. O avô foi desembargador, presidente e depois barão; um tio, grande advogado, deputado, depois presidente da província. Ainda adolescente, segue para Recife, lá ingressa no curso de direito, com 13 anos, e teve como mestre Tobias Barreto.

Em 1886, forma-se e segue a carreira de magistrado. Foi juiz em Campos, em 1890; assume o posto de juiz municipal em Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo, lá tornou-se figura importante. Havia sido um dos chefes do movimento republicano, no entanto não se adaptara ao sistema e acaba por demitir-se do posto de líder político, não concordava com o centralismo autoritário do primeiro governo republicano.²⁹ É possível que o capítulo VI de *Canaã*, no qual aparece o episódio dos juizes que chegam à comunidade e abusam do poder, extorquindo dos pobres aquilo que eles não tinham, seja uma referência a essa fase de sua vida.

²⁹ BOSI, 1994, p. 325.

Na sala, Pantoja atormentava o colono com perguntas e de vez em quando se intrometia para ameaçá-lo:

- Se você me ocultar qualquer coisa aqui das casas ou das terras, ou do cafezal, tem de se haver com a Justiça... Vocês são finos, mas eu sou macaco velho... São as penas da sonegação... Penas terríveis!

Assim envolvia suas ameaças nas dobras dos termos técnicos, com que ainda mais amedrontava o alemão. (...)³⁰

As discussões da Escola de Recife influenciaram sobremaneira o pensamento de Graça Aranha, prova disso é o livro de cunho totalmente filosófico, *A estética da Vida*, que o autor publica muitos anos mais tarde, na década de vinte. O pensador não acreditava no darwinismo social, para ele, depois do homem na cadeia evolutiva, havia “os grupos orgânicos sociais”, princípio que redimia o homem da tirania. Retomou princípios da metafísica, contrapondo-se às correntes como Positivismo, Evolucionismo vigente da época³¹.

Quando foi residir no Rio de Janeiro, as amizades de Graça Aranha eram pessoas influentes no mundo da política e da literatura. Foi neste período que conheceu José Veríssimo e Joaquim Nabuco, esse último, figura influente que representava o Brasil no exterior. Enquanto exerceu a carreira de magistrado no Rio de Janeiro, Graça Aranha aproximou-se de Rui Barbosa. No Rio, Graça Aranha morou oito anos e constituiu família, lá casou-se com Maria Genoveva. As novas amizades do escritor o fizeram também se aproximar mais às rodas dos intelectuais da literatura da época que relançaram a *Revista Brasileira*, a qual mais tarde originaria a Academia Brasileira de Letras. Foi através das amizades influentes, especialmente Joaquim Nabuco, que o advogado e escritor passa a ser funcionário do Itamarati, como auxiliar de Joaquim Nabuco. O emprego no Itamarati iria proporcionar a chance de o escritor ir à Europa, considerado na época, como centro difusor do conhecimento”.³²

As primeiras informações sobre a construção de *Canaã* são de 1899, entretanto as anotações sobre o mesmo existem desde o período em que o escritor ainda estava no Brasil. O romance surge a partir das vivências e observações do autor, conforme deixou registrado em seu diário. Como não houve tempo para desenvolver o trabalho, fez

³⁰ ARANHA, 1998, p.113.

³¹ PAES, 1992, p. 54.

³² AZEVEDO, 2002, p. 16.

anotações de episódios ou contos, mais ou menos independentes. São estes trabalhos que aparecem na *Revista Brasileira* em 1897 e 1898 sob o pseudônimo de Amaral³³.

Em 1902, *Canaã* é publicado. Para o público da época, a estrutura narrativa do romance foi impactante, uma vez que não apresentava a repetição como boa parte das prosas da época, posto que era comum ao período a publicação de obras em folhetins e para prender a atenção do público, fazia-se necessário a repetição, o chamado gancho. Sobre esta questão, da repetição da literatura brasileira, fala Santiago:

A repetição – é preciso que atentemos agora para este fato estético sempre negligenciado, ou mesmo rejeitado como “defeito” – não deixa de ser uma primeira leitura (microlitura interna) da intriga e, por extensão, do texto. O artista da forma seriada e popular, trabalhando com uma linguagem polissêmica como é a da dramatização, necessita diminuir o hermetismo do enigma narrativo com sucessivas e parciais interpretações do drama, recorrendo para isso a pequenos *núcleos repetitivos*, cujo maior interesse é o de apresentar um personagem explicitando para outro o que foi mostrado de forma dramática alguns dias antes. Ou seja: o personagem, ao explicar a cena anterior, está lendo-a, decifrando-a, decodificando-a para outro personagem e este, em última instância, faz as vezes do leitor comum. O leitor comum – tentemos uma definição - é aquele que, diante de um texto dramático, se sente mais a vontade na explicação do que do enigma.³⁴

Graça Aranha, por opção, foge ao modelo de romance no qual a repetição assumia função preponderante. O escritor tinha consciência de que sua obra poderia não agradar ao público, entretanto a inovação foi bem recebida pela crítica. O lançamento do livro já contou com o apoio de duas das principais vozes da literatura brasileira: Veríssimo e Machado. Muito antes de se posicionarem publicamente sobre o livro, já haviam trocando informações entre si sobre a obra e o romancista de primeira viagem.

Antes que Graça Aranha o possa saber, também José Veríssimo entusiasma-se com o romance. Escrevendo a Machado no início de abril, pergunta-lhe se recebeu o *Canaã* ‘do nosso querido Aranha, um livro soberbo (...) um sucessor que lhe chega.’ A resposta de Machado é dúbia, ‘uma estréia de mestre(...) tem idéias, verdade e poesia’; mas assinala que em particular e em viva voz, falarão longamente.³⁵

Para não fugir dos padrões da época, Graça Aranha entrega aos cuidados do tio, gramático e filólogo, a responsabilidade do purismo verbal do texto. Apesar do seu livro não ferir os padrões de linguagem eleitos no início do século XIX, em correspondência com Veríssimo, Graça Aranha assume não concordar com a erudição necessária para se

³³ AZEVEDO, 2002, p.51

³⁴ SANTIAGO, 1982, p. 164.

³⁵ AZEVEDO, 2002, p. 64.

fazer literatura; para o escritor, tal condição de escrita tornava a linguagem artificial e a relação do falante com a própria língua não era o que autor percebia no cotidiano dos brasileiros.³⁶ Em um artigo publicado em 1905, Veríssimo faz uma crítica à linguagem de *Canaã*. Tem o cuidado de, antes, mostrar os pontos positivos e inovadores do romance, no entanto conclui o texto dizendo que faltam ainda a firmeza e a segurança impecáveis do vocabulário e da composição. Graça Aranha, como Lima Barreto, antecipa o que, na Semana de 22, será uma das molas-mestras do movimento modernista: uma linguagem menos academicista; os dois escritores, no início do século, antecipam o que o Modernismo diz inaugurar.

Depois da publicação de *Canaã*, o diplomata publica *Malazarte*. O personagem principal da peça é tipicamente brasileiro e suas características psicológicas são antitéticas e paradoxalmente complementares. O autor o define como: *diabólico, meigo, astuto, viciado, ingênuo, terrível tenebroso, inocente, indecifrável, grande, mesquinho, pervertido*. *Malazarte* está inserido em um contexto em que o regionalismo literário brasileiro, em certos momentos, delineava o caráter nacional. Este regionalismo deitava raízes por várias partes do interior do Brasil. João Simão Neto fala do Rio Grande do Sul, Hugo de Carvalho Ramos descreve os tropeiros goianos, Monteiro Lobato fala de São Paulo e Euclides da Cunha, da Bahia.

A composição psicológica do personagem é muito próxima do caráter de Macunaíma, vinte anos mais tarde. O próprio Mário de Andrade não esconde a admiração que tem por *Malazarte*.³⁷ Ainda neste mesmo ano de 1910, é publicada a versão em francês de *Canaã*. A obra tem excelente aceitação, na França, isso se deve principalmente às boas relações do seu autor naquele país. Em 1921, o escritor publica *A estética da vida*, uma produção de cunho filosófico, fruto de reflexões sobre a guerra. Em 1923, escreve uma obra sobre *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* e em 1930, *A viagem maravilhosa*.

1.4 A relação de Graça Aranha com a Academia Brasileira de Letras (ABL)

³⁶ AZEVEDO, 2002, p. 67.

³⁷ IDEM, p. 170.

A ABL é inaugurada em 28 de Janeiro de 1897, na lista dos fundadores estavam 30 nomes. O convite de Graça Aranha fora feito desde dezembro do ano anterior e ele recusara:

Nas razões que alega, expõe francamente a situação que se vê: ainda um aspirante à profissão de escritor, e francamente libertário, logo contrário a toda a proteção do Estado (referência ao projeto de Lúcio de um patrocínio governamental). Expõe objetivamente também a situação em que vê a literatura no Brasil: ainda muito incipiente, de modo que a outros como ele na lista, confundindo mediócras e notáveis; a própria lista sugere, indiretamente, teria dito, com um dos seus critérios, a condescendência e a camaradagem.³⁸

Os amigos do autor, todos personagens de prestígio, não aceitaram a recusa e o pressionaram até que ele voltou atrás, deixando claro que era em consideração aos amigos. Graça Aranha era a favor do alargamento da Academia, achava que não só os homens de letras deveriam ocupar as cadeiras, por isso, defendeu a candidatura de Jaciguai, que concorria com Euclides da Cunha e Severino Gurgel do Amaral.

A esta altura, o criador de *Canaã* não estava satisfeito com sua profissão e ao que parece, também com a Academia Brasileira de Letras, a qual era o centro de referência de Literatura e ali o escritor tinha contato com vários intelectuais ligados a ele, tanto profissional quanto pessoalmente. Não lhe seria possível romper nem com a instituição nem com os amigos, já que estavam interligados, desse modo Graça Aranha tenta buscar um ponto de equilíbrio e controla seu espírito de rebeldia.³⁹

Como membro da Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha proferiu várias conferências pelo mundo, até a publicação do seu último romance, que acontecerá em 1929. Em 13 de maio de 1913, vai à Sorbonne, com o título “*A imaginação brasileira*”. Em 1915, vai a São Paulo a convite da alta sociedade para fazer uma conferência no recém-criado Teatro Municipal. Um ano depois, retorna a convite do mesmo grupo Sociedade dos Homens de Letras.

A relação de Graça Aranha com a ABL foi pacífica durante muito tempo, ainda que o autor não comungasse das concepções tradicionais dos membros da instituição. Desse modo, em 1924, houve grande repercussão na imprensa sobre uma conferência que o escritor iria proferir na própria Academia sobre o Espírito Moderno. Tal atitude poria

³⁸ AZEVEDO, p. 105.

³⁹ IDEM, p. 113

em risco as relações que o escritor mantinha com a ABL, mas esse não aceitava que a instituição que representava a Literatura do país se mantivesse em absoluto silêncio.

No dia 29 de junho, estavam presentes na conferência, além dos frequentadores conhecidos, os jovens modernistas do movimento de 22: Manuel Bandeira, Oswald, Alceu Amoroso, Ronald, Mário, Augusto F. Schmidt, entre outros, para assistirem ao primeiro pronunciamento sobre a arte moderna brasileira feito na maior casa de prestígio de literatura. O discurso versou sobre vários temas: política, cultura, relações internacionais e, é claro, sobre as novas tendências da literatura brasileira. O escritor criticava o discurso primitivo dos “pedantes literários (...) com a presunção da superioridade intelectual, enquanto os verdadeiros primitivos são pobres de espírito, simples e bem-aventurados.”⁴⁰ O que deveria ser mais uma conferência mensal da ABL, transformou-se em um evento com proporções nunca imaginadas. O protagonista da história era considerado rebelde e sua figura foi caricaturada por muitos meios de comunicação.

Passados quinze dias do seu pronunciamento, o conferencista envia à ABL um projeto de reforma com sugestões radicais em relação à mudança na política da instituição, banindo do seu calendário tudo o que não for atual e genuinamente brasileiro. O projeto não foi aceito e isso motivou o escritor a se desligar de vez da instituição. A academia não aceita o afastamento de um dos mais velhos membros e com Coelho Neto, Alberto de Oliveira e Afonso Celso, forma uma comissão para ir demover o escritor da decisão. Pode-se constatar a postura decidida de Graça Aranha, por meio da carta que envia à instituição, desligando-se formalmente:

Rio, 22 de dezembro de 1924

Meu caro Afonso Celso,

Muito me sensibilizou o simpático impulso do meu eminente amigo e ilustre presidente da Academia Brasileira de Letras, convidando-me a regressar a esta instituição. Peço-lhe que atenda ao seguinte:

A minha separação da Academia não foi determinada por motivos de ordem pessoal. Foi uma questão de princípios que me obrigou a apartar-me dos meus colegas. Entendi que a Academia devia modernizar sua ação espiritual, tornando-se um fator progressista da literatura brasileira, os meus colegas resolveram que a Academia devia continuar no mesmo vago e inútil ecletismo, acentuadamente tradicionalista, em que se tem mantido, sem preocupar-se com a atualidade da nossa literatura, sem corresponder às aspirações modernistas do espírito brasileiro. *

⁴⁰ AZEVEDO, 2002, p, 330.

* Esta carta encontra-se na ABL e está publicada na contracapa do livro de Maria Helena Azevedo.

Desde o evento da Semana de Arte Moderna (SAM) que Graça Aranha sabia da chance de se desligar da Academia. Sua inscrição para a conferência em 1924 e mais o projeto enviado à instituição confirmam que o escritor já tencionava desligar-se do grupo, uma vez que sua concepção de arte não coadunava com a postura dos intelectuais que compunham aquela elite. A repercussão do acontecimento confirma a importância da figura do escritor, acadêmico, erudito e, ao mesmo tempo, aberto às novas mudanças que se apresentavam nas artes do Brasil.

1.5 Graça Aranha e o Movimento Modernista

O primeiro contato de Graça Aranha com a nova geração de literatos brasileiros se dá em São Paulo, ainda no ano de 1921, numa exposição de Di Cavalcante. A partir daí conhece Mário de Andrade e Oswald, entre outros. Os encontros frequentes do acadêmico com os jovens resultaram num projeto de promover uma semana de eventos artísticos em que se pudesse apresentar as novas produções. Um evento de tal porte dependeria de um grande capital financeiro do qual os garotos de São Paulo não dispunham. Graça Aranha fala ao amigo e influente empresário paulista Paulo Prado sobre a proposta do evento. E ambos se articulam com outras pessoas influentes da cidade para tal realização. Os jovens escritores não conheciam Paulo Prado; aqui, então, percebe-se a importância do ex-diplomata para que o evento saísse do discurso.⁴¹

A primeira divulgação do evento ocorre um dia após a partida de Graça Aranha, o *Correio Paulistano* noticia que os ‘diversos intelectuais de São Paulo e do Rio, devido à iniciativa do escritor Graça Aranha, resolveram organizar uma semana de arte moderna, (...) demonstração do que há em nosso meio em escultura, pintura, arquitetura, literatura, música, do ponto de vista rigorosamente atual.’ Nomeia em seguida a comissão que patrocina o evento e os participantes, em cada setor artístico. No mesmo dia, o *Estado de São Paulo* noticia que vai realizar a Semana, por iniciativa de Graça Aranha, conforme informara a Secretaria do Festival(...) o prestígio de qualquer dos moços paulistas não poderia ser maior do que aquele comitê de apoio, obtido sobretudo em confiança a Paulo Prado e Graça Aranha, e que afinal orientava a divulgação feita pela Secretaria do evento.⁴²

O sucesso da Semana deixou os jovens paulistanos ainda mais descontentes com a circulação da notícia, através da imprensa, de que Graça Aranha fora o mentor do movimento. Seria desmerecer todo esforço que os jovens vinham fazendo antes dos

⁴¹ AZEVEDO, 2002, p. 268.

⁴² IDEM, 2002, p. 272.

espetáculos; Menotti, Oswald e Mário dispõem-se a esclarecer a situação escrevendo artigos que colocavam o escritor maranhense em lugar de respeito, mas, de maneira sutil, sugeriam que a Semana de Arte Moderna era uma iniciativa do grupo paulista ajudado pelo respeitado autor de *Canaã*.

Na conferência de Abertura, o orador fala da arte moderna, não só da que estava sendo produzida no Brasil, cita vários movimentos e artistas europeus na música, pintura, literatura. Ao falar da arte brasileira, já menciona o regionalismo como uma das possibilidades por onde a literatura pode trilhar. Para não deixar dúvidas sobre sua visão de arte, o conferencista indiretamente critica a ABL e sua visão de literatura. Terminado o evento, todos os participantes se reúnem em um hotel para comemorar, felizes pelo sucesso.

Mário de Andrade e Graça Aranha se desentendem; o motivo para o desentendimento é que o paulista não concordava com o pensamento filosófico presente nas obras de Graça Aranha, especialmente em *A estética da vida*, porque percebia a influência do monismo presente em Schopenhauer, Eduard von Hartmann, filósofos que nortearam o mestre de Graça Aranha – Tobias Barreto – e aos quais mais tarde o discípulo também iria aderir. Mas segundo Paes, há entre a produção modernista, inclusive em Mário, um quê da metafísica de integração cósmica na qual o escritor maranhense acreditava.

Também entre os modernistas de São Paulo vamos encontrar um namoro com o irracional que se evidencia na ênfase por eles proposta nas motivações subconscientes da criação artística, assim como num culto do místico e do mágico que roça as fronteiras do sagrado. Em *A escrava que não é Isaura* (1925), Mário de Andrade, tão atento à lição do Dadaísmo e do surrealismo quanto à do cubismo, aponta para a poesia modernista uma ‘destruição da ordem intelectual’ pela ‘ordem do subconsciente’.⁴³

Após a publicação de *A viagem maravilhosa*, Graça Aranha é homenageado pela Associação de Artistas Brasileiros. Por iniciativa e apoio financeiro de sua então companheira Nazareth Prado, foi criada a Fundação Graça Aranha cujo objetivo era tornar relevante a obra do autor e promover novos talentos. A instituição premiou o primeiro romance, *O Quinze*, de Rachel de Queirós. Além de Rachel, também foram premiados pela fundação Murilo Mendes, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Jorge de Lima e Jorge Amado, entre outros nomes da literatura nacional.

⁴³ PAES, 1992, p. 58.

A importância de Graça Aranha, quer seja pela sua produção intelectual ou por sua atuação no cenário nacional do Brasil do início do século XX, ao longo dos anos, tem-se mostrado controversa. Cada estudioso enxerga na obra do escritor aspectos de um determinado estilo literário. Em 1955, Rodrigo Otavio Filho considera que *Canaã* transformou o naturalista Graça Aranha em um simbolista, pois o romance trouxera ao cenário brasileiro um clima espiritual diferente do que se tinha no Romantismo ou no Naturalismo.⁴⁴ Para Merquior, o escritor é “o último estilo impressionista da segunda metade dos anos de oitocentos” ; para esse estudioso, o escritor maranhense foi “a ponte entre as correntes filosóficas e estéticas do fim do século e a revolução modernista.”⁴⁵

José Paulo Paes o considera um precursor das idéias que fomentaram o ideal da Semana de Arte Moderna, logo o vê como modernista; para o crítico, o que Mário e Oswald chamam de espírito moderno, o autor de *Canaã* já havia dado início ao tematizar o choque cultural, econômico e racial com as correntes imigratórias; segundo o autor, é uma antecipação da devoração cultural proposta pelo manifesto da Antropofagia. Ou ainda o objetivo de Macunaíma na busca da muiraquitã: a recuperação das “raízes tropicais pelos brasileiros”.⁴⁶ Já Alfredo Bosi situa o escritor como pré-modernista, uma vez que esse conseguiu exprimir “uma atitude antipassadista e premonitória da revolução literária dos anos 20 e 30”.⁴⁷

Mário da Silva Brito, em sua obra que discorre sobre os antecedentes da Semana, fala sobre os intelectuais brasileiros do início do século XX, os quais figuraram como homens de letras. O crítico chama atenção para a necessidade de uma voz a quem os modernistas pudessem tomar como ponto de partida, uma vez que os escritores canonizados da nossa literatura já haviam, a maioria, morrido. O crítico apresenta uma lista com nomes do Realismo, Parnasianismo e Simbolismos – exceção feita a Cruz e Sousa. O nome de Graça Aranha não aparece entre os intelectuais eleitos pelo crítico. A referência ao escritor maranhense é de 1924, quando Mário cita um trecho da conferência que Graça Aranha proferiu na ABL, a qual fala sobre a diferença do português do Brasil e Portugal. O autor também não cita Lima Barreto como referência

⁴⁴ OTAVIO, 1955, p.16.

⁴⁵ GUILHERME, 1979, p. 199.

⁴⁶ PAES, 1992, p. 22.

⁴⁷ BOSI, 1994, p. 325.

aos jovens paulistas nem como intelectual. Da mesma forma, o crítico continua falando da Semana de Arte Moderna, lista nomes dos participantes, as publicações dos jornais, propagandas, enfim todo alvoroço que foram os preparativos, mas permanece o silêncio em torno da figura de Graça Aranha.

Para não citar o nome de Graça Aranha, Mário da Silva Brito fala de forma indireta, diz que “alguém” de prestígio marcou o evento, este alguém é sem, sombra de dúvidas, Graça Aranha, como se pode comprovar em sua fala:

A Semana de Arte Moderna pode ter sido idealizada às vésperas de 1922. Alguém pode ter surgido à sua organização como um espetáculo marcante. Mas o desejo de concretizar, nesse ano, qualquer coisa de culturalmente significativo, vinha de longe. Os modernistas e São Paulo desde 1920, estavam preparados para romper as amarras.⁴⁸

O livro de Mário tem 322 páginas, nas quatro últimas, o autor apresenta como um subtítulo *A presença de Graça Aranha*, mas a postura do crítico das últimas páginas não difere das do resto da obra. O crítico comenta o que Menotti e Mota Filho falaram no jornal sobre o autor de *Canaã*, e que não foi nada que conferisse importância à participação do escritor no evento de São Paulo. Das insignificantes quatro páginas sobre Graça Aranha, somente no último parágrafo o crítico se posiciona e, ainda assim, para não deixar dúvidas sobre a autenticidade do grupo de São Paulo na realização da Semana de Arte Moderna. Vale a pena a transcrição do parágrafo:

É preciso não esquecer que, já em 1920, Oswald de Andrade anunciava, para 1922, ação dos novos que fizesse o nosso Centenário. Esta oportunidade surgiria com a idéia da realização de uma Semana de Arte Moderna. Graça Aranha empenharia importância do seu nome para o êxito da arremetida da juventude intelectual, e foi esse o seu principal papel nos sucessos que ocorreriam no ano em que o Brasil completava um século de autonomia política. A idéia da SAM, como vimos, estava assentada ao fim de 1921. O terreno, arroteado pela polêmica e pela atitude dos modernistas nesse ano, era princípio e a sementeira, iniciada desde 1917, com a exposição de Anita Malfatti, ia produzir, enfim, os seus frutos. Outra etapa da história cultural brasileira iria ser inaugurada.⁴⁹

O crítico Gilberto Mendonça Teles é um dos poucos que, ao falar do Modernismo brasileiro, confere a Graça Aranha a importância de mentor e organizador, junto com o grupo paulista, da SAM. O autor ainda sinaliza a possibilidade de Graça Aranha ter influenciado revistas francesas na época em que morou em Paris. Teles não concorda

⁴⁸ MÁRIO, 1978, p. 175.

⁴⁹ IDEM, p. 322.

com a postura de Mário da Silva Brito sobre a importância do escritor maranhense no evento do Teatro Municipal em 1922. Para o crítico, Graça Aranha era muito mais que “um nome de larga ressonância nacional.” Pra não deixar dúvidas sobre o papel do escritor no evento de 22, ele escreve:

O certo é que Graça Aranha se colocou no centro do movimento, cujo ponto principal foi a realização da Semana de Arte Moderna, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal em São Paulo. A Semana foi aberta com a conferência de Graça Aranha (A emoção estética da arte moderna), a que se seguiram números de músicas e declamações. (...) ⁵⁰

Atualmente, o nome de Graça Aranha aparece na maioria dos livros de literatura como alguém que simplesmente foi colaborador da Semana de Arte Moderna com o discurso de abertura. Pouco se fala do empenho e influência do escritor na realização do evento e da sua postura enquanto membro da ABL; alguém que quebrou paradigmas, acreditou em uma geração - que mais tarde seria referência da produção artística nacional- e sustentou um pensamento inovador assumindo todas as consequências dos seus atos. O garoto que sai do Maranhão, no Recife se faz homem e, já advogado, ganha o Brasil: Espírito Santo, depois Rio de Janeiro, de lá a Minas Gerais, Europa, São Paulo e novamente o Rio de Janeiro. A experiência do viajante deixou marcas indelévels no escritor que marcou a História da Literatura do Brasil.

1.6 Graça Aranha e Lima Barreto: dois olhares, um só objeto

A trajetória de vida de Graça Aranha e Lima Barreto é bastante diversa em vários aspectos, tanto na vida pessoal quanto profissional, entretanto há entre os dois autores algo em comum: ambos, cada um a seu tempo, quebraram paradigmas quando se propuseram a sustentar um estilo de arte literária que não era comum ao período em que viviam; resolveram falar de um Brasil com personagens mais próximos da realidade do país do início do século XX, enfrentando os problemas políticos que também eram contemporâneos dos autores. Apesar dessas semelhanças, o Brasil que Graça Aranha apresenta, em sua obra, não é o mesmo que preenche as páginas dos contos e romances de Lima Barreto.

⁵⁰ TELES, 1997, p. 276.

Para começar a marcar essa diferença, o caminho percorrido por um e outro escritor denuncia as condições em que entraram para o mundo da literatura. Lima Barreto se vê obrigado a abandonar sua carreira na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, conseqüentemente se afasta de algumas amizades influentes que também frequentavam o mesmo ambiente. A jovem voz irônica dos jornais da Politécnica transforma-se em um exímio jornalista, também por uma questão de sobrevivência. Graça Aranha, por outro lado, consegue concluir a carreira de magistrado na Faculdade de Recife. A capital pernambucana já é o início de uma vida, por algum tempo nômade, na busca cada vez maior de prestígio e fama, sempre contando com o apoio de amizades influentes no meio político, literário e social.

A contradição em relação à obra dos dois escritores começa antes mesmo da recepção crítica, está mais atrás, desde a publicação dos romances. O escritor carioca precisou custear a publicação dos seus dois primeiros romances, e só encontrou um editor que se interessasse pelo seu trabalho em Portugal. Para Graça Aranha, as coisas fluíram muito mais tranquilamente. A Garnier, uma das maiores editoras em Paris, a qual publicava as obras de Machado de Assis e outros nomes da elite nacional, publicou *Canaã*. Por tudo isso, não se pode esperar que o olhar dos dois escritores convirjam para o mesmo foco de maneira similar.

Um fato que demonstra a diversidade dos olhares de Graça Aranha e Lima Barreto sobre a sociedade brasileira é o local escolhido para servir como cenário para as duas obras em estudo. Lima Barreto, como legítimo carioca, escolheu sua cidade natal como palco para seus personagens. A então capital federal, paixão da vida do escritor, foi retratada de forma bem autêntica: a beleza de suas ruas, o luxo dos bairros nobres, o crescimento econômico, a simplicidade dos subúrbios... Lima Barreto usa a cidade como espaço de suas histórias que não só registraram os aspectos físicos da época, mas o escritor também falou da política que havia por trás da tentativa de reurbanização da capital para que essa figurasse em meio às capitais europeias, com o mesmo glamour e requinte.

No início do século XX, o porto do Rio de Janeiro era o terceiro mais movimentado do continente americano. As relações comerciais com a Europa e a América eram intensas, aumentou o consumo de produtos importados, fator que impulsionou ainda mais o

crescimento da cidade e da economia. O caos e a disposição das ruas já não atendiam às necessidades da população. Para acelerar ainda mais as reformas da cidade, havia a preocupação em agradar os estrangeiros e vender uma imagem de desenvolvimento do país. Sobre este aspecto, Sevcenko comenta:

Era preciso, pois, findar com a imagem de cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao primeiro grito de motim. Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade que já se chafurdava o mundo civilizado.⁵¹

A obra de Lima Barreto, no que concerne à cidade do Rio de Janeiro, está no lugar de verdadeiro documento, pois a contemporaneidade do texto oferece uma descrição de como a população sofreu com as mudanças propostas por essa política urbanística. Entre as muitas mudanças ocorridas, citaremos algumas em relação às manifestações populares. Antigos costumes como a serenata e a boemia, a certa altura, passaram a ser coibidos, uma vez que as reformas acabaram com as pensões, restaurantes e confeitarias populares. O símbolo dessa perseguição estava centrado no violão, instrumento indicativo da manutenção de valores “ultrapassados” para a nova fase que a cidade vivia. A opção de muitos desses artistas foi mudarem-se para o subúrbio.⁵² Neste aspecto, a obra de Lima Barreto, em especial *Triste fim de Policarpo Quaresma*, funciona como termômetro das tensões sócio-políticas vividas pela população pobre do Rio de Janeiro. No livro, o autor ilustra a situação dessa população através da figura de Ricardo Coração dos Outros. O cantor de modinhas e tocador de violão, mesmo no subúrbio, encontrava resistência à sua arte. “A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação, que se fizera vendo semelhante instrumento sendo entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem.”⁵³

O comentário de Adelaide traz duas questões interessantes de se analisar: primeiro é a situação de como boêmios e tocadores de violão, a exemplo de Ricardo, eram vistos na época, inclusive no subúrbio, onde a europeização da cidade estava mais distante. A

⁵¹ SEVCENKO, 2003, p. 41.

⁵² IDEM, p. 47.

⁵³ BARRETO, 1998, p. 17.

outra questão que subjaz à fala da senhora é a associação do uso do violão ao escravo. Esse comentário, aparentemente “ingênuo”, confirma que, mesmo após o evento da abolição, acontecido alguns anos antes do contexto em que o livro foi publicado – 1911 - não foi o suficiente para restabelecer a dignidade dos negros, estes ainda continuaram sendo associados a gente que não tinha valor moral na sociedade.

Enquanto um autor escolhe a agitação da capital da República, palco das principais transformações no campo da política do país, Graça Aranha foge a esta agitação e vai eleger como cenário de sua história uma pequena aldeia de imigrantes situada no Espírito Santo. É lá, em Porto do Cachoeiro, na simplicidade do campo, sob a paisagem natural cercando os personagens, que a história se desenrola. A descrição da natureza, além de chamar a atenção para a diversidade da vida, talvez seja uma tentativa de apontar para outras partes do Brasil que não estavam preocupadas com a última moda em Paris, e onde outros tantos problemas eram vividos por brasileiros também colocados à margem das políticas de modernização que se imprimiam no país. Enquanto os olhos do mundo se voltavam para um Brasil que se modernizava para brilhar no grupo dos países desenvolvidos, Graça Aranha vai mostrar outro lado desse país, “primitivo, agrário, virgem...”

Considerando todos os aspectos sócio-políticos por que passava o Brasil nos primeiros anos da República e a contemporaneidade dos romances em estudos com o momento histórico, José Paulo Paes comenta:

Por este ângulo, guardadas as proporções, *Canaã* pode ser visto, ao lado de *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, como um típico romance de desilusão republicana. Não só porque sua ação transcorre nos primeiros anos do regime mas sobretudo porque lhe põe a nu as mazelas de duas das instituições de base, a administração da justiça e o sistema eleitoral, pontos críticos para o qual se voltara a atenção do tenentismo dos anos 20.(...)⁵⁴

Continuando a investigar o Brasil visto por Graça Aranha e Lima Barreto, encontra-se um outro ponto em comum no foco desse olhar: a questão racial. No início do século XX, o panorama econômico brasileiro não havia mudado muito em relação a alguns anos antes da abolição. A economia continuava sendo de base agrária e o sistema paternalista das relações sociais se estendia também aos centros urbanos. A

⁵⁴ PAES, 1992, p. 85.

estratificação social estava muito ligada à questão da cor, herança do período colonial.⁵⁵ Os dois autores aqui trabalhados trazem essa questão racial para a discussão em seus romances, pelo fato de um romance estar ambientado na cidade, onde a escravidão já estava praticamente extinta antes mesmo da Lei Áurea, e a outra história se passar num ambiente rural, onde era mais propício que a escravidão resistisse; o viés que um e outro assume é bem diversificado.

Ao falar da questão racial, Graça Aranha o faz partindo do plano político, sobretudo do momento pós-abolição. Vale lembrar que *Canaã* foi baseado na experiência vivida por Graça Aranha quando foi juiz de direito no interior do Espírito Santo, ainda no período escravista. O romance é publicado em 1902, um espaço de tempo curtíssimo para se perceber mudanças no que concerne à inserção do negro no mercado de trabalho; era um problema de todo o país, principalmente em regiões rurais. Partindo desse pressuposto, o escritor traz à cena a questão racial sob uma perspectiva muito próxima da realidade que ele presenciou, ou seja, ex-escravos que ganharam a liberdade e perderam a proteção dos senhores, que, bem ou mal, era uma referência diante da situação em que muitos se encontraram após a abolição e a condição social de descendentes de africanos.

A abordagem das relações raciais na obra de Lima Barreto assume proporções diferentes da de *Canaã*. O primeiro fator a ser apontado é a vivência do escritor carioca com a escravidão. A lembrança mais fiel que ele tem do período escravista do país é o dia em que foi assinada a Lei Áurea – como descreve na crônica 13 de maio. Há um outro aspecto que irá marcar a diferença entre a obra de Lima Barreto e Graça Aranha: o escritor carioca era negro e sua escrita é uma escrita negra, militante, de denúncia; sem falar que passou por muitas dificuldades. *Triste fim de Policarpo Quaresma* não será a única obra em que Lima irá tratar sobre as questões raciais, encontra-se a temática em outros romances, nos contos, crônicas. A história literária e de vida de Lima Barreto contrasta com a realidade em que viveu Graça Aranha e sua produção literária; um branco bem relacionado, de família abastada. Além de *Canaã*, suas outras publicações não demonstram preocupação com a temática racial, logo um detalhe que parece bastante significativo no processo de comparação entre os dois escritores.

⁵⁵ SKIDMORE, 1976, p.55.

Um outro aspecto que abre um hiato entre os dois escritores quanto ao tema racial é a influência que um e outro receberam. Graça Aranha, sendo da geração de 70 e aluno da escola de Recife, foi contemporâneo de Sílvio Romero, o qual acreditava na unidade racial brasileira a partir do cruzamento entre as raças, inferiores (negros e índios) e superiores (brancos). Logo, o escritor maranhense foi influenciado pelas teorias de Romero. Através do personagem Lentz, da obra em estudo, o autor discute exatamente a perspectiva de raça levantada por Sílvio Romero, pois o imigrante alemão se denominava superior.

Não acredito que a fusão de espécies radicalmente incapazes resulte numa raça que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, uma civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas (...). A imigração não é simplesmente para o futuro da região do país um caso de simples estética, é, antes de tudo, uma questão complexa, que interessa o futuro humano.⁵⁶

Ainda que o escritor não comente explicitamente, o texto deixa subentendida uma concordância com as teorias do seu contemporâneo da Escola de Recife. Sobre este fato Paulo Paes comenta:

A idolatria de Lentz pela tendência imperial, a fibra belicosa, a expansão universal, a tenacidade, o gênio militar, a disciplina dos seus compatriotas teuto-arianos se faz acompanhar, como não poderia deixar de ser, de um completo desdém pela inferioridade racial dos povos não arianos e, principalmente, dos mestiços. No brasileiro ele vê tão somente um híbrido incapaz de progresso, como o que se mistura, num mesmo estereótipo, a noção de progresso como fruto da incapacidade genésica ou criativa do homem com a idéia subliminar de o híbrido ou mestiço humano ser pouco ou de todo infecundo, esdrúxula inferência zoológica que, louvado em Broca, Silvo Romero parece ter também perfilhado.⁵⁷

Lima Barreto, diferente de Graça Aranha, não apresenta o negro focando o sofrimento, exploração e injustiças a que era submetido, nem tão pouco se encontrará na obra em estudo um registro aprofundado de tradições da cultura negra; o autor apresenta o negro enquanto cidadão que convive numa sociedade livre, na qual precisa aprender a lidar com a situação de preconceito, descaso político e falta de oportunidade. Os personagens negros que aparecem em *Triste fim de Policarpo Quaresma* não lamentam a condição de vida que levam de maneira tão peremptória como fazem, por exemplo, os escravos de *Canaã*. O que se encontra em *Triste fim de Policarpo Quaresma* são

⁵⁶ ARANHA, 1988, p. 35/ 36.

⁵⁷ PAES, 1992, p. 90.

pessoas que vivem na contramão do avanço sócio-econômico pelo qual passava o país, cidadãos submetidos a situação de preconceito e descaso por parte do Estado; entretanto, o escritor carioca faz a denúncia de forma subliminar. Sobre esta característica do autor, comenta Abdias do Nascimento ao falar dos escritores negros brasileiros:

Lima Barreto (1881-1922) foi outro que não se dobrou às imposições do meio. Como romancista, suas histórias focalizam em geral o ambiente nos subúrbios do Rio de Janeiro onde vive a maioria da gente negra. Personagens afro-brasileiros vivem nos seus livros, embora o autor não esteja preocupado em aprofundar seu conhecimento e análise de sua herança cultural.⁵⁸(...)

Desde que começou a escrever, a pena de Lima Barreto defendia causas sociais ligadas à literatura, economia, política, mas nunca o escritor abandonou as questões raciais, a temática perpassa sua produção literária e jornalística desde os anos iniciais até as últimas produções. Com Graça Aranha percebe-se que as coisas não aconteceram da mesma forma. A primeira obra literária publicada pelo autor – *Canaã* – apesar de tratar da questão racial, este tema não é o pilar que sustenta o texto. Com o passar dos anos, o interesse do literato passa a ser outro foco: a modernização da literatura brasileira. A preocupação de Graça Aranha, mesmo antes da Semana de Arte Moderna, é com o alcance mais amplo, aberto, moderno da produção literária nacional, motivo que o fez se aproximar dos jovens de São Paulo.

Diante dos aspectos aqui trabalhados, pode-se perceber que os escritores Graça Aranha e Lima Barreto, ainda que vivendo no mesmo contexto histórico, demonstram que cada um enxergava aspectos diferentes olhando para o mesmo Brasil.

1.7 Graça Aranha e Lima Barreto: dois intelectuais de fim de século.

Falar sobre os intelectuais que foram Graça Aranha e Lima Barreto, antes de mais nada, cabe questionar-se: o que é intelectual? A resposta a essa pergunta vai variar de acordo com o autor que a define e o contexto histórico. O conceito tal qual o conhecemos hoje surge a partir do século XIX, quando a distinção do trabalho manual e a função do intelectual ficou separada; a partir de então, escritores passam a ter grande papel político tanto pelo renome, quanto pelas obras: Victor Hugo, Zola e Lamartine são exemplos.

⁵⁸ NASCIMENTO, 2002, p. 182.

No dicionário de política de Bobbio, junto com outros autores, têm-se algumas definições de intelectual: é uma categoria ou classe particular, que se distingue pela instrução ou pela competência científica, técnica ou administrativa, superior à média e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. Uma outra definição dos autores para intelectual: “Intelectuais são escritores engajados. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos.”⁵⁹ Os autores aqui estudados se enquadram nas duas definições acima apontadas.

Graça Aranha e Lima Barreto iniciaram na vida intelectual escrevendo para a imprensa da época: o primeiro para *Revista Brasileira* e o segundo para o jornal *A Lanterna*, da escola Politécnica. Graça Aranha publicou dois romances, uma peça literária, um livro de memórias, uma obra de cunho filosófico e outra sobre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, além de vários manifestos, conferências e contribuições para jornais e revistas da época. A obra de Lima Barreto está distribuída em sete romances, um livro de contos, manifestos. O autor deixou um volume considerável de crônicas publicadas, resultado de seu trabalho em vários jornais e revistas da época. Pode-se considerar que a produção e atuação dos dois escritores é bastante significativa. Hoje em dia, os dois personagens são alvo de investigação nos trabalhos acadêmicos das várias áreas do conhecimento.

Ao longo dos anos, o conceito de intelectual vem sendo reescrito para atender às necessidades de cada momento histórico em que se pensa sobre o papel do indivíduo que ocupa tal função. Considerando-se que muitos autores falam do intelectual a partir do lugar e momento histórico em que se encontram, percebeu-se que, para falar da intelectualidade de Lima Barreto e Graça Aranha, faz-se necessário investigar como a concepção de intelectual era vista no Brasil em fins do século XIX e início do XX.

Acredita-se que o lugar de intelectual brasileiro do início do século XX ou mesmo a definição desse conceito foi um processo historicamente construído, visto a partir do pólo da subjetividade do caráter nacional na tentativa de formar uma elite pensante que

⁵⁹ BOBBIO, et al, 1992, p. 637.

teve início lá no Romantismo, quando a literatura foi usada para fundamentar o discurso nacional. Alguns valores foram determinados para “caracterizar” esse intelectual a partir de uma realidade que foi inconscientemente internalizada e tal inconsciência é compartilhada pelo imaginário social.

Para pensar nesse processo de construção do intelectual compartilhado pela imaginário social, cabe entendermos como se dava a formação dos estudantes brasileiros, como funcionavam as instituições oficiais de ensino, quais as correntes de aprendizagem que influenciaram na formação desses estudantes, dos quais fizeram parte Graça Aranha e Lima Barreto. Gramsci, ao falar dos intelectuais, afirma que toda atividade humana quer seja aquela que exige mais o esforço físico ou o mental, ambas envolvem a intelectualidade, ainda que em graus diferenciados, no entanto ainda existe a idéia de que intelectual é aquele indivíduo que lida com questões de raciocínio.⁶⁰ E assim também era visto no final do século XIX.

Desde o período imperial, havia no Brasil faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, mas esses centros funcionavam como espaços políticos para jovens da elite nacional. Assim, o que se caracteriza como intelectual brasileiro no século XIX eram homens de letras que mantinham, de alguma forma, laços estreitos com as instâncias de poder. As Academias e Institutos que surgiram no país ao longo do século XIX serviram para legitimar práticas profissionais já existentes: rúbulas no caso de advogados, curandeiros no posto de médicos e mestres de obras para a profissão de engenheiro civil. Além da regulamentação desses profissionais no mercado, a ampliação de institutos no país estava em conformidade com as mudanças que também se propagavam na Europa.⁶¹

Ao colocar a produção de ciências e artes como interesse público, o Estado brasileiro organizou instituições e aqueles que as assumiram sob a égide de intelectuais estavam eminentemente imbuídos de poder. Essas instituições eram, na realidade, espaços simbólicos para manutenção do poder monárquico. Essa política teve início desde o período colonial; só para ilustrar, a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro é

⁶⁰ GRAMSCI, 1991, p. 7.

⁶¹ CARVALHO. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. 69092007000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 Jun. 2008.

de 1772-1779. A partir daí, tem-se um longa lista da qual fazem parte: a Escola Politécnica, a Academia Imperial de Belas Artes, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as Faculdades de Direito de Recife e Largo do São Francisco, em São Paulo, a Faculdade de Medicina da Bahia, o Museu Nacional – este período, segundo Schwarcz, ficou conhecido como a era dos museus no Brasil, pois esses foram criados em vários centros urbanos no país.⁶²

A criação de centros de conhecimento, durante o império, foi importante para, a partir dos mesmos, surgirem as três bases da vida intelectual brasileira, como apresenta Carvalho:

Em 1889, o Império se fecha, deixando como legado a estruturação de três ramos da vida intelectual, tal como era praticada: (1) uma rede cultural, científica e artística centrada nas Academias e Institutos, com projeção junto a círculos especializados internacionais e alguma capilaridade no conjunto das províncias; (2) escolas de ensino superior desprovidas da atividade de pesquisa ou, pelo menos, secundárias em relação às associações acadêmicas e profissionais no que tangia à inovação técnico-científica (SCHWARTZMAN, 1979); e (3) quadros isolados do Estado imperial, bacharéis, sobretudo, mas também engenheiros militares, cuja experiência como servidores públicos os havia qualificado para o exercício da crítica social e política de seu tempo, animando, desde a campanha abolicionista, uma opinião urbana inflamada pela circulação de jornais e revistas de variada tonalidade ideológica.⁶³

O efeito dessa política de reprodução do poder foi a quebra do monopólio desse mesmo poder - antes restrito às classes dominantes - e o alargamento de oportunidades àqueles que estavam de fora do grupo das elites senhoriais, como foi o caso de Lima Barreto na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na qual começou sua carreira jornalística. Com relação à inserção dos deserdados do poder da República Velha, Sérgio Micelli, ao falar do intelectual à brasileira, diz que, ao assumir o papel de escritor, esses “parentes pobres” da oligarquia -⁶⁴ quer fossem pelo declínio da família antes oligárquica ou por apadrinhamento - faziam uso da posição de escritor como estratégia para acionarem a seu favor os benefícios que lhes fossem necessários.

Vale a pena contextualizar o pensamento de Micelli com os autores em estudo. Falar do lugar de intelectual, no Brasil, confere autoridade ao discurso, principalmente se a voz ecoa de algum órgão ligado ao poder. Lima Barreto e Graça Aranha, considerando as

⁶² SCHWARCZ, 1993, p. 69.

⁶³ CARVALHO. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. 69092007000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 Jun. 2008.

⁶⁴ MICELLI, 2001, p.23.

devidas proporcionalidades, ocupavam, ao seu tempo, lugar de respeito. O escritor carioca era reconhecido como intelectual autor de romances, cronista, contista... ainda que não fizesse parte dos canônicos da época. A imprensa do início do século XX era sinônimo de poder e o escritor tinha consciência disso, afinal o silêncio da imprensa sobre sua obra foi um dos dilemas do romancista; assim sendo, as revistas e jornais usados por Lima Barreto funcionavam como veículo de apresentação de sua obra. Considerando-se que o trabalho desse literato não era reconhecido pela crítica da época, é justificado que o escritor usasse a posição de jornalista em benefício particular. Na época, os jornais e revistas eram o meio mais eficaz de um escritor apresentar sua obra ao público. Assim sendo, a partir do momento em que os críticos o ignoravam, o escritor, que também tinha acesso ao mesmo instrumento de poder, sentiu-se à vontade para usá-lo em sua defesa pessoal.

Com Graça Aranha, as coisas aconteceram num outro contexto. O escritor maranhense não passou pelas mesmas dificuldades que Lima Barreto, quer fosse pela situação financeira ou pela questão racial. Dessa forma, ocupar um cargo na esfera pública como funcionário do Itamarati e também no setor privado como membro da Academia Brasileira de Letras, ambos espaços de poder e prestígio, foi, em muitas circunstâncias, uma espécie de trampolim para publicação da obra do escritor e, conseqüentemente, o pilar que sustentou sua imagem de intelectual. Considerando-se que o autor de *Canaã* ingressou na ABL mesmo sem ter nenhuma obra publicada, talvez a crítica de Micelli seja pertinente.

É exatamente a relação que os dois autores tiveram com o poder que vai marcar umas das principais diferenças entre o trabalho de Lima Barreto e Graça Aranha enquanto intelectuais. Na concepção de Micelli, está no cerne da carreira do intelectual brasileiro que ele se “deixe cooptar pelo poder do Estado”; o sociólogo assinala ainda que esse intelectual é um personagem saído das elites.⁶⁵ Tratando-se dos escritores em estudo, tal premissa não é pertinente, pois Lima Barreto vem de classe subalterna, eram poucas as amizades influentes que o escritor tinha, algumas eram contatos ainda do período da Politécnica. Já Graça Aranha, este sim, vem de família abastada e suas relações sociais, quer fossem no Brasil ou na Europa, eram com pessoas influentes, normalmente ligadas

⁶⁵ MICELLI, 2001, p. 24.

ao poder estatal; essa relação abriu muitas portas para o escritor maranhense, coisa que não aconteceu com Lima Barreto.

A distância da data de publicação entre *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma* é de exatamente nove anos. Pode-se considerar que os dois escritores viveram o mesmo momento histórico, ainda que um estivesse na Europa e o outro aqui no Brasil. O tom encontrado em um e outro autor é de natureza distinta, no entanto a concepção que ambos tinham enquanto figuras representativas de uma classe era próxima. Lima Barreto e Graça Aranha, lá no início do século XX, preenchiam os requisitos que Edward Said mais tarde consideraria como intelectuais modernos,⁶⁶ uma vez que ambos foram “figuras cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido.” Os escritores, cada um a seu jeito, preservavam suas crenças e não se utilizavam do lugar de letrados para defenderem causas em que eles não acreditavam. Lima Barreto jornalista denunciava, dava nomes, responsabilizava aqueles que deveriam apresentar mais compromisso com o povo. Do mesmo modo, o autor de *Canaã* não consegue levar adiante sua carreira política como deputado no Maranhão por defender idéias anticaudilhistas – referência a Carlos Peixoto. Antes mesmo de começar, sua carreira acaba. Sua candidatura não sai, sem dúvidas, motivada por suas idéias que apoiavam ou criticavam seus contemporâneos nos meios de comunicação destemidamente.⁶⁷

Um aspecto que aproxima Graça Aranha e Lima Barreto enquanto intelectuais do início do século XX é a linguagem. O contexto brasileiro do início do século passado, no que concerne à literatura, foi bastante diversificado. Tinham-se produções realistas, naturalistas, simbolistas, parnasianas e todas primavam pelo purismo verbal, regra que os escritores seguiram à risca. Como afirma Bosi em relação ao ideal de produção literária: “Esteticismo, evasão, ‘pureza’ verbal precariamente definida.”⁶⁸ Os intelectuais aqui estudados fugiram a essa regra quando construíram uma linguagem livre desses padrões.

⁶⁶ SAID, 2005, p. 12.

⁶⁷ AZEVEDO, 2002, p. 160.

⁶⁸ BOSI, 1994, p. 197.

As antecipações relativas à linguagem na obra de Graça Aranha surgem na fala dos personagens e na forma como essa se apresenta no romance em estudo. O capítulo dois é organizado de modo que aparece o diálogo dos imigrantes e as falas desses são organizadas como em uma peça de teatro. Foi uma atitude que fugiu aos padrões literários do início do século XX. Além dessa inovação, é perceptível que o texto apresenta uma linguagem sem grandes construções sintáticas e semânticas.⁶⁹

A concepção de arte em que Graça Aranha acreditava era no não convencional, na rasura, numa arte que vai além da exposição do belo, do consagrado. Pode-se perceber essa visão do autor através de um trecho da conferência proferida na abertura da Semana de Arte Moderna:

(...) O que nos interessa é a emoção que nos vem daquelas cores intensas e surpreendentes, daquelas formas estranhas, inspiradoras de imagens e que nos traduzem os sentimentos patéticos ou satíricos do artista. Que nos importa que a música transcendente que vamos ouvir não seja realizada segundo as fórmulas consagradas? O que nos interessa é a transfiguração de nós mesmos pela magia do som, que exprimirá a arte do músico divino e na essência da arte que está na Arte. É no sentimento vago do infinito que está a soberana emoção artística derivada do som, da forma e da cor.⁷⁰

A postura de Lima Barreto enquanto intelectual não é muito diferente de Graça Aranha no que concerne à questão da língua. O escritor carioca não acreditava que para se fazer arte literária o artista tivesse que construir o texto numa oficina onde iria burilar as palavras do seu estágio convencional para o padrão literário. Em um trecho de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o escritor faz uma crítica através de Armando, o esposo de Olga, que havia descoberto uma forma “clássica” de escrever.

De fato, ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o ‘clássico’ um grande artigo sobre ‘ferimentos por arma de fogo’. O seu último *truc* era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual destes meninos por aí que escrevem contos ou romances nos jornais. Ele, um sábio, e sobretudo um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título ‘acadêmico’ não podia usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que estes poetastros e literatecos. Veio-lhe então a idéia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período por vírgulas e substituía incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande ou tão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, empós, e assim obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração aos seus pares e ao público em geral.⁷¹

⁶⁹ PAES, 1989, p. 56.

⁷⁰ TELES, 1997, p. 281.

⁷¹ BARRETO, 1998, p. 137.

Fosse qual fosse o gênero em que escreveu, Lima Barreto tinha sempre em mente que a linguagem era o veículo que uniria os povos de uma mesma nação; sendo um bom leitor que foi dos russos e franceses, o escritor seguiu-lhe a proposta de construir seus textos a partir da simplicidade lingüística dos seus ídolos, decisão essa que rasurava os paradigmas dos literatos brasileiros da época. Ainda sobre essa relação de Lima Barreto com a linguagem, discorre Sevcenko:

Lima insistia em que as preocupações gramaticais e estilísticas não deturpassem a naturalidade dos personagens, nem fantasiassem os cenários. A instância procedia pois o período era dominado por duas vogas literárias que, ambas, convergiam para o estiolamento das produções artísticas, minando-lhe a virilidade e calcificando o seu conteúdo e força de impacto. De um lado, o parnasianismo, oco e ressonante, representado sobretudo pelo formalismo exacerbado de Coelho Neto, para quem as palavras era a própria substância de sua arte. De outro lado, a linguagem castiça e empolada, representando o 'clássico', forma de composição calcada em expressões cediças e repontada de figuras de efeito, resultando numa algaravia anacrônica e de mau gosto, e de amplo consumo entre políticos, bacharéis e pretensos intelectuais. A ambas Lima Barreto hostilizava abertamente, formalizando no próprio modo descuidado de compor, indiferente às conseqüências dos cacófatos e solecismos, uma crítica firmada como desafio às correntes oficiais.⁷²

Gramsci considera intelectual orgânico, o intelectual que estabelece uma conexão com o mundo que o cerca: política, cultura, economia, mundo do trabalho, etc.; meios que o ligam a um projeto global da sociedade. Para o autor, pensar no intelectual orgânico é atribuir-lhe capacidades de construtor, organizador, educador permanente, aquele que se envolve com as classes subalternas, diminuindo a distância entre o mundo do trabalho e o universo da ciência. Ao se pensar na militância de Lima Barreto ao longo de sua vida, percebe-se seu envolvimento com as causas étnicas, sociais, culturais, políticas, opções que o aproximam do conceito de intelectual de Gramsci, ainda que não preencha todos os requisitos dessa definição. Lima Barreto, enquanto intelectual, interagiu com a dinâmica social do seu tempo em nome de uma nova perspectiva de vida, de futuro.⁷³

Os intelectuais do final do século XIX e as primeiras décadas do seguinte não eram formados só por brancos. Havia intelectuais negros que tinham como propósito denunciar a segregação a que negros libertos eram submetidos, combater o racismo e

⁷² SEVCENKO, 2003, p. 196.

⁷³ SEMERARO, Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade.

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300006&lng=en&nrm=iso)

32622006000300006&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 21 de mar. 09.

criar oportunidades para essa população. Esses militantes criaram jornais que eram instrumentos eficazes na campanha de grupos no processo de readaptação do negro à sociedade. Todavia, esse tipo de militância pagava um preço alto por suas intervenções.

A importância de tais produções se dá, principalmente, porque mostra que, no período pós – abolição, apesar do silêncio das políticas do país, havia entre a população negra um enorme esforço em investir na autovalorização do negro na sociedade: sua visão de mundo, opções culturais e religiosas. Esse movimento ajuda a compreender como os intelectuais negros perceberam a sua inserção no mundo depois de 1888.⁷⁴

Como foi apontado no início deste texto, o conceito de intelectual tem uma vasta abrangência. Edward Said, na última década do século XX, em suas conferências traz à cena um conceito de intelectual que cabe perfeitamente para definir os intelectuais que foram os escritores Graça Aranha e Lima Barreto, apesar da distância que separa os literatos do crítico. Na concepção de Said, “(...) o intelectual não é um pacificador ou um criador de consensos, mas alguém que empenha todo seu senso crítico na recusa de fórmulas fáceis...”.⁷⁵ Graça Aranha e Lima Barreto, ao seu tempo, não aceitaram fórmulas prontas, ao contrário, rasuraram o lugar de intelectual brasileiro; ambos os escritores não aceitaram os clichês da época em nome de concepções pessoais. Cada um, a seu modo, pagou um preço por se colocar na posição de vanguarda – e ambos tinham consciência do que estavam fazendo -. O maior beneficiário da atitude “rebelde” dos escritores, sem dúvida, foi a literatura brasileira.

Os intelectuais Graça Aranha e Lima Barreto conviveram com muitas mudanças na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. Suas obras *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*, direta ou indiretamente, trazem as marcas de alguns acontecimentos históricos que marcaram a sociedade da época. O capítulo seguinte irá especificar os acontecimentos que foram importantes para o estudo das obras.

⁷⁴ GOMES, 2005, p. 34.

⁷⁵ SAID, 2005, p. 36.

2.0 O CONTEXTO HISTÓRICO E OS PERSONAGENS NEGROS DE *CANAÃ* E *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*.

2.1. A invisibilidade do negro em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*

As obras *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* estão inseridas no mesmo contexto histórico e ainda que os romances apresentem diferenças quanto à temática, convergem em um ponto: a temática de ambas as obras não está centrada na questão racial. Por isso, a apresentação dos personagens será feita com todos, entretanto, esta dissertação fará uma análise somente com os negros de cada obra, onde será mostrado o lugar que eles ocupam no contexto sócio-cultural dos romances. Os personagens brancos citados nesse momento têm por objetivo fazer uma breve comparação com as posições sociais que assumem nas histórias, comparando-se às dos negros.

2.1.1 *Canaã*

O primeiro romance do escritor Graça Aranha apresenta como tema principal da narrativa a imigração alemã para o Brasil, no início do século XX. A história apresenta poucos conflitos no enredo e a maioria envolve os imigrantes.

As primeiras páginas do livro apresentam os personagens alemães Milkau e Lentz, recém-chegados de seu país, à cidade de Cachoeiro, no Espírito Santo. São os primeiros contatos dos dois com o Brasil rural. O narrador não economiza na descrição da natureza local, que é apresentada com toda exuberância e esplendor. Já no segundo capítulo, entre as divagações dos recém-chegados e a imponência das florestas e rios, os personagens iniciam uma discussão sobre raça e ciência. O diálogo ocupa todo o capítulo: Milkau discorda da classificação de raças inferiores e superiores, enquanto Lentz comunga com o legado das teorias raciológicas as quais consideravam os negros como inferiores e incapazes.

A partir do olhar do imigrante Milkau, o leitor vai sendo apresentado à representação dos moradores daquela região. À medida que os personagens nativos aparecem, as fendas sociais vão sendo expostas e sinalizam para a necessidade de mudanças na sociedade brasileira. No texto, a intervenção para mudar o quadro social do país é

sugerida pela adesão ao modelo de cultura branca. Percebe-se isso principalmente nas falas dos imigrantes, como aparece no trecho abaixo:

Passado algum tempo, Lentz exprimiu alto o que ia pensando:

- Não é possível haver civilização nesse país! A terra só por si, com esta violência, esta exuberância, é um embaraço imenso...

- Ora, interrompeu Milkau, tu sabes bem como se tem vencido aqui a natureza, como o homem vai triunfando...

- Mas o que se tem feito quase nada, e ainda assim é o esforço do Europeu. O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê a História...⁷⁶

Logo no segundo capítulo, enquanto os imigrantes Milkau e Lentz cruzam a região para chegarem à colônia, encontram uma família: “um velho cafuzo de olhos nevoados”, sua filha “uma mulata moça. (...) Os cabelos não penteados faziam pontas como chifres, a camisa suja caía à toa como chifres no colo descarnado, e os peitos de muxiba pendiam moles sobre o ventre.” Alguns personagens representados não são nomeados, sabe-se somente que são “ex-escravos”. O tropeiro Joca “um mulato que entre os imigrantes se destacava”; Felicíssimo, “um moço magro baixo e moreno” o qual ocupava o cargo de agrimensor e chefiava uma equipe que trabalhava para o governo na medição de terrenos para serem doados. Há um personagem, o qual é apresentado simplesmente como “mulato” que ocupa o cargo de oficial de justiça; Pantoja, “um mulato cor de azeitona” que trabalhava como escrivão. Há outro personagem ligado à justiça. Os dois jovens “soldados negros” que tomavam conta da prisão de Cachoeiro na noite da fuga de uma prisioneira; e um outro soldado descrito do livro como “mulato moço, vestido de soldado”. O narrador refere-se aos personagens como negros, pretos ou mulatos, e, em alguns momentos, o mesmo personagem é cafuzo e preto.

Fora Felicíssimo, Joca e Pantoja que são citados mais de uma vez, os demais personagens aparecem uma única vez na narrativa; o que faz pensar sobre a pouca importância que esses assumem no texto.

O enredo de *Canaã* concentra o seu principal foco, que é a imigração, em personagens brancos. Os personagens principais Lentz e Milkau são dois alemães. Além dos dois imigrantes, há outros brancos na história, como o Coronel Afonso, dono da fazenda Samambaia; Roberto Schultz, dono do maior sobrado de Cachoeiro e do armazém;

⁷⁶ ARANHA, 1999, p. 35.

Frederico Bacher, chefe do partido de oposição; o pastor da igreja de Jequitibá; os donos de uma venda, Jacó e sua esposa; além de outros imigrantes que estão ali para quererem terra.

Ao se comparar o lugar que ocupam os negros e brancos em *Canaã*, percebe-se o contraste. Os brancos vivem em condição de relativo conforto, são pequenos comerciantes, juristas, famílias bem relacionadas. Por outro lado, os negros ocupam lugares de subalternidade e são descritos de forma depreciativa. Os mestiços, ainda que assumam cargos inferiores aos dos brancos, conseguem postos de trabalho com um pouco mais de prestígio do que os negros. Esse aspecto será discutido ainda neste capítulo.

2.1.2 *Triste fim de Policarpo Quaresma*

Triste fim de Policarpo Quaresma é um romance urbano ambientado no Rio de Janeiro, mais precisamente nos subúrbios da cidade, no início do século XX. É em torno do personagem homônimo ao título do livro que se desdobram os acontecimentos da história: patriota ao extremo, o personagem se destaca como funcionário público, ao comportar-se de maneira diferenciada dos seus colegas, sempre pontual, sério e compenetrado com seu dever; sua ingenuidade e postura corretas contrastam com as figuras bajuladoras e oportunistas que o cercam no ambiente de trabalho.

Em seu sonho ufanista, o major Quaresma, como era conhecido, elabora três projetos de nacionalização do país: transformar o tupi-guarani em língua oficial, desenvolver uma agricultura sem ajuda de implementos artificiais importados e o apoio incondicional dado ao então presidente Marechal Floriano Peixoto. As três tentativas fracassam e o personagem acabou preso acusado de crime de traição à pátria.

No desenrolar da história, aparecem alguns personagens negros; a maioria é de pouca importância para o enredo, uma vez que, a maior parte das cenas em que aparecem são circunstâncias isoladas, que não têm continuidade na trama. Exceção feita unicamente a Ricardo Coração dos Outros, “um senhor baixo, magro... olhos pequenos, testa diminuta que sumia no cabelo áspero forçando a fisionomia miúda e muda. Ricardo é um tocador de viola, o qual concentra em si o que se pode considerar uma unidade dramática, posto

que o seu problema é levado em conta pelo narrador que volta e meia o traz à tona. Os demais negros da obra são: Maria Rita, uma “preta velha” ex-escrava doente que mora com uma neta no subúrbio do Rio, “uma pretinha moça; “o preto Anastácio”, ex-escravo que vive na família de Quaresma como um agregado; a lavadeira D. Alice, “rapariga preta” moradora da favela. Sinhá Chica, “uma rezadeira cafuza”; um “crioulo tocador de modinhas”, rival de Ricardo, apresentado sem nome; um feitiçeiro ex-escravo, caracterizado pelo narrador como tendo “um grande rosto negro de mandingueiro”, este personagem também não tem nome próprio.

Os personagens brancos são vários, alguns aparecem de maneira muito rápida, ou são só citados. Dentre eles pode-se destacar: o major Quaresma, funcionário público, e sua irmã Adelaide, uma moça solteira que vive com o irmão educada em colégio de freiras; o compadre de Quaresma, Vicente, um comerciante português e pai da afilhada de Quaresma, Olga e seu noivo, depois marido, o jovem médico Armando; o general Albernaz e sua esposa e filhas, d. Maricota, Quintona e seu noivo, o advogado Genelício, Zizi, Lala, Vivi, Ismênia e seu noivo, o dentista Cavalcanti. Alguns nomes que, na narrativa, são referências da sociedade carioca do meio político: Dr. Bulhões, Tenente Marques, Lemos, Seu Castro, Doutor Campos, presidente da câmara de vereadores da comunidade próxima ao sítio Sossego e seu rival, o Tenente Antônio, além do marechal Floriano Peixoto. Há ainda um professor e poeta conhecedor e apaixonado por contos e adágios populares que não tem nome próprio.

A maioria dos personagens brancos recebe tratamento diferenciado na trama de Lima Barreto. Além de estarem representando o que se pode chamar de classe média da época, a participação deles mostra-se imprescindível para a composição da narrativa. O leitor pode acompanhar parte da vida de vários desses personagens, como é o caso de Olga: sabe-se da sua relação com o pai, com o padrinho, mais tarde o noivo e o esposo. A família do Coronel Albernaz, principalmente sobre o dilema que esse pai enfrenta para superar o preconceito da época e casar as suas filhas, o drama vivido pela filha Ismênia, sua loucura e morte ao ser abandonada pelo noivo.

Comparando-se a construção dos personagens brancos com os negros, nota-se o desequilíbrio, pois esses – fora Ricardo – não são importantes para a tessitura do texto.

A inserção desses personagens na vida social e econômica no livro também é muito restrita; todos são pobres ou miseráveis.

Sobre a presença de personagens negros em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, considera-se que essas ficções reproduzem os valores da sociedade da época. Os negros assumem uma posição de subalternidade em relação aos brancos. A maioria absoluta desses personagens, nas duas obras trabalhadas, não apresenta nenhum tipo de relevância, seja social, econômica, cultural e, em alguns casos, moral. O sistema hierárquico que categoriza as classes sociais como origem familiar, educação formal, profissionalização, ainda estava ancorado na ideia de inferioridade das raças, na qual a posição na pirâmide social estava intimamente associada à sua condição racial, em que os brancos assumiam a liderança e os negros, em sua grande maioria pobres, assumiam uma posição inferior. São dicotomias que se reforçam mutuamente e reproduzem ideologias tais quais o sistema escravocrata o fez. Antônio Sérgio Guimarães fala sobre essa política brasileira em que negros e pobres são desmerecidos.

A doutrina do século XIX, segundo a qual os pobres eram pobres porque eram inferiores, encontrava, no Brasil, sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos e na condição de pobreza e de exclusão política, da grande massa de negros e mestiços. A condição de pobreza dos negros e mestiços, assim como a condição servil de escravos, era tomada como marca de inferioridade.⁷⁷

Antônio Sérgio Guimarães fala do Brasil do século XIX – período em que Graça Aranha e Lima Barreto foram formados intelectual e culturalmente. No entanto, analisando-se *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* como representações da sociedade brasileira do século XX, nota-se que há efetivação dos mesmos mecanismos e concepções do século anterior. A prova de que a política de intervenção para inserir os ex-escravos à sociedade na condição de homens livres não funcionava é que boa parte da população ainda conservava a mesma mentalidade da sociedade escravocrata. Outro aspecto cabe ser mencionado nas duas obras, que vai além da invisibilidade dos negros: são os narradores, estes ao representarem esses personagens, não conseguem ocultar suas posições ideológicas. No caso de *Canaã*, às vezes em que se refere a tais personagens, o narrador faz descrições depreciativas sobre os mesmos, geralmente sobre os hábitos e fenótipos. Percebe-se uma animalização na descrição dos personagens, pois

⁷⁷ GUIMARÃES, 1999, p. 49.

o autor efetivamente a um animal. Como se pode perceber na descrição do agrimensor Felicíssimo, ao apresentá-lo aos imigrantes Lentz e Milkau:

- Está aqui exatamente o Sr. Felicíssimo, que segue depois de amanhã para o Rio Doce, a fim de fazer as medições.
Dizendo isto, indicava um moço magro, baixo e moreno, com o rosto talhado em triângulo, cheio de marcas e bexigas, uma chata cabeça de bacurau*, em que os olhos negros cintilavam vivos e secos.⁷⁸

Lima Barreto e Graça Aranha encontraram no contexto social brasileiro, no início do século XX, valores pré-estabelecidos em que se percebe uma visão difundida do homem, da arte, do conhecimento científico, crenças religiosas, entre muitas outras coisas.⁷⁹ O universo social brasileiro no início do século XX estava na ebulição das discussões étnico-raciais, as quais colocaram o negro, assim como suas tradições, em patamar de desprestígio quando não de inferioridade. As alusões feitas a esses personagens nas duas obras correspondem a um consenso social que boa parte dos brasileiros fazia à época. Os dois escritores, ao falarem do Brasil pós-abolição, estavam reproduzindo mentalidades a respeito do negro que se reatualizavam nas estruturas sociais.

Dante Moreira Leite, ao falar sobre o artista criador, argumenta que este precisa lidar com alguns problemas do quadro de referência de sua época. Para o psicólogo, há três tendências que o artista pode aceitar ou rejeitar: a da vanguarda, a do grupo de bom gosto e a da literatura popular.⁸⁰ Ambos os autores aqui trabalhados tinham como quadro de referência de sua época o que Leite chama de literatura de bom gosto ou de literatura de elite e, como toda arte constitui uma expressão da realidade social através da representação, muitas obras terminam por reproduzir a ideologia da sociedade. Em relação às obras aqui trabalhadas, em *Canaã* encontra-se a ideologia étnico-racial que vigorava na sociedade brasileira da época, a qual considerava os negros como inferiores. Em relação a *Triste fim de Policarpo Quaresma* não se pode afirmar a mesma coisa, uma vez que o autor era um militante das causas raciais.

2.1.3 A questão nacional em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*

⁷⁸ ARANHA, 1998, p. 23.

*Bacurau: espécie de ave noturna.

⁷⁹ LEITE, 2002, p. 72.

⁸⁰ IDEM p. 83.

Benedict Anderson define nação como uma comunidade política imaginada, pois seus membros não irão conhecer nunca todos seus compatriotas, não ouvirão falar uns dos outros, mas haverá sempre a imagem de uma comunhão entre eles. É em nome dessa nação, de laços fraternos entre seus compatriotas que se cometem as atrocidades, matam e morrem.⁸¹

As tentativas de refletir sobre a questão nacional devem considerar principalmente que se trata de uma realidade culturalmente construída, na qual nem todos que compõem a nação são contemplados. Assim o foi com o projeto de construção da nação brasileira, que, desde o século XIX, teve como uma de suas mais eficientes ferramentas o texto literário. Ainda no século XX, a literatura continuava a cumprir seu papel no contorno da nação, entretanto os romances *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* trazem uma nova face da nação brasileira, pois as obras vão além do simples enaltecimento do país. Lima Barreto e Graça Aranha não precisam camuflar o ideal de povo que compõe a comunidade do Brasil, como acontece na maioria das obras românticas, onde o homem brasileiro é representado como branco europeizado. Nas duas obras trabalhadas, os personagens são representados descortinando circunstâncias antes ocultadas: a variedade de sua composição étnico-racial, social e cultural. N

os romances em estudo, pobres, negros, marginalizados são representações de atores sociais que também fazem parte do todo que é o Brasil.

O nacionalismo é discutido por Graça Aranha e Lima Barreto nos romances *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, considerando aspectos distintos da sociedade brasileira do início do século XX que foram relevantes ao período.

Canaã aborda a questão nacional ancorando seu discurso no confronto entre a cultura brasileira e a alemã, a partir da imigração da região de Cachoeiro, no Espírito Santo. O escritor maranhense explora duas vertentes presentes na narrativa: a questão do preconceito racial, que a maioria dos imigrantes demonstravam em relação aos

⁸¹ ANDERSON, 1989, p. 14.

brasileiros, e a ascensão social dos imigrantes alemães e seus descendentes na região do Espírito Santo em detrimento à pobreza dos personagens brasileiros. É perceptível a condição social dos estrangeiros: a maioria é comerciante ou dono de fazenda; ao passo que os poucos personagens brasileiros presentes na história ocupam lugares de desprestígio social, exceção feita aos personagens que são magistrados.

Triste fim de Policarpo Quaresma aborda a questão nacional a partir do regime republicano. O protagonista do texto é caricaturado em sua obsessão nacionalista, no entusiasmo exagerado com as qualidades da pátria. A aparente ingenuidade de Quaresma tem algo de quixotesco, de cômico e é com esse olhar “brincalhão” que o narrador representa a República. Entretanto, a mensagem do texto vai muito além do tom quixotesco, como afirma Silviano Santiago:

Chegado é o momento de perceber que, se o romance faz uma crítica violenta às forças que impedem o desabrochar das idéias de Policarpo, por outro lado, traz ele também – ainda estamos nos valendo da indicação de leitura - uma crítica à noção idealizante de pátria que Policarpo tenta pôr em prática. Isso indica um complexo desvio irônico na leitura do romance, pois parece que o texto acaba por dar razão aos críticos e repressores de Policarpo.⁸²

Tanto em *Canaã* como em *Triste fim de Policarpo Quaresma* existem personagens que pensam o Brasil de forma utópica. Milkau acreditava no intercruzamento das raças e questionava o valor do discurso científico quando se tratava das discussões raciológicas. O personagem major Quaresma, que é uma crítica ao nacionalismo da época, acreditava em uma nação que só existia em sua cabeça: um país perfeito, no qual o presidente aparece como símbolo de chefe de estado, as terras nacionais são as melhores do mundo.

Os dois romances rasuram o ideal republicano que não se preocupou em proporcionar as mesmas oportunidades para todos os brasileiros. No projeto de nação esboçado pela República, muitos brasileiros ficavam à margem, não estavam nas agendas políticas como prioridades para o país. A condição social, as necessidades desses indivíduos não eram visíveis à maioria da população. Entre os desmerecidos de atenção estavam os negros, agora na condição de livres do cativo, o que, teoricamente, implicava em um novo lugar na sociedade.

⁸² SANTIAGO, 1982, p. 172.

2.2 O panorama pós-abolição da escravidão

A liberdade de muitos negros escravizados do Brasil foi conquistada muito antes da assinatura da Lei Áurea. Os quilombos, revoltas, fugas foram meios pelos quais os escravizados buscavam se livrar do cativeiro. Todavia, essas não eram as únicas formas de se tornarem livres. A maneira mais convencional era a carta de alforria ou carta de liberdade, assinada pelo senhor ou algum dos seus representantes. Havia dois tipos de alforria: as gratuitas e as onerosas. As primeiras eram concedidas como retribuição do senhor para o escravo, por vários motivos, entre eles os bons serviços prestados; já as onerosas ou pagas eram aquelas as quais os indivíduos juntavam dinheiro para comprar. O preço que se pagava quer por uma via ou por outra era muito sacrificante, pois ambas exigiam muito trabalho do escravo. Havia possibilidade de se adquirir a liberdade legal com a ajuda de pessoas amigas, parentes. Quase sempre a compra da liberdade se dava por meio de uma rede de solidariedade, nunca era um ato solitário.⁸³ Também existiam os grupos, associações e irmandades religiosas, que ajudavam na aquisição da alforria.

No século XVIII, havia várias irmandades religiosas espalhadas pelo Brasil que ajudavam os negros a adquirirem a alforria. Em Minas Gerais, por ser uma região próspera devido à exploração do ouro, surgiram várias irmandades, as quais foram responsáveis pela integração de muitos negros à sociedade; pertencer a uma dessas comunidades era algo imprescindível. Na região de Diamantina, logo no início do povoamento da região, havia muitas irmandades de brancos, depois foram surgindo grupos formados por negros.

Pertencer a uma irmandade era essencial pra organização e identificação dos homens nos núcleos urbanos que iam se construindo, já que a religião católica era fundamental na vida cotidiana. Por isso não era exclusiva dos brancos. Agregavam também negros e mulatos e tornaram-se reflexos das estratificações sociais e raciais que então existiam. (...) As irmandades de brancos eram mais numerosas, sobretudo as do Santíssimo, que congregavam as pessoas mais ilustres dos arraiais. Aos poucos, porém, surgiram as irmandades dos negros, como as de Nossa Senhora do Rosário, e as de São Benedito ou Santa Ifigênia.⁸⁴

Alem dos esforços para conseguirem as alforrias, os escravos foram responsáveis por muitas revoltas como formas de resistências ao sistema. Um exemplo desses

⁸³ ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 149

⁸⁴ FURTADO, 2003, p. 169.

movimentos foi a Revolta dos Malês, que aconteceu na Bahia em 1835, liderada por negros islamizados. Movimentos dessa natureza serviram para mostrar o potencial de contestação que havia entre a população escrava que não aceitava a condição de cativos.

A partir da segunda metade do século XIX, cresceram as iniciativas do movimento abolicionista que manifestava seu repúdio à escravidão, exigindo o seu fim imediato. Não só a elite intelectual branca fez parte, havia pessoas das mais variadas etnias e classes sociais. Inúmeros intelectuais negros estavam na frente do movimento, uns com excepcional capacidade oratória, como Luiz Gama e José do Patrocínio, figuras que impunham respeito ao movimento; os professores André Rebouças e Francisco Alves dos Santos também engrossam essa lista; e os sem números de personagens anônimos que lideravam clubes abolicionistas e associações; essas últimas instituições promoviam reuniões festivas que aconteciam na rua, com o intuito de angariar fundos para a compra de alforrias. Nos encontros havia muita animação, dança, música, poesias e discursos em defesa da abolição da escravidão

Depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, a qual garantia liberdade das crianças nascidas das escravas a partir daquela data, fortaleceram-se bastante os movimentos em defesa pelo fim da escravidão. Os pequenos ficavam sob a guarda do senhor até os 8 anos de idade. A partir da idade estabelecida, os senhores tinham a opção de receber uma indenização do Estado ou usarem os serviços do menor até a idade de 21 anos.

No contexto dos movimentos abolicionistas, formou-se na sociedade uma nova opinião sobre o sistema escravocrata e possibilitou-se a muitos escravos uma percepção de si, que, aliada às novas conjunturas, foi substancial para portarem-se de forma mais ousada. Com parte da opinião pública e algumas autoridades favoráveis ao escravo, muitas revoltas já não eram vistas como inconsequentes. Existiam ainda o apoio e solidariedade da população comum, a qual era constituída por uma massa de incógnitos que ajudou a desestruturar o trabalho nas fazendas e a acelerar o processo abolicionista. Esse tipo de apoio existiu muito antes dos movimentos de abolição. Eventos dessa natureza eram a força propulsora que alimentava o movimento o qual também contou com a colaboração de estrangeiros que viviam no país.

Em São Paulo, não foram poucos os imigrantes portugueses, italianos e alemães que foram detidos pela polícia por estarem instigando os escravos à revolta. Imigrantes foram apanhados nas fazendas discutindo o direito de propriedade e incitando os escravos à fuga. Alguns eram colonos que haviam sido contratados. Outros eram mascates que viajavam pelo interior das províncias, outros ainda eram donos de vendas de estradas onde os escravos faziam suas pequenas transações.⁸⁵

A condição de abolicionista tornava homens, mulheres e instituições alvos de ataques por parte daqueles que resistiam e lutavam pela manutenção do sistema escravocrata. Eram comuns perseguições pela polícia, em especial, aos jornais abolicionistas; muitos foram invadidos como *o 25 de Março* e *a Gazeta do Povo*. A imprensa era símbolo de desordem para aqueles que eram contrários ao movimento abolicionista. Os jornais que apoiavam o movimento eram vistos como responsáveis pela agitação dos escravos; redatores e impressores eram intimidados e agredidos fisicamente.⁸⁶ Comungar com as idéias abolicionistas, quer fosse o indivíduo branco ou negro, era conviver com a possibilidade de reprimenda a todo momento. Contraditoriamente, esses “incidentes” faziam com que o sistema escravocrata andasse a passos largos para o seu fim, pois a cada dia perdia o vigor e o respeito da população.

A essa altura, a escravidão havia se tornado insustentável. A cada dia aumentavam os confrontos entre escravistas e abolicionistas. O fim do regime que mantinha homens e mulheres cativos agonizava, havia-se tornado uma causa popular. O apoio de alguns setores da classe dominante fortalecia ainda mais o projeto que, naquele momento, também era do povo. Finalmente, em 13 de maio de 1888, os escravos foram emancipados com a garantia da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel. Para se chegar a esse desfecho, um longo e difícil caminho foi percorrido, tanto pelos abolicionistas quanto pelos escravos que sentiam na pele os horrores do sistema.

As comemorações ao anúncio da assinatura se prolongaram por semanas nos lugares mais remotos do país*. A alegria da conquista fez esquecer todo o sofrimento, dor, perseguição daqueles que estavam envolvidos na campanha. Para os ex-escravos, a abolição da escravidão significava acesso a benefícios que a maioria dos cidadãos brancos e livres já possuía. Os ex-cativos queriam poder assumir atitudes simples como andar livremente sem precisar de autorização, não ser abordado pela polícia

⁸⁵ COSTA, 2001, p. 87.

⁸⁶ IDEM, p. 9.

* Autores como João José Reis, Walter Fraga Filho, Emilia Costa entre outros, tratam da temática.

desnecessariamente, cultuar deuses africanos ou santos católicos que lhes conviessem, ter direito a terra, enfim, usufruir da condição de cidadão, posto que a sociedade brasileira legitimou essa negativa por meio de emenda constitucional. Edson Carneiro comenta sobre essa situação dos negros que não tinham direito à cidadania em uma conferência realizada no ano de 1937, na Faculdade de Direito da Bahia.

... A assembléia constituinte de 1823 só em emenda de um parágrafo da Constituição do Império considerou brasileiros os escravos, embora não cidadãos, porque cidadãos só poderiam ser quem tivesse rendimentos líquidos anuais superiores “ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca”. A justiça era a justiça de classe, do senhor contra o escravo.⁸⁷

Passada a euforia das comemorações da abolição, uma “nova vida” começa para muitos negros ex-escravos. Esses agora passaram a viver na contramão da emancipação. Contraditoriamente, boa parte da população que foi contagiada pela saga da libertação dos escravos, nos anos posteriores a 88, fecha-se. Muitos indivíduos que se indignaram com a política escravocrata passam a ver o negro como desertor, uma classe perigosa. A Lei Áurea significou um divisor de águas: depois dela, muitos negros deixaram de ser vistos como escravos e passaram a ser uma ameaça, quer fosse à segurança, à cultura ou à imagem que o país pagava tão caro para imprimir, especialmente na Europa. Cecília Coimbra faz referência ao tratamento e concepção que se fazia do negro após a abolição:

Aliada à atuação da polícia, a política então dominante ajudou a produzir subjetividades sobre a pobreza: parte da população do Rio adere “às cruzadas morais em defesa da ordem pública e apresenta queixas contra vagabundos e desocupados (...); reclama (...) reclama contra os sambas que varam a noite ou o culto de religiões afro-brasileiras. Portanto, não somente a natureza dos negros, mestiços e pobres é perigosa, mas suas manifestações artístico-culturais são julgadas inferiores e desqualificadas. A cultura branca é superior e somente ela deve ser aceita por todos.⁸⁸

Ironicamente, o bom escravo antes da Lei Áurea vira mau cidadão depois dessa. As rebeliões, quilombos, manutenção de crenças religiosas e culturais foram formas de resistências da população negra durante o período da escravidão, entretanto, depois de 1888, aumentou consideravelmente o número de indivíduos que, a partir do momento que se pensa como cidadão, começa a questionar o sistema, a não aceitar as restrições que são feitas à cor da sua pele no mercado de trabalho, à condição de morador das

⁸⁷ CARNEIRO, 2005, p. 99.

⁸⁸ COIMBRA, 2001, p. 104.

favelas ou dos mocambos do nordeste. Quando o negro passa a se incomodar em se encontrar nas mais baixas camadas sociais, nesse instante, ele passa a ser mau cidadão. Os ex-escravos, assim como seus descendentes, foram incorporados à sociedade formalmente; quando o sistema é abolido, na prática, a condição de cidadão livre enfrenta muitas restrições.⁸⁹

A história registra que os anos posteriores à abolição se mostraram difíceis, pois não houve uma política de absorção dos ex-escravos ao mercado de trabalho, de modo que surgiram muitas dificuldades quando esses tentaram ultrapassar as barreiras que se ergueram para sua integração na sociedade, não só na vertente econômica, uma vez que o cerceamento se estendeu também ao âmbito cultural e social. Assim se coloca Cloves Moura sobre tais dificuldades enfrentadas pelos negros no período.

A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do negro é reflexa dessa imagem social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para estes estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpa, culta, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar.⁹⁰

Celso Furtado, ao falar sobre a formação econômica do Brasil, considera que a abolição da escravidão teve um cunho muito mais político que econômico. A agricultura foi, ao longo dos anos, a base da economia do país, primeiro com a cana-de-açúcar, nos séculos XVI e XVII, e novamente com o café no século XIX. Assim sendo, extinto o trabalho escravo no fim do século XIX, poucas mudanças foram percebidas na economia, ainda que o escravo não tenha sido incorporado ao sistema de trabalho assalariado. Assim o autor se posiciona:

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma se constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização de produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização de produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no

⁸⁹ MOURA, 1977, p. 18.

⁹⁰ IDEM, p. 19.

século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país⁹¹.

Ainda que a abolição não fosse mudar a economia do país, o processo para que ela acontecesse foi lento e os próprios senhores de escravos foram os primeiros a resistirem ao fim do sistema.

Os romances *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por meio de alguns dos seus personagens, representam a realidade vivida por muitos negros brasileiros do início do século XX. Os personagens das duas obras dão a dimensão de alguns dos problemas enfrentados por grande parte da população afro-descendente no pós-abolição. Nas duas obras, nas cenas em que aparecem negros, nota-se algo em comum: todos vivem em condições de inferioridade, seja nos âmbitos econômico ou social.

No romance *Canaã*, a condição do ex-escravo aparece em uma cena em que os imigrantes estão a caminho da cidade e param para conversar com um “cafuzo ex-escravo” que continuava a viver na fazenda em que trabalhou a vida toda. Depois que se viu livre do cativeiro, percebeu que se encontrava em uma condição que o fez pensar nos tempos da escravidão.

Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bandão de gente, mulatas, cafuzas... Que importava o feitor?... Nunca ninguém morreu de pancadas. Comida sempre havia, e quando era sábado, véspera de domingo, ah! Meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada.⁹²

A fala do ex-escravo denota o desespero de um homem que depois da abolição fora abandonado à própria sorte sem que o Estado ou a sociedade lhe garantisse o mínimo de condições de vida. O comentário do personagem não deve ser visto como um saudosismo ao período da escravidão, mas sim como um relato eloquente contra as condições de vida em que se encontravam muitos ex-escravos, para quem a abolição trouxe apenas o direito de ser livre, mas que os colocou entre a miséria e a opressão, considerando-se as oportunidades que se apresentavam no período.

⁹¹ FURTADO, 2004, p.147.

⁹² ARANHA, 1998, p. 17.

A relação dos dois autores aqui trabalhados com a escravidão é bem distinta. Graça Aranha nasceu em família abastada, muito provavelmente escravocrata. Lima Barreto, por outro lado, é mestiço e pobre. Um dos marcos de sua infância foi ter presenciado as comemorações de 13 de maio de 1888, evento que foi registrado em uma crônica homônima ao acontecimento a qual já foi citada nesta dissertação e que aparece um trecho no capítulo I.

Através do general Albernaz, um branco, amigo do protagonista Major Quaresma, e seu interesse pelas modinhas, toma-se conhecimento da personagem Maria Rita. Uma ex-escrava que vivia com sua neta no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. É interessante observar que Quaresma e também o general eram moradores do subúrbio, no entanto a localidade na qual a preta velha – como a chamavam – morava era bastante humilde. O subúrbio era dividido, havia a parte mais valorizada e as localidades mais afastadas e miseráveis. Era nessa localidade afastada da “parte nobre” do subúrbio que vivia Maria Rita, o que não deixa dúvida sobre a condição social em que a senhora se encontrava.

(...) Para além do caminho, estendia-se a vasta região e mangues, uma zona imensa, triste e feia, que vai até ao fundo da baía e, no horizonte, morre ao pé das montanhas azuis de Petrópolis. Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada, encoberta com pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. À direita havia um monturo: restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços de louças caseiras – um sambaqui a fazer-se para gáudio de um arqueólogo de futuro remoto; (...) ⁹³

A passagem acima vem afirmar a situação de descaso em que se encontravam muitos ex-escravos nos anos posteriores à abolição. Lima Barreto não se prende à situação da senhora, não dá detalhe algum além dos relativos à moradia, e por eles não é difícil chegar à conclusão de que a personagem não desfrutava de qualquer conforto na vida que levava, ainda mais na condição física em que se encontrava: andava arrastando uma perna. Através da descrição do lugar onde vive a senhora, pode-se ler nas entrelinhas do texto a denúncia que se tem à frente sobre o papel do Estado para com as condições de vida dos ex-escravos. Sobre esse descaso das autoridades para com os negros, assim se posiciona Muniz Sodré:

A República, por sua vez, não previa nenhum mecanismo de incorporação do ex-escravo ao regime baseado no ideário liberal. Na nova ordem, controlada por oligarquias regionais, a maioria populacional ficava sistematicamente excluída do

⁹³ BARRETO, 1998, p. 33

processo eleitoral, o que eliminava as chances de representatividade política das camadas subalternas, onde predominavam os negros.⁹⁴

Para decepção do General Albernaz, a velha senhora não tem referência alguma sobre modinhas, o homem saiu de lá frustrado com a senhora por ela só saber uma canção de ninar. “É vêm tutu / Por traz do murundu / pra cume sinhozinho / Cum bucado de angu.”⁹⁵ O episódio de esquecimento da mulher é condizente com o modo como as tradições não europeias foram perseguidas no país. Ao que se pode ler, as lembranças que ainda conserva não remetem a experiências muito agradáveis. A cantiga de ninar de que lembra a ex-escrava apresenta o senhor como uma personagem ruim, pois o tutu* irá comê-lo com angu. O que se sabe das canções de ninar é que nelas aparecem sempre um bicho para ameaçar as crianças, seres indefesos; no caso da música de Maria Rita, a ameaça é feita àquele que provavelmente é a causa do infortúnio dos cativos: o senhor. Os escravos eram seres tidos sem vontade própria, submissos aos desejos senhoriais.

Um fenômeno acontece com relação aos mestiços tanto em *Canaã* quanto em *Triste fim de Policarpo Quaresma*: nas duas obras, a maioria dos personagens mestiços ocupa lugar de destaque, na comparação com os negros. Alguns desses personagens aparecem como funcionários públicos, outros como artistas. Nas narrativas, não há nenhum personagem negro com boa condição financeira ou social, todos são pobres ou vivem em situação de miserabilidade. Graça Aranha, ao apresentar esses personagens mestiços, caracteriza-os diretamente de mulatos. Já Lima Barreto, deixa isso subentendido nas entrelinhas do texto.

A condição de ser mulato no Brasil, desde o período da escravidão, é uma situação ambígua, posto que eram rejeitados pelos negros, que os consideravam traidores e, do outro lado, os brancos não os aceitavam, pois acreditavam que eles queriam se aproximar deles. A sociedade branca selecionava os mulatos para os batalhões policiais nos quais iriam vigiar os negros. Kátia Mattoso comenta que em revoltas que aconteceram na Bahia, gritava-se “morte aos brancos e mulatos”.⁹⁶ A condição de mulatos proporcionava mais oportunidades na sociedade brasileira do século XIX e

⁹⁴ SODRÉ, 1999, p. 239.

⁹⁵ BARRETO, 1998, p. 34.

* O tutu aqui é um ser, provavelmente um bicho, fuge do sentido que se conhece hoje em dia, que é uma espécie de feijão.

⁹⁶ MATTOSO, 1982, p. 225.

início do século XX- período em que os romances em estudo estão situados. Assim sendo, muitos indivíduos se aproveitaram de tal oportunidade para buscar melhores condições de vida, como mostra Kátia Mattoso:

O mulato, aliado dos brancos sonha para seus filhos e netos uma rápida passagem ao mundo europeu, torna-se com facilidade o instrumento dos brancos. É encorajado, instigado por todos os exemplos dos mestiços que obtiveram êxito, esses irmãos de cor mais ou menos clara, os brancos da terra, que são ilustres médicos e advogados, excelentes padres, indispensáveis mestres-escolas, professores brilhantes. (...) mas todos esses mulatos, admitidos até nos mais altos cargos do Estado, adotam conduta de brancos, pensam como brancos, servem ao Estado branco no aparelho governamental, nos conselhos, nas câmeras, no corpo diplomático.⁹⁷

Na obra de Graça Aranha, há um personagem, Pantoja, funcionário público que atuava como escrivão junto com juizes e promotores na região de Cachoeira do Espírito Santo. Como os serviços da justiça eram precários na região, as autoridades notificavam uma família na zona rural, a qual cedia a casa para atender às pessoas da vizinhança, além de servir e acomodar os funcionários do governo. Quando não estavam em serviço, os homens da justiça discutiam entre si sobre alguns temas. Numa dessas conversas, o juiz municipal faz um comentário irônico ao promotor, chamando-o de curador dos órfãos e o escrivão intervém: “- Mas aqui não há disto... Todos, meu doutor, são maiores, atalhou com riscos de escárnio o mulato velho, cor de azeitona, recorrendo nas linhas e na expressão inquieta, a cara de gato maracajá, como era a sua alcunha. Era o Escrivão.”⁹⁸

A cena mostra uma situação do cotidiano dos magistrados. No entanto, na descrição do narrador, é possível perceber a forma depreciativa com que o personagem mulato é denominado, este é comparado a um animal: maracajá ou jaguatirica é uma espécie de mamífero carnívoro. Além da comparação feita pelo narrador, os personagens também fazem referência ao escrivão subjugando-o, desmerecendo-o de suas funções. Como na cena abaixo onde um dos juizes reclama dos anfitriões:

Este sujeito não nos dá almoço? Olha que já é tarde... Faça favor de ver isto Sr. Escrivão. O senhor é o nosso mordomo, disse o Doutor Itapicuru, olhando pelo monóculo o subalterno.
O Escrivão entrou pela habitação adentro, procurando o colono. Quando voltou disse:

⁹⁷ MATTOSO, 1982, p 225.

⁹⁸ ARANHA, 1998, p. 110.

- Vamos almoçar, o homem tinha tudo preparado. O melhor é deixarmos estas nossas cerimônias, tomarmos conta da casa, porque se formos esperar que esta gente se mova, estamos convidados, não sairemos daqui.⁹⁹

Os dois juízes e o promotor se colocavam numa situação diferenciada, superior à do escrivão. Esse, por sua vez, encontrava-se numa posição de prestígio, comparando-se aos outros personagens negros ou mestiços presentes na narrativa, já que ocupava um cargo público e se relacionava com pessoas de poder. Mesmo não sendo tratado como um igual, Pantoja parece não se incomodar com a discriminação e com o fato de ser visto como mordomo de seus superiores, pois se coloca como um deles, inclui-se no discurso ao usar o verbo na primeira pessoa do plural. A arrogância e a superioridade dos magistrados não era somente em relação a Pantoja; a forma como se referem aos colonos alemães, aos anfitriões, chamando-os de “essa gente”, dá a entender como eram pessoas sem importância para as autoridades.

Na obra de Lima Barreto o mestiço aparece sob uma perspectiva diferente da de Graça Aranha. Uma característica que distancia a visão do escritor carioca é que o personagem mulato da história não é tão exposto quanto os de Graça Aranha. Ricardo Coração dos Outros é mulato, mas tal denominação não aparece no texto, sabe-se de sua condição étnica através de outros indícios presentes ao longo da narrativa.

Ainda que soubesse que era mestiço, Ricardo não admitia que sua imagem fosse associada a um negro e, quando soube que havia outro tocador de violão, que era negro, e que estava fazendo sucesso nas redondezas, o músico ficou bastante incomodado:

Não que ele tivesse ojeriza particular aos pretos. O que ele via era o fato de haver um preto famoso tocar violão, era que tal coisa ia diminuir ainda mais o prestígio do instrumento. Se o seu rival tocasse piano e por isso ficasse célebre, não havia mal algum; ao contrário: o talento do rapaz levantava a sua pessoa, por intermédio do instrumento considerado; mas tocando violão, era o inverso: o preconceito que lhe cercava a pessoa, desmoralizava o misterioso violão que ele tanto estimava.(...) ¹⁰⁰

Para Ricardo, a música era uma via de acesso à aceitação social. A revolta apresentada em sua fala quando lamenta que seu oponente seja “preto” era exatamente por ter consciência de que tal condição estava associada a mau caráter, inferioridade. Pelo que se pode perceber na fala do trovador, ele não está satisfeito em ter sua imagem

¹⁰⁰ BARRETO, 1998, p. 69.

associada a um “preto” ainda que ele próprio seja mestiço. Ao que nos parece, Ricardo já havia iniciado o que Abdias do Nascimento chama de “processo de branquificação” ao qual muitos artistas brasileiros, ao longo da nossa História, foram submetidos. Os intelectuais negros e mulatos, ansiosos por se sentirem parte da sociedade e terem o reconhecimento de seus talentos, submetiam-se ao “implacável embranquecimento interior”.¹⁰¹ Era o preço que estes artistas pagavam para viverem num mundo no qual a cor da pele define o valor do ser.

O reconhecimento da música e talento de Ricardo estava principalmente no dia-a-dia do povo da baixa sociedade do subúrbio, moradores que, como o cantor, engrossavam a lista dos desimportantes para o Estado. Pessoas que, por serem pobres ou negras, não usufruíam dos privilégios que as novas posturas políticas traziam e tão pouco eram consideradas como potenciais objetos para essas mesmas mudanças, como a lavadeira D. Alice, que mora no mesmo cortiço que Ricardo e alegra sua labuta do dia-a-dia com as modinhas do trovador:

‘Se choro... bebe o pranto a areia ardente...’

Com a lembrança, ele abaixou um pouco o olhar a terra e viu que, no tanque da casa, um tanto escondida dele, uma rapariga preta cantava. Ela baixou o corpo sobre a roupa, carregava todo o seu peso, ensaboava ligeira, batia-a de encontro à pedra, e recomeçava. Teve pena daquela pobre mulher, duas vezes triste na sua condição e na sua cor. Veio-lhe uma fluxo de ternura e depois pôs-se a pensar no mundo, nas desgraças ficando um instante enleado no enigma do nosso miserável destino humano.¹⁰²

A condição de fazer parte do povo melanoderme, principalmente naquele contexto político, definia lugares e papéis na sociedade; era esse o motivo para Ricardo considerar a mulher duas vezes triste: por ser pobre e negra. O lamento do trovador era porque ele tinha consciência da ausência da isotopia para o povo da raça negra. Mesmo na condição de cidadão livre, não eram muitos os negros a ocuparem cargos de prestígio ou serem reconhecidos por seus trabalhos. Ricardo, sendo morador do subúrbio como a lavadeira, pertencendo à mesma condição social, sente-se diferente; isso devido ao talento musical do moço que lhe proporcionava frequentar a “classe média” do subúrbio, ser convidado para eventos sociais e manter contato com pessoas brancas de respeito na comunidade.

¹⁰¹ NASCIMENTO, 2002, p. 180.

¹⁰² BARRETO, 1998, p. 85.

A sociedade carioca do início do século XX demarcou a isotopia (igualdade de lugares) e as relações de poder se estabeleciam de forma completamente assimétricas, a começar pela isonomia (igualdade perante o sistema político e social) que havia naquela sociedade, uma vez que a elite branca buscava incessantemente adaptar os hábitos da cultura europeia ao país. Assim se posiciona Sodré sobre este tipo de relação:

A cor branca extrai a sua hegemonia do fato de deixar presente na realidade inteira do indivíduo – seja ele rico ou pobre – a possibilidade de exercício de uma dominação, já que as identidades constroem-se no interior das relações de poder assimétricas. Ela tende a se esconder no essencialismo absolutista da pele, as relações histórica de poder – tanto as situações imperiais ou coloniais quanto as condições sociais para hegemonia sócio-econômicas de um grupo determinado, real ou imaginariamente vinculado à civilização europeia.¹⁰³

As duas obras, ao falarem do mulato, convergem em um ponto: os personagens são cooptados pela cultura branca, tanto Pantoja quanto Ricardo, através de suas atitudes, demonstram que não pensam enquanto descendentes de africanos e aceitam o tratamento que recebem, pois, ainda assim, estão em melhor situação que muitos outros descendentes. David Brookshaw comenta como os mulatos se posicionam em meios sociais brancos:

A fim de assegurar um lugar acima da linha de comportamento, um afro-brasileiro deve ter os mesmos interesses e afinidades culturais de um branco, tendo muito cuidado para portar-se como um branco, ao mesmo tempo que, implicitamente pede desculpas por sua aparência “selvagem”. A frequência com que lhe chamam a atenção para sua aparência depende da distância que o separa, em cor e traços físicos, do padrão branco. Entretanto, não resta dúvida que mesmo o mulato mais claro está de alguma forma conscientizado de suas origens, provando-se, assim, a observação de Malcolm de que não existem mulatos, apenas diferentes tonalidades de pretos.¹⁰⁴

2.3 O impacto das teorias raciológicas nas representações literárias no final do século XIX.

O final do século XIX e princípio do XX foi um período marcado por muitas novidades nos vários campos do saber. No contexto brasileiro, essas mudanças aconteceram principalmente no âmbito da política, economia e ciências: lutas pelo fim da escravidão, a queda do regime monárquico e implantação da República, a política de imigração, as novas correntes filosóficas e científicas. A literatura trabalha com as propriedades referenciais da linguagem e as usa de modo fictício, entretanto o funcionamento dos

¹⁰³ SODRÉ, 1999, p. 263.

¹⁰⁴ BROOKSHAW, 1983, p. 152.

atos linguísticos usados pela literatura é o mesmo fora dela.¹⁰⁵ Desse modo, as referências literárias e as do mundo real estão em constante dialogismo, o que justifica que os autores de *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* estabeleçam uma ponte entre seus textos e os acontecimentos sócio-históricos do período em que estão inseridos. Em algumas circunstâncias, a presença desses eventos se dá de forma sutil, em outras, eles aparecem de forma mais incisiva. Entre os vários acontecimentos históricos aqui elencados, alguns carregam um valor simbólico relevante na análise dos romances em estudo, como, por exemplo, o impacto do discurso científico no pensamento nacional.

O pensamento científico vigente do final do século XIX e início do XX estava pautado em um princípio de verdade que negava outras formas de conhecimento que não estivessem baseadas nos modelos epistemológicos e metodológicos da própria ciência. A vertente científica não era a única explicação possível da realidade social, no entanto a metafísica, a astrologia, a religião e outras formas de conhecimento não dispunham de autoridade suficiente para questionar a consagração da ciência e suas explicações sobre o real¹⁰⁶.

A tentativa de compreender a composição étnica de um grupo social através da lente da ciência, de modo incontestável, acarretou prejuízos que perduram até os dias atuais. As teorias raciológicas tiveram início na Europa em meados dos anos de 1800 e chegam ao Brasil já na segunda metade daquele século. Ainda que tenham entrado no país com atraso, as teorias raciológicas foram recebidas com bastante entusiasmo por boa parte da elite pensante brasileira. Segundo Schwarcz¹⁰⁷, isso aconteceu devido à criação de leis que começavam a minar a escravidão, como a Lei do Ventre Livre, a entrada do ideário positivo-evolucionista no país e, principalmente, por conta do amadurecimento de estabelecimentos de ensino.

Foram criados alguns centros de pesquisas no Brasil, como faculdades de Direito e Medicina, museus etnográficos, institutos históricos e geográficos. Graça Aranha e Lima Barreto foram instruídos em tais centros. Esses espaços serviam para provar que o Brasil estava em diálogo com o resto do mundo. Assim sendo, muitos intelectuais

¹⁰⁵ COMPAGNON, 2006, p. 135.

¹⁰⁶ SANTOS, 1987, p. 52

¹⁰⁷ SCHWARCZ, 1993, p. 14.

aplicaram as teorias científicas fazendo as adaptações necessárias ao contexto do país, o qual tinha muitas origens étnicas em sua formação populacional. Esse era o motivo para o país se destacar no panorama mundial: por sua diversidade étnica, fator que instigava os viajantes/pesquisadores estrangeiros a virem fundamentar as suas teorias com pesquisa sobre a população nacional.

Charles Darwin publicou a obra *Origem das espécies* que discorria sobre conceitos como competição, seleção dos mais fortes, evolução e hereditariedade. Esses pressupostos passaram a ser utilizados nas mais variadas áreas do conhecimento como linguística, psicologia, antropologia, de forma indiscriminada. A tese de Darwin foi usada para fundamentar a hipótese de que as raças humanas haviam passado por evoluções e que, nesse processo, as raças “superiores” se destacaram, ao contrário das “inferiores”; o destino para essas últimas era a extinção.

A partir da publicação de Darwin, 1859, as máximas do evolucionismo transformaram-se num paradigma da época. Aos poucos, o darwinismo tornou-se uma referência consensual no campo das teorias, estabeleceu-se uma nova relação com as várias áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, história, política e economia; surgiu a partir desse paradigma uma geração social-darwinista. Os adeptos dessa corrente descreviam os negros como “espécie incipiente”. Os fundamentos racistas do darwinismo social foram aceitos por boa parte da elite intelectual brasileira, como mostra Thomas Skidmore:

(...) Como o resto da América Latina, o Brasil era vulnerável às doutrinas racistas vindas do exterior. Dificilmente poderia ser de outra maneira, uma vez que tais doutrinas eram parte vital da civilização norte-americana tão ardentemente admirada e de maneira tão incondicional – pela maior parte dos intelectuais latino-americanos antes de 1914. Quanto mais os brasileiros tomavam conhecimento das últimas idéias geradas na Europa, tanto mais ouviam falar da inferioridade do negro e do índio. Semelhante fenômeno era particularmente verdadeiro por volta da passagem do século, quando o condicionamento, o reflexo e a preferência dos brasileiros pela cultura francesa levaram-nos, diretamente, os escritores racistas populares como Gustave Le Bon e Victor de Lapouge.¹⁰⁸

A aceitação do pensamento científico, das doutrinas raciológicas do Brasil e o sucesso que tiveram muitos intelectuais estrangeiros, explica-se, em parte, pela necessidade de se hierarquizar os grupos étnicos existentes no país, uma vez que sua população

¹⁰⁸ SKIDMORE, 1976, p. 69.

apresentava uma relativa diversidade. O auge desses estudos em terras brasileiras coincide com o enfraquecimento da política escravista e dos movimentos abolicionistas, o que significa que era iminente a condição de homem livre para negros que ainda eram escravos e esses seriam integrados à classe social brasileira enquanto cidadãos – esperava-se que a Lei Áurea garantisse tais direitos- entretanto, sabe-se que as coisas não aconteceram assim. Florestan Fernandes, ao falar sobre a integração do negro na sociedade brasileira após a abolição, considera a questão:

A desagregação do regime escravocrata e senhoral operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que o protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização de vida e trabalho. O liberto viu-se convertido, sumaria e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.¹⁰⁹

Ao analisar as decisões políticas da época, sabe-se que incomodava à elite branca ver a imagem do Brasil associada a uma população em sua maioria negra. Desde que os africanos foram brutalmente trazidos ao Brasil na condição de escravos, esses nunca foram considerados humanos, sempre foram vistos como animais, seres inferiores, aptos unicamente para o trabalho. Desse modo, o pensamento racista, tão discutido no século XIX, sempre esteve presente no país, a diferença naquele momento é que estava legitimado com o discurso da ciência.*

O pensamento de alguns estudiosos europeus foi recebido no Brasil e aqui surgiram muitos adeptos. Uma das figuras representativas do período foi o prestigiado médico Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia. O autor defendia que os criminosos deveriam ser julgados de formas diferenciadas, considerando as

¹⁰⁹ FERNANDES, 1978, p. 15.

* Lilia Schwarcz considera quatro dos teóricos estrangeiros como os que mais marcaram as discussões sobre raça no Brasil: Renan, Le bom, Taine e Gobineau. Renan acreditava existirem três grandes raças: branca, negra e amarela, as duas últimas e mais os miscigenados eram inferiores, pois o autor os considerava incivilizáveis, sem capacidade de progredirem. Le Bom, como um adepto da poligenia, estabeleceu muitas espécies de gênero humano tomando como princípio fenótipos como a cor da pele, formato de crânio. H. Taine foi um profeta do determinismo que acreditava que todos os fenômenos existiam por conta de uma causa exterior para motivá-los. Ficou conhecido na época pelo extremismo do seu pensamento. O Conde de Gobineau era também partidário de um determinismo racial absoluto. Este pensador introduziu no contexto da época a idéia de degenerência das raças pelo processo de miscigenação entre as diferentes raças humanas,

características da raça, pois acreditava que a incapacidade dos negros não lhes possibilitaria entender algumas regras sociais. Além dessas, havia outras propostas nas quais o médico cogitava um tratamento específico para o negro por conta de sua baixa capacidade e do grau de evolução entre as raças. Por outro lado, Nina Rodrigues foi um dos primeiros pesquisadores a fazer um estudo sobre a presença africana no Brasil, sua influência, as etnias e costumes da população africana e seus descendentes.¹¹⁰

Sílvio Romero, enquanto aluno da Escola de Direito em Recife, é, no século XIX, um dos principais defensores das teorias raciológicas. Um dos questionamentos do pensador era se a fusão das três raças que compõem o povo brasileiro traria alguma originalidade ao país. Romero acreditava no surgimento de um povo tipicamente brasileiro, mas que, com o passar do tempo, essa mestiçagem sumiria, pois haveria predominância da raça branca, considerada superior. "O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tornar-se um ascendente original no futuro."¹¹¹

Muitos intelectuais brasileiros aderiram às teorias científicas, estudos da medicina, direito, sociologia, também os textos literários absorveram os ideais científicistas. Alguns representantes das letras brasileiras do período foram altamente influenciados pelo pensamento científico e suas produções literárias são a representação do contexto histórico-social, como também das posturas ideológicas desses autores. Deve-se considerar que, no período, a literatura brasileira bebia em fontes européias; poucas foram as produções nacionais que conseguiram desvincular-se da tradição; logo, a ideologia da civilização branca irá deixar marcas consideráveis nos textos. Percebe-se, em alguns escritores como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Aluísio Azevedo, entre muitos outros, representações da sociedade brasileira que tinham por base o pensamento científico da época.

Euclides da Cunha, jornalista que mais tarde se tornou um dos nomes representativos da literatura brasileira, foi profundamente influenciado pelo pensamento científico, pois, em seus textos, era comum encontrar-se referência a Darwin, Spencer, Comte. Em sua obra de maior vigor – o épico *Os Sertões* – o autor procura explicar o comportamento

¹¹⁰ ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 205.

¹¹¹ ROMERO, Sílvio. *Apud* MUNANGA, 2004, p. 56.

do sertanejo pela sua mestiçagem. Para Euclides, o indígena era uma herança positiva na cultura brasileira, enquanto o negro era degenerado.¹¹²

Monteiro Lobato, no final do século XIX, foi uma personalidade central na intelectualidade brasileira como escritor e empresário editorial. Seguindo a “moda” do momento, que muitos intelectuais haviam aderido, Lobato foi contaminado pelo vírus das teorias raciológicas; para o escritor, o determinismo biológico respondia ao atraso que a miscigenação causava ao país. Baseado nessa concepção, o escritor criou o personagem Jeca Tatu, um protótipo do homem do campo brasileiro: pobre, doente e incapaz. Além do Jeca, as histórias infantis do escritor estão recheadas de preconceito contra o negro. Lobato expressou, em parte de sua obra, um racismo que nada mais era do que a reprodução de uma hierarquia social da qual ele fazia parte.

Aluísio Azevedo, considerado um dos mais expressivos autores do final do século XIX, em 1880, publica *O Cortiço*. No livro, pode-se perceber a presença do pensamento científico. Um dos personagens da trama é um português, Jerônimo, pai de família que vem tentar a vida no Brasil e, ao chegar ao cortiço, envolve-se com uma mulata, Rita Baiana, e muda completamente sua postura: abandona a família, deixa de gostar das tradições portuguesas e passa a valorizar o samba; no fim, acaba tornando-se um assassino em nome do seu amor adúltero. Para contrapor a história de Jerônimo, há outro português dono do cortiço, que, ao contrário do primeiro, procura se desvencilhar de envolvimento com negros e ascende socialmente, tornando-se um membro da nobreza.¹¹³ O desfecho desses dois personagens dá uma dimensão de como o escritor estava imbuído de pressupostos racistas vigentes no período.

Esses brasileiros que representam a literatura do Brasil do final do século XIX e início do XX não se destacam no panorama intelectual somente por conta de suas habilidades; há uma rede de influências que servem como ancoradouro de suas criações naquele momento histórico. Os pressupostos da ciência que permeiam seus textos deixam marcas claras da representação que as narrativas fazem da realidade brasileira. A inferioridade, indolência, falta de caráter dos personagens nos enredos, tudo estava

¹¹² SKIDMORE, 1976, p. 124.

¹¹³ ORTIZ, 1994, 39.

justificado pela categorização das raças estabelecida pela ciência que subjugava os negros.¹¹⁴

Canaã e *Triste fim de Policarpo Quaresma* estão inseridos no mesmo contexto sócio-histórico da época de muitos pensadores brasileiros; tanto esses escritores, como os autores dos livros em estudo, deixaram impressos nos textos, marcas das questões sociais, políticas e raciais do período. As obras são representações das ideologias excludentes que imperavam na época. A discussão aparece nos dois textos sob perspectivas distintas: Graça Aranha discute a questão raciológica e miscigenação de forma incisiva, o problema é posto em cheque através de diálogos entre os personagens: Lentz e Milkau, Pantoja e os juízes Paulo Maciel e Itapecuru. Por sua vez, Lima Barreto usa outra estratégia: as questões raciais presentes no texto do escritor carioca são distribuídas de modo que o drama vivido pelos personagens negros não se destaca de maneira tão evidente. Um dos motivos é que esses personagens estão ligados à narrativa por fios tênues que, se forem cortados, a maioria não faz falta, por isso não chamam a atenção dos leitores. No entanto, a condição social em que se encontram coloca-os num lugar de vítimas de um sistema político excludente e racista. Carlos Moore, ao falar sobre o racismo na América Latina, aponta as causas para esse acontecimento:

(...) Incorporar a dimensão racial à análise da sociedade em seu conjunto é condição para que se logre uma leitura social, cultural ou política capaz de revelar as realidades factuais das sociedades latino-americanas. Nelas, a pobreza e a desigualdade nascem de um sistema de dominação política e de hegemonia social, historicamente baseado no esmagamento e na marginalização das sociedades indígenas, por um lado, e por outro, da imposição da escravidão racial das populações africanas e na sua subsequente marginalização no período pós-abolição.¹¹⁵

No livro *Canaã* os personagens Lentz e Milkau são dois arianos que chegam ao Brasil para tentar a vida. O primeiro mostra-se altamente preconceituoso e desacreditado nas raças não brancas, para ele, inferiores. Pode-se perceber em sua fala o peso do

¹¹⁴ FURTADO, 2002, p. 100.

¹¹⁵ MOORE, 2005, p. 335.

pensamento científico do período. O diálogo abaixo acontece quando os alemães têm o primeiro contato com o Brasil e estão deslumbrados com a imponência da natureza.

LENTZ – Até agora não vejo probabilidade da raça negra atingir a civilização dos brancos. Jamais a África...

MILKAU – O tempo da África chegará. As raças civilizam-se pela fusão; é nos encontros das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização. O papel dos povos superiores é o instintivo impulso do desdobramento da cultura, transfundindo de corpo e alma o produto dessa fusão que, passada a treva da gestação, leva mais longe o capital acumulado das infinitas gerações. Foi assim que a Gália se tornou França e a Germânia, Alemanha

LENTZ – Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre a qual se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro.¹¹⁶

A discussão dos personagens representa um pensamento muito comum no Brasil de 1870 a 1930, quando as teorias raciais tinham por base argumentos biológicos, que tomavam como parâmetro a associação das características físicas ao intelecto. No entender de muitos estudiosos, alguns deles já citados nesse trabalho, os mestiços, por serem inferiores, não seriam capazes de impulsionar o crescimento de uma sociedade composta por esse grupo étnico. Através de Lentz, pode-se imaginar como os povos do Brasil e da África eram vistos pelos estrangeiros e, conseqüentemente, por brasileiros que comungavam com as teorias racistas da época, as quais viam os negros como seres inferiores, incapacitados.

A humanidade, no século XIX, passou a ser classificada a partir de estágios civilizatórios, nos quais os europeus eram o exemplo de sociedade adiantada. Mesmo que Milkau discorde do pensamento racista de Lentz, ele ainda admite ser o povo europeu a raça “adiantada”, contrapondo-se às raças “virgens”, com as quais iria se fundir para formar a civilização de mulatos, como se pode perceber no trecho de *Canaã*, citado logo abaixo, em que Pantoja, o personagem mulato que exerce a função de escrivão e trabalha com promotores e juizes, posiciona-se defendendo os mulatos.

¹¹⁶ ARANHA, 1998, p. 35.

Os magistrados discutem sobre a chegada de estrangeiros ao país, sobre cultura, formação de profissionais da área jurídica; nesse ponto, não escondem a admiração por personalidades francesas. Na opinião das autoridades, o Brasil teria seus problemas resolvidos quando entregasse a direção do país nas mãos dos estrangeiros. O personagem Pantoja reage ao comentário com patriotismo veemente:

Admira-me ouvir de dois magistrados uma tal linguagem. Não há mais patriotismo, não há mais nada. Os senhores podem querer entregar a pátria ao estrangeiro, podem vendê-la, mas enquanto houver um mulato que ame este Brasil, que é seu, as coisas não vão tão simples, meus doutores.
E o pardo cerrou os punhos, rangeu os dentes, estampando-se-lhe na cara um sorriso tenebroso.¹¹⁷

A reação do escrivão denota uma defesa à população mulata. Neste contexto, o personagem dá a entender que o futuro étnico do Brasil está nas mãos desse grupo. No final do século XIX e início do XX, circulava entre muitos estudiosos brasileiros a possibilidade de definir um “tipo nacional” através da miscigenação, ao fim e ao cabo, essa idéia era uma “extensão” da política de branqueamento. Sílvia Romero, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, João Batista Lacerda, entre outros, apresentam teorias nas quais a miscigenação e a formação de uma raça nacional era o pilar que sustentava tais discursos. Cada um desses estudiosos contribuiu, de maneiras diferentes, para fortalecer as discussões sobre miscigenação, branqueamento e discriminação racial.¹¹⁸

Lima Barreto trabalha a miscigenação de modo diferente de Graça Aranha. O escritor carioca, nesse livro, não apresenta diálogos explícitos sobre o tema, mas o não dito rasura o discurso explícito, pois o silêncio é por si só uma denúncia, como se pode perceber na cena abaixo, na qual Ricardo lamenta pelo destino da mulher:

Teve pena daquela pobre mulher, duas vezes triste na sua condição e na sua cor. Veio-lhe um fluxo de ternura e depois pôs-se a pensar no mundo, nas desgraças ficando um instante enleado no enigma do nosso miserável destino humano.¹¹⁹

Quando Ricardo lamenta por D. Alice, a lavadeira, ele o faz porque sente na própria pele os efeitos do racismo contra negros, uma vez que ele também pertence àquele grupo étnico. O trovador tem consciência do desempenho desses sujeitos nas relações

¹¹⁷ ARANHA, 1998, p.117.

¹¹⁸ MUNANGA, 2004, p. 55, 62, 69.

¹¹⁹ BARRETO, 1998, p. 85.

concretas e objetivas do cotidiano; ao pensar na condição de D. Alice, como mulher e negra, ele faz uma representação de si mesmo a partir dessas experiências, daí sua frustração com o destino da gente negra. Lima Barreto discute a questão racial com profundidade em outras situações de outras obras, como em *Clara dos Anjos*, por exemplo, onde o escritor fala do preconceito contra a mulher negra. No romance, o narrador mergulha no sofrimento da jovem e mostra como esta foi seduzida por um homem branco. Lima retrata o desespero de muitos que têm consciência de que seu destino está ligado à cor da sua pele. No romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, o escritor também trabalha a questão racial sob uma perspectiva de denúncia.

2.4 A conjuntura política da imigração europeia no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

O racismo imbuído nas teorias racionais do século XIX marcou profundamente sociedades em que sua população era formada por variedades étnicas. No caso brasileiro, as consequências foram mais intensas, uma vez que o país tentou se espelhar nas civilizações europeias de população branca. A contradição de tal decisão estava em negar ou diminuir as outras etnias na formação populacional do Brasil, em especial os negros, considerados os mais inferiores na “pirâmide étnica” das nações. Carlos Moore, ao falar sobre o racismo na América Latina, refere-se exatamente à realidade do Brasil:

Na América Latina as elites republicanas não tinham como projeto emancipar a população de origem africana. Com efeito, em vez de elaborar estratégias democráticas capazes de reverter a ordem racializada surgida na escravidão, as elites projetaram no Estado toda superestrutura desenvolvida no período colonial e escravocrata. Ou seja, os novos dirigentes latino-americanos, que alcançaram o poder mediante um processo supostamente revolucionário, levaram para o interior do Estado a visão e as práticas da escravidão, assim reproduzindo uma ordem pigmentocrática e altamente repressiva. Esse novo cenário tem como sustentáculo um projeto eugenista de branqueamento, apoiado na massiva imigração da população oriunda da Europa. Tais fatos agiram em detrimento das aspirações dos afrodescendentes, contribuindo para impedir sua inserção na nova estrutura econômica capitalista.¹²⁰

Nas últimas décadas do século XIX, as elites governantes e os produtores rurais acentuaram a necessidade de substituir o trabalho escravo, uma vez que, no período, esse ainda era a fonte principal do trabalho agrícola do país. Isso explica o processo lento em que se deu a abolição do sistema escravista. A partir de 1867, uma

¹²⁰ MOORE, 2005, p. 330/331.

considerável quantia em verba do governo imperial era destinada para financiar a política de imigração, principalmente a europeia. Assim, incentivada pelos governos das então províncias, em especial as de São Paulo e Santos – depois transformadas em estados - a concentração de imigrantes foi maior. A política de imigração não era só de interesse do governo, os produtores agrícolas também se mostravam preocupados. Resolveu-se fazer uma conferência agrícola em 1878, no Rio de Janeiro, para se discutir sobre a situação. Embora o congresso tivesse por fim discutir as dificuldades da agricultura brasileira para chegar a possíveis decisões, a discussão girou efetivamente em torno do tema raça.¹²¹

Estavam reunidos no Congresso Agrícola 399 delegados, a maioria do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, alguns poucos de outras localidades. Marcaram presença no evento o ministro da agricultura, Sinimbu e políticos importantes como Campos Sales. Na reunião, cogitou-se investir em imigrantes asiáticos considerando o custo que era mais em conta que o europeu, mas a maioria dos participantes não concordou. Estava implícito entre os presentes que o imigrante europeu era superior a qualquer outro estrangeiro. Até os plantadores, que tinham o lucro como objetivo principal de estarem ali, não rejeitaram a idéia de que o Brasil deveria aproveitar a oportunidade para pensar na composição racial de sua população. Assim, as raças pretas e amarelas não eram convenientes para resolver o problema da composição racial brasileira. O debate se estendeu além do Congresso Agrícola e chegou ao parlamento imperial através do deputado Joaquim Nabuco, que também não apoiava a sugestão de trazer imigrantes asiáticos, pois considerava que aquela população trazia vícios servis e imorais e que contaminaria a população nacional, contribuindo para sua degradação.¹²²

Uma das soluções adotadas pelo Brasil para se desvencilhar do estigma do país “colorido”, “multicolor” foi investir na política de imigração europeia como real possibilidade de clarear a cor da pele da população ao longo dos anos. Essa política já havia sido iniciada ainda no período colonial, no governo de Dom João VI. Em 1818, com a chegada ao Rio de Janeiro de imigrantes suíços, o monarca afirmou que a vinda dos estrangeiros serviria para “promover e dilatar” a civilização. O tratado não mencionava a palavra raça, no entanto, no capítulo XVIII, há uma referência que

¹²¹ SANTOS, 2002, p. 2.

¹²² IDEM, p. 4.

estabelece critérios para a prestação de serviços militares que deveriam ser feitos por brancos, para não contradizer os regimentos portugueses que eram de cor branca.¹²³

A mudança de Colônia para Império não trouxe muitas diferenças. Dom Pedro I, em 1824, destina recursos públicos para o agenciamento de imigrantes alemães. Tal estratégia foi interrompida em 1830 por falta de verba, mas retomada em 1840. As autoridades brasileiras justificavam a vinda de imigrantes para trabalharem na lavoura com a teoria de que os afro-descendentes não eram aptos para o cargo.

Havia o entendimento de que as terras públicas deveriam ser colonizadas com imigrantes europeus, alimentado pela crença de que a existência do regime escravista era empecilho para a implantação de uma economia liberal no país e a população de origem africana não se coadunava com o princípio da livre iniciativa. Nessa lógica evidentemente racista, negros e mestiços e também “os índios selvagens” podiam ser escravos, servos ou coadjuvantes, mas não se adequavam ao trabalho livre na condição de pequenos proprietários.¹²⁴

O governo imperial fez esforços diplomáticos para atrair ao Brasil imigrantes europeus. Tentava-se vender a imagem do Brasil no exterior para trazer imigrantes tanto da Europa quanto dos Estados Unidos da América. O empenho para fazer do país um produto atrativo foi extensivo aos escritores e intelectuais; uma das figuras que mais se destacou foi o barão do Rio Branco, então ministro do exterior. Fora do Brasil, em especial na Europa e América do Norte, as fontes de informação sobre o Brasil eram obtidas através dos viajantes pesquisadores, que, em sua grande maioria, conservava o pensamento racista sobre o contingente populacional de origem africana. A cor da pele dos habitantes não era o único fator negativo; o clima tropical do país, que, na época, era considerado propenso a doenças, colocava-o em desvantagem, comparando-se com o clima temperado dos Estados Unidos da América, Argentina e Chile, países que também investiam na política de imigração. Um fator que contribuiu para a entrada de imigrantes em terras brasileiras foi exatamente o clima diferenciado do sul de São Paulo e dos Estados do Sul do país.¹²⁵

A partir de 1850, passou a vigorar no Brasil uma política mais consistente para atrair imigrantes europeus. Foi promulgada a Lei 601/1850, que concedia terras do Estado

¹²³ SEYFERTH, 2002, p. 14

¹²⁴ SANTOS, 2002, p. 17

¹²⁵ SKIDMORE, 1966, p. 144

para estrangeiros. Esse ato coincide com o fim do tráfico de escravos. Entre os estrangeiros, havia uma preferência pelos alemães, apesar de contrariar os ideais da Igreja Católica, pois a Alemanha era um país protestante. Muitos imigrantes alemães foram encaminhados para o Sul, o que facilitou o surgimento de colônias homogêneas; a mesma coisa aconteceu com os italianos. Mais tarde, essa proposta foi muito criticada, pois os colonos ficavam à margem da sociedade, segregados entre os seus.¹²⁶ Em *Canaã*, é possível perceber essa segregação das colônias alemãs, pois os moradores não faziam nenhum sacrifício para se misturarem ao povo brasileiro, muito pelo contrário, faziam questão de manter certa distância. Esse comportamento não agradava às autoridades políticas, pois a imigração deveria corresponder a dois objetivos da política da época: contribuir para o branqueamento da população e serem assimilados à cultura nacional.

Sílvio Romero foi um dos intelectuais que defendiam fervorosamente a imigração europeia, no entanto, mostrou-se contrário às colônias alemãs do sul; para o intelectual, os alemães eram uma ameaça à nacionalidade do país, o Brasil deveria investir na vinda de imigrantes latinos: italianos, espanhóis e portugueses, uma vez que os germanos demonstravam resistência à assimilação. João Batista Lacerda também comungava com as idéias de Romero, os estudiosos acreditavam que a imigração era importante para o Brasil, porém não poderia suplantiar a nacionalidade do país, a língua portuguesa e a cultura brasileira deveriam ser preservadas. Assim, tudo o que pudesse ameaçar essa estrutura deveria ser repudiado, como a cultura alemã ou a imigração asiática – considerada inferior – ou a exclusividade que a imigração portuguesa vinha apresentando no comércio.¹²⁷

Como continuidade à política imigratória, ambiciosos projetos de modernização dos centros urbanos foram implementados. O Rio de Janeiro, como capital da República, passou por várias reformas radicais: construção de avenidas mais largas, intervenção na saúde pública, campanha de vacina contra doenças, demolições de casarões para construções mais modernas, entre outras decisões.¹²⁸

¹²⁶ SEYFERTH, 1995, p. 47.

¹²⁷ IDEM, p. 55.

¹²⁸ SEVCENKO, 2003, p. 43

Logo depois da proclamação da República, o governo provisório promulgou um decreto que não deixa dúvidas sobre o ideal do branqueamento, como se pode ler numa transcrição de Skidmore em que ele cita o referido decreto.

É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país. A essa provisão liberal se acrescentava a cláusula: excetuado os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante a autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas.¹²⁹

Pelo que se pode inferir analisando o censo de 1890, 30% da população do Rio de Janeiro era de imigrantes, entre eles a maior incidência era de portugueses, que controlavam o comércio da cidade. As autoridades tentavam resolver da melhor forma possível esse problema, inclusive, ainda no ano de 1890, criando uma lei que tornou esses estrangeiros cidadãos do Brasil, como mostra José Murilo de Carvalho:

A lei da grande naturalização de 1890 declarava cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que em seis meses não manifestassem expresse desejo de manter sua cidadania original. Não há dados específicos sobre os efeitos da lei. Pelos relatórios diplomáticos dos representantes inglês, francês e português, percebe-se que houve reação geral contra a lei.¹³⁰

Por meio das decisões políticas quer fossem para trazer os imigrantes ou para mantê-los no Brasil, fica clara a ansiedade de alguns brasileiros de igualar a população local com a cultura europeia, principalmente na cor da pele. Graça Aranha e Lima Barreto discutem a política do branqueamento em suas obras – *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma* – através de representações do povo brasileiro que resistiam àquela invasão estrangeira, ou através dos seus personagens, quando representam a realidade vivida por muitos brasileiros que se viam preteridos do direito a terra, uma vez que a política priorizava os estrangeiros. Na obra dos dois autores, a crítica aparece em trechos nos quais os narradores contrastam os efeitos do projeto de formação da nação do Brasil por meio da imigração.

Em *Canaã*, a cena é explorada de uma conversa entre Milkau e um ex-escravo, que mora em um casebre à beira da estrada.

¹²⁹ SKIDMORE, 1976, p. 155.

¹³⁰ CARVALHO, 1987, p. 81.

- Mas, meu amigo, disse Milkau, você aqui, ao menos está no que é seu, tem sua casa, sua terra, é dono de si mesmo.

- Qual terra, qual nada... Rancho é do marido de minha filha, que está aí sentada, terra é de seu coronel, arrendada por dez mil-réis por ano. Hoje em dia, tudo aqui é de estrangeiro, Governo não faz nada por brasileiro, só pune por alemão... (grifo nosso)

...- Vosmecê vai ficar aqui? Daqui a um ano está podre de rico. Todos os seus patrícios eu vi chegar sem nada, com as mãos abanando... E agora? Todos têm uma casa, têm cafezal, burrada... de brasileiro Governo tirou tudo, fazenda cavalo e negro... Não me tirando a graça de Deus...

E os olhos tristes obscureceram-se. A névoa que os cobria tornou-se mais densa, como que sobrecarregada agora de pesada visão da conquista da terra pátria pelo bando de invasores.¹³¹

A situação vivida pelo ex-escravo era de dimensão muito maior do que sua consciência crítica poderia imaginar. Essas situações aparecem como “eventos históricos externos”; as diferenças sócio-culturais não surgem de contextos locais, ou seja, não foi um evento isolado daquela fazenda em Cachoeiro de Espírito Santo. Trata-se de um contraste em conjunto com um sistema social pré-estabelecido pelo Estado-nação brasileiro, o qual deitou raízes por todo o território nacional.

Em alguns pontos do país, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre foi uma estratégia usada para acelerar o processo de branqueamento da população nacional. Entretanto, o discurso oficial não fazia nenhuma menção a esse fato. Através dos decretos relativos ao agenciamento de imigrantes, contratos com empresas de colonização, alvarás, entre outras medidas, tem-se a denúncia da exclusão dos negros nesse projeto de nação.

A representação do personagem de *Canaã* dá voz a um grupo da sociedade brasileira que tinha consciência que fora preterido pelo Estado. A instituição é representada pelo ex-cativo através da figura do governo; esse é responsabilizado pela situação em que aquele pobre senhor e muitos outros ex-escravos se encontravam: sem amparo e não tendo com quem contar. A comunidade ex-escrava compartilhava de uma consciência intrínseca à sua própria identidade de negro, ex-cativo, sem amparo social. Os senhores de escravos, “sua referência de segurança”, foram em muitas situações, obrigados pela política nacional a abrir mão do plantel de escravos mantidos em suas fazendas.

¹³¹ ARANHA, 1998, p. 141

Na obra de Lima Barreto, a questão da imigração vem à tona em um trecho através da fala do personagem Anastácio: um negro africano que há muito morava com o major Quaresma e sua irmã, um sujeito de poucas palavras, quase não se destaca nas cenas em que aparece. Anastácio representa o fiel ex-escravo servil e obediente. Quando o major morava no Rio de Janeiro, o empregado só é citado uma vez, ganha um pouco mais de espaço na segunda parte do livro, no capítulo “*No Sossego*”, pois seus conhecimentos agrícolas do tempo da escravidão são úteis para ajudar o major no seu novo projeto de promover o desenvolvimento da pátria através da agricultura.

Por ser um homem da cidade, Quaresma nada entendia de agricultura, acreditava que, se estudasse um pouco, poderia tocar seu sítio à frente. Como sempre acontecia com o major quando se tratava de exaltar e ajudar o Brasil, ele encarou aquela nova fase de sua vida com entusiasmo exagerado. Nesse momento é que entra Anastácio como ponto de equilíbrio, razão e referência. Contraditoriamente, quem conhecia a terra não possuía um pedaço de chão para cuidar e o que tinha condição de investir, faltava-lhe conhecimentos sobre a labuta no campo, como podemos perceber no fragmento abaixo:

... Anastácio, junto ao patrão olhava-o com piedade e espanto. Por gosto andar naquele sol a capinar sem saber?... Há cada coisa neste mundo! E os dois iam continuando. O velho preto, ligeiro, rápido, raspando o mato rasteiro, com a mão habituada, a cujo impulso a enxada resvalava sem obstáculo pelo solo, destruindo a erva má; Quaresma, furioso, a arrancar torrões de terra daqui, dali, demorando-se muito em cada arbusto e, às vezes, quando o golpe falhava a lâmina do instrumento roçava a terra, a força da área era tanta que se erguia uma poeira infernal, fazendo supor que por aquelas paragens passara um pelotão de cavalaria. Anastácio, então, intervinha humildemente, mas em tom professoral:
- Não é assim, ‘seu major’. Não se mete a enxada pela terra a dentro. É de leve, assim.¹³²

Anastácio era mais uma vítima de um sistema agrário excludente para africanos e seus descendentes. Como já foi apontada pelo personagem de *Canaã*, no início do século XX, a política agrária estava muito mais preocupada em acomodar os imigrantes europeus aqui do que fazer uma reforma na qual os africanos recebessem algum tipo de compensação pelo período de escravidão forçada. Lima Barreto traduz as fissuras dessa política para sua obra. Ainda que o autor não dê voz ao ex-escravo, Felizardo, outro

¹³² BARRETO, 1998, p.78.

trabalhador do sítio confirma essa tese ao responder à sobrinha do major, Olga, por que não plantava em sua própria terra.

–Sá dona ta pensando uma coisa e é outra. Enquanto planta cresce e então? ‘Quá Sá dona’, não é assim.

Deu uma machadada; o tronco escapou: colocou-o melhor no picador e, antes de desferir o machado ainda disse:- terra não é nossa... E a ‘frumiga’?... Nós não ‘tem’ ferramenta... isso é bom para italiano ou ‘alamão’, que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...¹³³ (grifo nosso)

Mais uma vez percebe-se, através de personagens literários, a insatisfação da sociedade para com a política nacional que priorizava os estrangeiros em nome de um ideal de população branca. Os indivíduos que mais sentiam as consequências dessa opção eram aqueles que não tinham condições de concorrer em pé de igualdade com os estrangeiros, quer fosse no campo ou nas cidades.

Os imigrantes que chegavam ao país não vinham agregar-se aos negros, ao contrário, estavam aqui para ocupar os seus lugares. A ideia de raça que imperava no Brasil no final do século XIX suplantou, em alguns aspectos, o ideal nacionalista. Na verdade, esse nacionalismo estava presente no contexto brasileiro da época, mas se apresentava em forma de racismo, exclusão da população não branca. A hierarquia que estava presente na concepção de raça marcou profundamente o pensamento e políticas brasileiras durante muito tempo.

¹³³IDEM, p. 103.

3.0 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OS PERSONAGENS DE *CANAÃ* E *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA* E AS REPRESENTAÇÕES

3.1 Representação Social: um instrumento de análise do negro no universo político brasileiro do início do século XX.

O conceito de Representação Social (RS) vem se configurando como uma das principais ferramentas das ciências sociais para compreender como a sociedade e seus indivíduos se inter-relacionam para difundir normas e padrões interculturais. Desse modo, estudar Representação Social é, antes de tudo, buscar compreender como os valores e pensamentos da sociedade são transmitidos, estruturados, modificados ou reafirmados. O psicólogo Moscovici assim define a teoria:

As RS seriam os "sistemas de valores, idéias e práticas" que permitem as pessoas "orientar-se em seu mundo material e social, controlá-lo e comunicar-se umas com as outras através de um código de denominação e de classificação dos vários aspectos desse mundo e de sua história individual e grupal".¹³⁴

Desse modo, para o autor, as Representações Sociais seriam um quadro de referências sociais, valores e normas culturais, presentes na sociedade e construídas pelo sujeito, que fariam a intermediação com o “mundo exterior”, trazendo consequências reais para a sua construção e definição

Esse conceito proposto por Serge Moscovici surge como uma reação à tendência individualista da psicologia cognitivo-social que praticamente ignorava as influências culturais na construção da cognição humana. Essa era vista como algo mantido por esquemas de crenças individuais e independente da simbologia presente nas relações sociais.

Para modelar o seu novo conceito, o autor parte, principalmente, do conceito de representações coletivas criado por Durkeim na sociologia do início do século XX, que se referiram às categorias de pensamento através das quais as sociedades elaboram e expressam a sua realidade. Sempre ligadas a fatos sociais, geralmente estão associadas a grandes estruturas do pensamento social e, muitas vezes, marcam uma posição de classe clara, pois a representação social é exterior à consciência individual - a sociedade é que

¹³⁴ MOSCOVICI, 1983, p. 593.

pensa- e sempre exerce uma ação coercitiva sobre elas. Dentre as representações coletivas, podemos destacar a religião e a moral.¹³⁵

A principal crítica de Moscovici ao conceito de representações coletivas está na ênfase dada na coerção atribuída da sociedade sobre os indivíduos, excluindo o caminho inverso, do indivíduo, ou de grupos de indivíduos, através de sua representação, influenciar a sociedade. Para o psicólogo, os fenômenos de que a sociologia se ocupava não atendiam às necessidades da psicologia social. O aparecimento de outra ordem de fenômenos sociais (pressões de grupos cada vez mais heterogêneos na sociedade), exigia outro conceito para englobá-los; é dessa separação de conceitos que surge o termo Representações Sociais. A criação da teoria se valeu de outras contribuições além dos estudos de Durkeim; também contribuíram com os estudos a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.¹³⁶

Ainda trabalhando com o conceito de RS, a psicóloga social Denise Jodelet o define como uma espécie de modalidade de conhecimento prático, orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo. É um conhecimento prático, pois ele se destina a responder ou preencher requisitos ou necessidades da sociedade ou de grupos sociais. É dialógico porque a sua força reside na comunicação e transmissão para outras pessoas ou grupos sociais. Desse modo, ele é sempre referencial: uma referência de alguém para alguma coisa. E, finalmente, o seu estudo abarca a compreensão da organização social quer seja no seu construto social, material ou ideativo.¹³⁷

Para a psicóloga Mary Jane Spink,¹³⁸ a representação social seria um processo psicossocial que construiria as inter-relações entre sujeito e sociedade; um movimento de influência recíproca e constante. Ela trabalha com a idéia de que o conceito de representação social teria dois significados complementares:

¹³⁵ MINAYO, . 1995, p. 95

¹³⁶ OLIVEIRA E WERBA, 1998, p. 104.

¹³⁷ JODELET, 2001, p 25

¹³⁸ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

- a) o primeiro seria o da representação cognitiva do conhecimento, pois, para qualquer informação chegar à nossa mente, ela precisa ser codificada e interpretada pelos nossos filtros de conhecimentos prévios;
- b) o segundo seria o da representação teatral. Longe de ser uma interpretação passiva da sociedade, as RS seriam um movimento dramatizado para modificar/interpretar o real. Não importaria o ato em si, mas as suas implicações práticas.¹³⁹

Desse modo, o conceito de Representação Social faria um duplo movimento de inter-relação entre sujeito e sociedade. Por um lado, seria uma forma de conhecimento prático com a finalidade de orientar o sujeito no seu saber-fazer no mundo, um processo inevitável de socialização pelo meio. No outro, ela aparece como uma elaboração/construção do sujeito sobre objetos sociais valorizados, uma ação ativa do sujeito sobre a sua realidade. Dito de outra forma, o sujeito modifica o mundo ao se adaptar a ele.

Para a RS, o mundo social será sempre mediado pelas trocas simbólicas presentes em uma cultura compartilhada que se expressam, principalmente, em categorias da linguagem¹⁴⁰. O trabalho do cientista social seria o de buscar o “*desvelamento da teia de significados que sustenta nosso cotidiano e sem a qual nenhuma sociedade pode existir.*”¹⁴¹. Essa busca, esse objeto, encontra-se difundida em toda sociedade e se expressa, entre outras coisas, não só pelo modo de organização social, mas também em sistemas de comunicações mais fluidos como as falas do cotidiano e nos textos escritos. O que importaria para o cientista social seria a interpretação do fluxo do discurso social que tornaria compreensível o fazer social.

O conceito de Representação Social usado na literatura recai na interpretação da realidade através do texto e das relações humanas mediadas na estrutura social. Gustavo

¹³⁹ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

¹⁴⁰ JODELET, 2001, p. 20

¹⁴¹ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

Arnt trabalha com representação no âmbito da literatura definindo o termo a partir de dois critérios:

a) o sentido de descrição, caracterização, ou seja, o modo como o escritor representa um personagem é o modo como ele o caracteriza física, psicológica, cultural, social e economicamente; b) o sentido de colocar-se como representante do outro, isto é, representar significa desempenhar uma função ou ocupar um espaço numa situação em que o representado encontra-se impossibilitado de fazê-lo.¹⁴²

A literatura compreende que o texto literário e o mundo são representações de universos diferentes, mas que são atraídos pela verossimilhança, uma vez que na ficção são reelaborados acontecimentos iguais aos do mundo real: amores, ódios, paixões, uso e abuso de poder, discriminações. Os sentimentos que se encontram nas representações literárias são os mesmos que existem fora do mundo literário.¹⁴³ Foucault fala desse embricamento entre a representação literária e a realidade analisando o contexto do final do século XVI e início do XVII, mas que é pertinente a sua utilização neste trabalho. Para o autor, essa relação é possível devido às similitudes existentes entre os dois universos, e a semelhança é o elo de ligação entre ambos. Em meio às várias similitudes apontadas pelo autor, a emulação – “uma espécie de conveniência, mas que fosse liberada da lei e do lugar”- é a que melhor explica a relação entre a representação literária e a realidade, posto que, segundo o autor: “Há na emulação algo de reflexo e de espelho: por ela, as coisas dispersas através do mundo se correspondem.”¹⁴⁴

O que se conhece por mundo real é um código e uma das finalidades da imitação ou representação pela literatura é elaborar um discurso sobre o mundo real. A literatura representa a realidade e o leitor é enredado nas teias dessa construção, pois a diferença entre um e outro universo é tênue, muitas vezes não se sabe onde começa um e termina o outro. Em meados do século XX, Compagnon comenta sobre esta relação simbiótica entre a representação literária e o mundo real.:

Doravante, a única maneira aceitável de colocar a questão das relações entre literatura e a realidade é formulá-la em termos de “ilusão referencial”, ou, segundo a célebre expressão de Barthes, como um “efeito do real”. A questão da representação volta-se então para a do verossímil como convenção ou código partilhado pelo autor e pelo leitor. Que se observe o *locus amoenus* da retórica antiga dos relatos dos viajantes do

¹⁴² ARNT, A representação do negro na prosa brasileira contemporânea: uma geografia. www.igualdaderacial.unb.br/pdf/. Acessado em 15 de jan de 2009.

¹⁴³ COMPAGNON, 2001, p. 108

¹⁴⁴ FOUCAULT, 1985, p. 35.

Renascimento no Oriente e na América, confirmando que não é o próprio real que é descrito ou visto, mesmo quando se trata do Novo Mundo, mas sempre já um texto cheio de clichês e estereótipos.¹⁴⁵

As palavras da narrativa literária são signos que constroem um mundo de ficção e, por serem uma criação linguística, o mundo ficcional, às vezes, rasura o mundo real quando trabalha com exceções, com o objeto que, no mundo real, está à margem. Os signos literários estão quase sempre por dizer algo, a análise dos signos é a decifração do que ele realmente quer dizer.¹⁴⁶

Partindo do princípio que RS é uma elaboração compartilhada pelos sujeitos sociais sobre os objetos da sociedade, e que essa ação social pode ser compreendida por um viés interpretativo, é que este estudo faz uma investigação da representação da sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX a partir de duas obras literárias – *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*. Em ambas as obras, os negros são representados enquanto atores sociais que estão inseridos em um contexto sócio-político no qual a hierarquização das raças “define” os lugares que cada uma deve ocupar.

A condição étnica da população do Brasil do início do século XX era um tema presente nas interações sociais da população, quer fossem nas camadas mais elevadas ou nas mais simples^{147*}. Entretanto, esse discurso não era incorporado pelos grupos sociais de forma homogênea, haja vista que, na construção das representações sociais, precisa ser considerado também o aspecto subjetivo do discurso. O que está exposto nas RS são, antes de tudo, as tensões e assimilações de grupos sociais em contato direto, os quais sempre criam interpretações carregadas de emoções, tensões e necessidades práticas. São construídas, segundo Spink, de forma negociada e indireta, sempre mediadas por categorias históricas e subjetivamente construídas.

As RS constroem um conceito para trabalhar com o fluxo do discurso social atento a sua heterogeneidade. Compreende que, em sociedade, existem diferentes formas de se

¹⁴⁵ COMPAGNON, 2002, p. 110.

¹⁴⁶ FOUCAULT, 1985, p. 91.

¹⁴⁷ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

comunicar e elegem duas como as suas principais: a consensual e a científica ou reificada. Segundo Arruda:

O universo consensual (UC) seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado (UR) se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais frequentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques.

Desse modo, no universo consensual, o discurso está pautado nas trocas humanas diretas, independente de status ou situação de poder. Todos podem opinar sobre diversos assuntos do modo que melhor lhe convier. Já no universo reificado, o discurso está pautado no método e na posição de quem fala. Aqui, o discurso já foi apropriado pelo saber científico e fatiado por entre os seus membros. Para falar sobre a saúde, seria necessário ser um médico, para falar sobre raças, um higienista.

No UC a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é aqui a medida de todas as coisas. (...)

Num UR a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais. Somente a competência adquirida determina o seu grau de participação de acordo com o mérito, seu direito de trabalhar “como médico”, “como psicólogo”, “como comerciante” ou se abster desde que eles não tenham competência na matéria. (...) Nós nos confrontamos, pois, dentro do sistema, como organizações pré-estabelecidas, cada uma com suas regras e regulamentos.¹⁴⁸

Assim, o saber popular presente no discurso consensual seria aprisionado e subjugado pelo discurso reificado, sendo que, em muitos casos, o segundo acaba sendo incorporado pelo primeiro, marcando, em grande parte das Representações Sociais, um caráter ideológico*, como nos explica Spink:

...as representações sociais não são meras (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo. Elas são também alimentadas pelos produtos da **ciência**, que circulam publicamente através da mídia e das inúmeras versões populares destes produtos¹⁴⁹

¹⁴⁸ MOSCOVICI, 2003, p 49.

* Entretanto, cabe ressaltar que, apesar do caráter ideológico da maioria das representações sociais, elas não podem ser confundidas como simulacros ou fragmento de teorias científicas retransmitido das classes dominantes para as classes dominadas. Nas RS, os sujeitos, ao retransmitir o conhecimento apropriado, imprimem nele o seu pensamento, afeto e contexto cultural.

¹⁴⁹ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

Cabe lembrar, ainda citando Spink, que as representações sociais, entendidas como conhecimentos práticos, inserem-se mais nas vertentes que estudam o Senso Comum. Para a autora, essa opção já demarca uma ruptura da visão clássica do conhecimento como saber formalizado pela ciência e busca romper a “clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas às determinações sócio-históricas de épocas específicas.”¹⁵⁰

Assim, a teoria das representações sociais nega a primazia e neutralidade do discurso científico sobre o discurso consensual, compreende ambos os discursos como construções históricas passíveis de interpretação e mediados por representações sociais e ideologias.

Entretanto, como ainda nos aponta Spink, não trata de se “reabilitar o senso comum enquanto forma válida de conhecimento; trata-se, sobretudo, de situá-lo como teia de significados capaz de criar efetivamente a realidade social”.¹⁵¹

Dessa forma, podemos pensar que, em sociedade, existem diferentes formas de comunicação e, tanto no universo reificado quanto no consensual, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para vida humana. Em *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*, alguns exemplos podem ser lidos como representação social construída, principalmente no universo consensual. Neste trabalho, a análise do universo consensual será feita a partir da interpretação de experiências vivenciadas pelos personagens das obras, os quais expressam o pensamento popular da época, através, por exemplo, das conversas informais. Já o universo reificado, cristaliza-se no espaço científico, o qual conserva hierarquias, ideologias; há, nesse ambiente, toda uma construção canônica de linguagem usada com o propósito de convencer e dominar. A análise desse universo para o estudo das obras se fará, levando em consideração o lugar de onde os autores falam e como o pensamento científico da época estava presente nos discursos de ambos.

A ciência é o meio pelo qual o Universo Reificado difunde suas convicções; da mesma forma, é também a ciência que sustenta as explicações sobre fenômenos da natureza e

¹⁵⁰ SPINK, O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

¹⁵¹ IDEM

do mundo em que se vive. O Universo Consensual, por outro lado, explica os objetos e acontecimentos, restaurando a consciência coletiva e dando-lhe forma. Há ainda outro fator que contribui para o fortalecimento do universo reificado que são as ideologias presentes nesse discurso. Moscovici assim demarca o poder das ideologias dentro desse universo:

Ao mesmo tempo, nós vemos com mais clareza a natureza verdadeira das ideologias, que é a de facilitar a transição de um mundo a outro, isto é, de transformar categorias consensuais em categorias reificadas e de subordinar as primeiras às segundas.¹⁵²

No início do século XX, os jornais se firmavam como o principal meio de comunicação e espaço de poder, no qual circulavam idéias, construíam-se opiniões, logo, esses espaços podem ser classificados como Universo Reificado. Além dos jornais, políticos e professores também faziam parte desse universo. É interessante observar que entre as profissões de jornalista, político e o que hoje se classifica como literato, as fronteiras de atuação eram muito fluidas no período; Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Machado de Assis entre outros, são alguns dos indivíduos que transitavam nos universos literários e políticos- para o período não havia essa distinção- confirmando essa naturalidade. É no universo reificado que circulam as teorizações abstratas, as ciências, também é o espaço de poder onde se elaboram, entre outros, os discursos sobre a nação, na tentativa de imprimir ao mundo uma imagem do país. Na elaboração da imagem da nação, o discurso literário é usado como instrumento para delinear o perfil da nação. O Brasil não foi diferente de outros países da América Latina, os quais se apoiaram na literatura nacional para reafirmar o discurso da sua própria nação.

Doris Sommer, ao analisar a relação entre nacionalismo e literatura, fala sobre os romances nacionais de fundação na América Latina e chama a atenção para a ligação íntima que houve entre o romance e o patriotismo, pois os autores preparavam os projetos nacionais através da prosa de ficção. A autora assim descreve a relação simbiótica entre discurso nacional e literatura latino-americana:

Nas lacunas epistemológicas da não ciência da história, os narradores poderiam projetar um futuro ideal. Isso é precisamente o que muitos fizeram em livros que se tornaram romances clássicos em seus respectivos países. Os escritores foram encorajados tanto pela necessidade de preencher uma história que ajudaria a dar

¹⁵² MOSCOVICI, 2003, p. 60.

legitimidade à nação emergente, quanto pela oportunidade de direcionar aquela história para um futuro ideal.¹⁵³

O futuro projetado pela literatura brasileira para o país teve início lá no século XIX, com o indianismo romantizado de José de Alencar; o escritor era considerado o pai da literatura brasileira. Os livros *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) são romances históricos que falam sobre relacionamentos amorosos entre índios e brancos. Esses romances figuram como os principais livros da literatura nacional e foram sacralizados pelo público. Editados e re-editados, foram transformados em filmes, peças, etc. Os livros trabalham com a ideia de reafirmar uma brasilidade baseada no amor inter-racial.¹⁵⁴ O momento era conveniente para esse tipo de estratégia, posto que os intelectuais brasileiros preferiam elementos locais para fundarem a história do país que deixara de ser colônia havia pouco tempo.

Depois da era Alencar e durante o século XIX e início do século XX, a literatura continua embasando o discurso nacional. O nacionalismo, manifestado por meio de produções literárias, revela outro evento social: o racismo. Balibar considera que a semente do racismo está presente no discurso nacional. Trata-se, nesse caso, de um tipo específico de nacionalismo, atrelado a interesses políticos que o autor denomina de “malo”, pois segrega, subjuga e destrói. O autor assim demarca este tipo de nacionalismo:

(...) Siempre hay un nacionalismo “bueno” y un nacionalismo “malo”: el que tiende a construir un Estado o una comunidad y el que tiende a subyugar, a destruir; el que se remite al derecho y el que se remite al poder; el que tolera los demás nacionalismos, o los justifica y los incluye dentro de una misma perspectiva histórica (el gran sueño de la primavera de los pueblos) y el que los excluye radicalmente desde una perspectiva imperialista y racista.(...)¹⁵⁵

As decisões políticas do Brasil, no início do século XX, favoreciam a um determinado segmento da sociedade: os brancos. Negros e índios ficavam de fora desse projeto de nação que se formulava. A literatura foi um veículo usado para reafirmar tais decisões e representar o nacionalismo brasileiro, o qual não conseguiu esconder a segregação que houve no grande caldeirão étnico que é o Brasil. Como demarcou Balibar na citação

¹⁵³ SOMMER, 2004, p. 22.

¹⁵⁴ SOMMER 2004, p. 168.

¹⁵⁵ BALIBAR, 1988, p. 9.

acima, essa categoria de nacionalismo pode-se classificar como “malo”, uma vez que no mesmo percebe-se o germe do racismo.

Olavo Bilac, citado por Skidmore como um dos representantes desse universo reificado brasileiro, transitava entre os limites da política, literatura e imprensa da época e assim posicionava-se: “Somos uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos. Não pode haver uma literatura original sem que a raça seja formada.”¹⁵⁶. Bilac era um dos intelectuais que defendia a ideia de que primeiro o país precisava definir sua composição racial, para depois pensar-se em uma literatura com as cores locais; a opinião do literato nos dá uma pista de como essa discussão estava presente no meio intelectual. Da mesma forma que discussões sobre etnia estavam presentes nos ambientes ligados ao poder e conhecimento, também em situações bem distintas, em lugares fora desse tipo de poder, esse tema marcava presença nas relações sociais de pessoas simples. Pensando nas obras em estudo, esse “ambiente” se constrói na fala de agricultores que tinham consciência que ser branco e imigrante abria largas vantagens em relação a brasileiros negros e pobres. Em ambas as obras, acontecem discussões dessa natureza, como, por exemplo, em *Canaã*, quando Milkau e Lentz passam em frente à casa do ex-escravo e, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, na cena em que Olga conversa com Felizardo sobre o fato de ele não ter uma terra sua para trabalhar. Ambas as cenas já se encontram no capítulo II, quando é discutida a imigração.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, há um personagem negro que não tem nome, família, amigos... não é feita nenhuma referência ao mesmo fora das cenas que serão aqui apresentadas. O personagem é identificado pela profissão que exerce, a de feiticeiro. O homem é conhecedor das tradições africanas e aparece na história devido à doença de Ismênia, filha do coronel Albernaz, que fora abandonada pelo noivo após anos de espera para o casamento. O general e sua esposa, D. Maricota, depois de haverem tentado todas as formas convencionais de tratamento, recorrem às tradições africanas, na esperança de recuperar a saúde da filha, como último recurso. No diálogo com o major Quaresma, o militar deixa isso claro:

- Eu tenho experimentado tudo, Quaresma, mas não sei, não há meio!
- Já a levou a um médico especialista?

¹⁵⁶ SKIDMORE, 1976, p. 114.

- Já. Tenho corrido médicos, espíritas, até feiticeiros, Quaresma!¹⁵⁷

A preposição até, usada pelo pai de Ismênia ao referir-se à decisão de procurar um feiticeiro, confere um sentido à frase. A partir dessa preposição, pode-se avaliar, através da fala do personagem, o valor social que os feiticeiros ocupavam na hierarquia das classes sociais. Até feiticeiros significa aqui que o coronel saiu do que se pode considerar “padrões aceitáveis” para solucionar o problema da filha.

A passagem seguinte descreve a performance do feiticeiro na tentativa de curar a moléstia de Ismênia:

Os feiticeiros tinham outros passes e as cerimônias para entrar no conhecimento das forças ocultas que cercam eram demoradas, lentas e acabadas. Em geral, eram pretos africanos. Chegavam, acendiam um fogareiro no quarto, tiravam de um saco um sapo empalhado ou outra coisa esquisita, batiam com feixe de ervas, ensaiavam passos de dança e pronunciavam palavras ininteligíveis. O ritual era complicado e tinha sua demora.¹⁵⁸

No início do século XIX, antes da implantação dos cursos médico– cirúrgicos, o atendimento médico no Brasil era muito precário, posto que não havia profissional suficiente; era comum que curandeiros assumissem a atividade, como mostra Schwarcz: “A maior parte da atividade médica era desenvolvida por curandeiros ‘herbalistas’, herdeiros de conhecimentos africanos e indígenas, ou por práticos que tinham suas atividades fiscalizadas, até 1872, pelos cirurgiões-mores do Reino.”¹⁵⁹

Assim, o convite do general ao velho ex-escravo para ajudar na cura da filha não era uma postura muito incomum ao contexto, já que o período é o início do século XX. No entanto, poucos eram aqueles que queriam ver, publicamente, suas imagens associadas a feiticeiros descendentes de africano. Parece que o narrador desqualifica as tradições africanas ao descrever a cena, mas pode-se pensar, por outro lado, que a desqualificação estivesse traduzindo para a obra simplesmente a representação social sobre o negro da época, já que as representações estão presentes em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam.¹⁶⁰ Uma conversa informal entre dois amigos deixa subentendido que recorrer a um negro para alguém da posição do

¹⁵⁷ BARRETO, 1998, p. 150.

¹⁵⁸ BARRETO, 1998, p.152.

¹⁵⁹ SCHWARCZ, 1993, p. 192.

¹⁶⁰ SÁ, 1993, p. 23.

coronel foi uma atitude forçada pela circunstância. Percebe-se não ser uma desqualificação das tradições africanas, porque, logo após a descrição do ritual, o autor faz uma crítica veemente à escravidão e à forma como os africanos eram arrancados de suas terras para tornarem-se escravos:

E o preto obscuro, velho escravo, arrancado há meio século dos confins da África, saía arrastando a sua velhice e deixando naqueles dois corações uma esperança fugaz. Era uma singular situação, a daquele preto africano, ainda certamente pouco esquecido das dores do seu cativo, lançando mão dos resíduos de suas ingênuas crenças tribais, residuas que tão a custo tinham resistido a seu transplante forçado para terra de outros deuses – e empregando-os na consolação de seus senhores de outro tempo. (...) ¹⁶¹

A linguagem usada pelo narrador de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, quando se refere ao passado do ex-escravo, deixa sobressair um tom “agressivo” comum a quem discorda do fato narrado: *arrancado a meio século dos confins da África, aquele preto africano ainda certamente pouco esquecido das dores do cativo, a seu transplante forçado para a terra de outros deuses*. O feiticeiro, como muitos negros africanos, foi arrancado do seu mundo, de sua terra. O trecho do romance é uma crítica à violência da escravidão e, ao mesmo tempo, à forma como os negros eram representados na sociedade: uma imagem que era o símbolo de desprestígio.

No capítulo III de *Canaã*, Felicíssimo, os homens que trabalhavam com ele e mais os imigrantes Lentz e Milkal param para pernoitar. Era um momento bem descontraído, alguns homens começam a contar casos e histórias para passar o tempo. Entre esses homens, encontra-se o mulato Joca, um tropeiro, cearense, brincalhão e comunicativo que também estava com o grupo. O homem começa a contar uma história que diz ter-lhe acontecido “lá pras bandas do Maranhão”, quando ele era mais jovem e teve uma experiência um pouco estranha que ele acha ter sido com o Curupira. Depois de ter passado pela situação de sufoco, Joca conta como foi que fugiu da situação:

(...) Tive medo de novo encontro. Voltei para trás; vinha como *preto bêbado* (grifo nosso), cai aqui, cai acolá; saí no campo esbarrando com o gado; os olhos me ardiam, todo meu sangue batia para saltar de dentro, a boca estava grossa, eu trazia uma sede de jabuti ...¹² ¹⁶²

¹⁶¹ BARRETO, 1998, p. 153.

¹⁶² ARANHA, 1998, p. 62.

O relato de Joca é grande, no qual lendas da região e o que ele diz ser verdade se misturam. No entanto, só interessa à análise o momento em que o tropeiro usa a imagem do negro como metáfora do estado em que ele se encontrava após o episódio com o suposto Curupira: “vinha como um preto bêbado.” A fala de Joca demonstra que a imagem pejorativa do negro estava difundida numa forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada pelos membros da sociedade. Esse episódio mostra uma realidade, onde fenômenos silenciosos existem e têm grande poder mobilizador e explicativo de uma dada sociedade. Oliveira e Werba destacam esse poder de difusão das representações sociais como a principal vantagem dessa teoria.¹⁶³ Através das Representações Sociais, pode-se trazer à cena fatos sociais que passariam despercebidos, fenômenos que existem e que, em algumas circunstâncias, os membros de um grupo social não se dão conta. No caso da fala de Joca, esse fenômeno é a discriminação contra a população negra, associando-a a maus hábitos, como a embriaguês. Pensar a atitude do tropeiro sob a ótica das Representações Sociais ajuda a compreender como o fenômeno do racismo motiva o sujeito a posicionar-se diante de situações cotidianas de forma preconceituosa.

As representações de fatos de uma sociedade são estruturas anteriores ao sujeito que vive nessa sociedade, são fenômenos impostos a partir de um conjunto de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e que é passado de geração a geração. A linguagem é o veículo que viabiliza o trânsito das representações sociais que é passado às crianças desde seus primeiros anos de vida. A imagem do negro que Joca traz em sua fala é uma construção que há muito já estava difundida no imaginário social brasileiro. A imagem que a ciência imprimiu desde fins do século XIX e início do XX, de que o negro era propenso à marginalização, ao crime, ajuda a consolidar esse perfil retomado aqui na fala do personagem.

A transversalidade das RS permite uma interface com outras áreas do conhecimento que lidam com o sujeito enquanto ser social. Assim, a História, ao representar as sociedades, também está trabalhando com as relações sociais, as quais podem ser de natureza pacífica ou não. Para Chartier¹⁶⁴, as tensões sociais - a partir de um ponto específico – constituem um foco de análise, considerando-se que não há prática ou estrutura que não

¹⁶³ OLIVEIRA e WERBA, 1998, p. 107.

¹⁶⁴ CHARTIER, 1989, p. 177

seja produzida pelas representações contraditórias e em confronto, com as quais os grupos sociais convivem diariamente. As tensões e contradições de que fala Chartier se dão desde sempre em todas as sociedades. No caso do Brasil, começa quando os portugueses chegaram aqui na posição de colonizador, e, ao longo do período em que aqui estiveram, portavam-se de forma superior.

Nos livros em estudo, encontram-se personagens que vivem toda a narrativa nessa zona de tensão e conflito interno, pois são vítimas de descaso e preconceito racial: em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Ricardo Coração dos Outros, o tocador de violão, que tem consciência do seu potencial como artista. O talento do jovem encantava o povo do subúrbio, quer fossem os mais humildes, como a lavadeira, ou os que tinham uma condição mais elevada, como o coronel Albernaz. O conflito de Ricardo era de ordem interna, pois, mesmo sendo uma referência no subúrbio como artista, ele sabia que, pelo fato de ser mestiço e tocar violão, era visto com discriminação, como mostram os trechos em que Adelaide, irmã de Quaresma, se refere ao músico:

- Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com estes seresteiros, um quase capadócio – não é bonito!¹⁶⁵

A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação, que se fizera vendo semelhante instrumento sendo entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem. Delicada, entretanto, suportava a mania de Ricardo, mesmo porque começava a ter uma ponta de estima pelo famoso trovador dos suburbanos. Nasceu-lhe esta estima pela dedicação com que ele se houve no seu drama familiar. Os pequenos serviços e trabalhos, os passos para ali a para aqui, ficaram a cargo de Ricardo, que os desempenhara com boa vontade e diligência.¹⁶⁶

Adelaide, ao que se pode inferir a partir da citação, recebera uma educação provavelmente pautada em valores europeus, brancos; desse modo a cultura popular brasileira era vista pela senhora como inferior. A senhora não esconde o desagrado do irmão se envolver com Ricardo, pois, nesse tempo, ela não tinha intimidade com o jovem. Passado o tempo, já afeiçoada ao rapaz, “suporta” a idéia de tê-lo como amigo da família devido aos préstimos do jovem para com o major.

¹⁶⁵ BARRETO, 1998, p. 20.

¹⁶⁶ IDEM, p. 68.

O que Adelaide pensa a respeito de Ricardo, “um capadócio que é associado a ex-escravo” demonstra que a reflexão da senhora sobre o trovador é uma representação feita a partir do modo como o negro é visto na sociedade da época.¹⁶⁷ O contexto social em que o personagem está inserido é marcado por preconceitos raciais em relação aos descendentes de africanos, de modo que Adelaide, enquanto sujeito que interage com a sociedade, construiu uma realidade a qual ela recorre como parâmetro. Como Ricardo não fazia parte desse universo, a mulher, ainda que gostasse dele, continuava a vê-lo como uma companhia inadequada para seu irmão. Arruda assim demarca essa relação entre indivíduo e a realidade que ele constrói na sociedade: “a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social.”¹⁶⁸

Em *Canaã*, a zona de tensão social apontada por Chartier, é estabelecida na contradição que há em um ex-escravo lamentar a condição de homem livre depois de anos de cativo. Segundo José Paulo Paes¹⁶⁹, *Canaã* é um romance de idéias ou de tese, pois é escrito para fins expressos sobre a questão da imigração alemã na região do Espírito Santo. Por esse motivo, não apresenta muita sustentação na construção de seus personagens, de modo que os negros não apresentam muita importância para o desenrolar do enredo, numa cena na qual a atenção está voltada para os imigrantes que estavam a caminho do local aonde iriam se fixar, depois que lhes fossem entregues suas porções de terra. Ao passarem por uma família de negros que vivia nas imediações, param um pouco a convite do aparente dono da casa para descansar. Sob o olhar do imigrante, vão sendo apresentadas cenas daquela realidade. São descritos com detalhes a situação de pobreza e miserabilidade em que viviam. À medida que Milkal vai puxando conversa, o senhor vai falando do passado e não esconde a saudade dos tempos de escravo e de seu antigo senhor, período em que fora acolhido na domesticidade da fazenda, ao contrário da situação na qual se encontrava no momento: o desespero em ver seu mundo desmoronando sem poder fazer muita coisa.

Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bandão de gente, mulatas, cafuzas...Que importava o feitor?... Nunca ninguém morreu de pancadas.

¹⁶⁷ ARRUDA, 2002, p. 128.

¹⁶⁸ ARRUDA, 2002, p. 131.

¹⁶⁹ PAES, 1992, p. 51.

Comida sempre havia, e quando era sábado, véspera de domingo, ah! Meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada.¹⁷⁰

O relato do negro ex-escravo nos dá uma pequena dimensão de como muitos desses brasileiros se encontraram após a abolição. Sair das fazendas àquela altura representava, contraditoriamente, perder o “porto seguro”, podemos chamar assim, que as mesmas representavam. Esses homens não se sentiam partícipes da nação brasileira. O ex-escravo sentia falta do período de cativo e considerava o tempo da fazenda como bom, pois, mesmo com todo sofrimento do trabalho forçado, havia a segurança de que eles, os escravos, não ficariam desamparados. Em algumas fazendas, as senzalas eram barracos construídos pelos próprios escravos e que eram organizados ao modo de cada família que os ocupavam. Naqueles espaços, as famílias dispunham de privacidade e liberdade em suas vidas domésticas. Sabe-se de escravos que criavam animais como galinhas, porcos, bois para consumo próprio e, às vezes, para venda. Esses animais eram criados nas propriedades do senhor ou em outras fazendas sob o sistema de meia.¹⁷¹

A partir das informações acima, pode-se imaginar por que o ex-escravo fala dos tempos de cativo em tom de saudade. Entretanto, ainda que, em algumas fazendas, os escravos desfrutassem de privacidade, tem-se que relativizar até onde ia essa “liberdade” que os negros desfrutavam nas senzalas. Afinal, os cativos eram propriedades do senhor e, logo, esse poderia, a qualquer momento, estar em todos os espaços da propriedade, sem que para isso precisasse pedir autorização ou respeitar limites.

O ideal da abolição não foi só o fim do cativo, os ex-escravos e a população que lutaram pelo fim do regime escravista esperavam que os ex-cativos fossem inseridos à sociedade com os mesmos direitos à cidadania que gozava a população branca, principalmente o acesso a terra e à educação. Como tais providências não foram apresentadas pelo governo, um grupo de libertos da região de Vassouras, Rio de Janeiro, envia um documento a Rui Barbosa, uma personalidade de prestígio da época, reivindicando que os filhos dos libertos tivessem oportunidade de receber instrução pública – como era denominada a educação formal na época.¹⁷² Segundo Albuquerque e

¹⁷⁰ ARANHA, 1998, p. 17.

¹⁷¹ ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 79/80.

¹⁷² IDEM, p. 198.

Fraga Filho, não se sabe da resposta dada a esse documento, entretanto é interessante perceber que os negros tinham consciência de que o papel do governo no esforço de inseri-los à sociedade como cidadão brasileiros era falho.

Pelo que se pode inferir do relato do ex-escravo, ele não estava preparado para encarar a realidade que ora se apresentava, mudar de vida e assumir outra “identidade”. Ao que tudo indica, essa “vida” não fazia parte de seus planos, de modo que ao se ver, de repente, numa situação nova, demonstrou insegurança, fragilidade.

Quando os narradores de *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma* representam indivíduos da sociedade brasileira por meio de suas narrativas, eles re representam o tecido social brasileiro, deixando, à mostra, rasuras e fendas que denunciam a condição em que viviam muitos negros no Brasil do início do século XX.

3.2 O papel do Estado brasileiro, no final do século XIX e início do XX, em relação a algumas políticas relativas ao negro representado em *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*

Entre as mudanças que ocorreram no Brasil no fim do século XIX, estão o fim do sistema escravista e a Proclamação da República como dois dos principais eventos ocorridos na época. Nesse panorama pós-abolição, o país dando os primeiros passos com um governo republicano, palavras como “público”, “opinião pública”, “publicidade” “políticas públicas” são importantes para se compreender a dialética entre as representações sociais sobre os negros e o lugar que esses atores ocuparam no espaço público do cenário nacional. Mesmo após a abolição, durante a última década do século XIX, já com o governo republicano, a população negra do Brasil continuou sofrendo as consequências de administrações que não pensavam na incorporação dos negros aos benefícios que o poder público pudesse proporcionar. José Murilo de Carvalho aponta o pouco caso do governo republicano para com a população fora das bases do poder.

A República ou os vitoriosos da República fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos, o que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder.

Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos.¹⁷³

Alguns aspectos dos setores público e privado brasileiros serão analisados com o intuito de se investigar sobre algumas decisões diretamente ligadas à política relativa ao negro na sociedade. Esse estudo tomará como objeto representações de situações do cotidiano brasileiro presentes nas obras *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Em todas as sociedades, sejam antigas ou modernas, encontram-se decisões políticas que são compartilhadas por parte dos seus membros. Entretanto, esse compartilhamento obedece a uma lógica que privilegia o poder de alguns grupos sociais em detrimento de outros. As representações sociais permitem compreender como esse fenômeno se dá na sociedade, uma vez que tornam familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade¹⁷⁴. O não familiar, nesse contexto, são as medidas tomadas para beneficiar a população, mas que não significam mudanças para a vida dos que realmente precisam, pois carregam consigo interesses daqueles que as criaram. Partindo dessa perspectiva, analisar alguns setores do espaço público brasileiro e as decisões sobre políticas públicas, contraditoriamente, passa pela necessidade de se analisar o setor privado, pois, segundo Sandra Jovchelovitch, “A vida pública é uma estrutura interna que influencia a vida privada”. Dessa maneira, cabe questionar de que forma as representações sociais da vida pública são construídas.

Ainda que o público e o privado sejam categorias de naturezas diferentes, há, entre ambas, uma relação dialógica que permite investigar, através da vida cotidiana de indivíduos comuns, as providências do Estado para o bem comum da população. Esses dois universos – o público e o privado - são essenciais para compreender a sociedade e, conseqüentemente, o homem inserido nela. Sandra Jovchelovitch assim aborda essa relação:

O público e o privado são realidades históricas que sociedades diferentes desenvolveram de modo diferentes. As fronteiras sutis que os separam são as mesmas que os definem e refletir sobre o espaço público e privado significa acima de tudo refletir sobre a natureza de uma relação. Isto é tão verdadeiro hoje como foi no passado. Ainda que os dois domínios tenham assumido sentidos diferentes em

¹⁷³ CARVALHO, 1987, p. 45.

¹⁷⁴ MOSCOVICI, 2003, p. 54.

momentos históricos diferentes, eles sempre foram definidos um com relação ao outro.¹⁷⁵

Segundo Roberto de Barros Freire, a distinção entre o público e o privado como coisas opostas, passa a ser usado a partir de uma visão republicana. Para esse autor, não há necessidades de contraposição entre os dois conceitos, há um dialogismo entre ambos, apesar de atuarem em áreas separadas. Na concepção republicana, o privado não exclui sua função pública; os interesses particulares defendidos nesse espaço acabam por carregar consigo demandas essencialmente públicas, pois ainda que seja uma propriedade privada, não se pode exercer ali poderes ilimitados, posto que há um controle que parte do Estado, o qual responde por interesses mais amplos e coletivos. Já o público é compreendido como elemento comum ao cidadão, à comunidade “que expande e potencializa as particularidades numa totalidade maior, podendo ser uma cidade, uma nação, um país.” Não se trata apenas da fusão das duas esferas, mas de um conjunto que forma uma identidade nacional. Ao Estado, cabem responsabilidades que permitam a mobilidade e a divisão dos deveres entre uma e outra esfera.¹⁷⁶

A construção do espaço público brasileiro para negros e descendentes sempre se deu no limite da conveniência de quem dependia/lucrava diretamente com a escravidão. Isso porque havia um jogo de interesses que não considerava a condição de escravo como uma ação desumana, e, depois de libertos, os negros não foram inseridos à sociedade com os mesmos direitos que os brancos. Alguns anos depois de 1850, com a proibição do tráfico de escravos, foram criadas medidas com relação à escravidão, as quais atendiam em primeiro plano aos interesses políticos, primeiro dos senhores, do estado, para depois “beneficiar” os cativos. Entre as medidas, pode-se citar o incentivo à participação na Guerra do Paraguai como meio de alguns negros conseguirem a liberdade. Para compreender essa situação, vale ressaltar algumas leis que precederam a Lei Áurea.* Em 1887, a escravatura agonizava. Escravos fugiam, as autoridades se recusavam a capturá-los e os juízes ignoravam reclamações dessa natureza vindas dos proprietários de escravos.¹⁷⁷

¹⁷⁵ JOVCHELOVITCH, 2000, p. 44.

¹⁷⁶ FREIRE. O público e o privado. www.fflch.usp.br/df/geral3/roberto.html - 44k acessado em 10 de out 08

* A Lei do Ventre Livre e a do Sexagenário: a primeira declarava livre todo filho de escravo nascido a partir daquela data, mas ficava sob tutela do senhor até a idade de 21 anos. A segunda declarou livre todo escravo entre 60 e 61 anos de idade.

¹⁷⁷ SKIDMORE, 1976, p. 32.

Registros históricos sobre a escravidão no Brasil mostram que as intervenções do poder público para erradicar o regime no país demoraram a acontecer por conta de interesses dos senhores de escravos, que não aceitavam abrir mão dos braços que geravam suas riquezas. Nesse contexto, os interesses privados estão acima de decisões de natureza coletiva. Jovchelovitch assim se posiciona em relação a essa situação:

A vida pública existe precisamente para enfrentar questões de interesse coletivo que não podem ser resolvidas através de caminhos que contém apenas verdades singulares, radicadas em interesses privados. Ela envolve e constrói mecanismos que devem dar conta da diversidade que nela se expressa. Daí a importância do “nós”, enquanto sujeito da ação coletiva e produtor de poder, entendido aqui como recurso gerado pela habilidade dos membros de uma comunidade de estabelecerem uma discussão eventualmente concordarem sobre qual caminho a seguir.¹⁷⁸

Para se entender como a política brasileira do início do século XX atuou em relação aos escravos, cabe pensar que a estrutura da sociedade brasileira durante o período colonial estava fora dos meios urbanos. Os grupos que se formavam em torno desse tipo de política estão associados a objetivos de sentimentos e deveres, nunca por interesses coletivos ou ideias para desenvolvimento do país. A família colonial -enquanto entidade privada- ganha proporções do setor público. Sérgio Buarque discute esse papel da família colonial brasileira:

A nostalgia desta organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas nossas atividades. Representando o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.¹⁷⁹

Essa política alicerçada na estrutura familiar abriu fendas profundas na distribuição das oportunidades de trabalho do período: enquanto os fazendeiros e seus filhos ocupavam os poucos cargos importantes que existiam, uma imensa massa trabalhadora, grande parte dela formada por ex-escravos, ficava à margem porque era considerada inadequada ou “inadaptável” para assumir determinadas funções. Dessa forma, resta à

¹⁷⁸ JOVCHELOVITCH, 2000, p. 49.

¹⁷⁹ HOLANDA, 1995, p. 82.

parcela livre daquela população, profissões como feitor, mestre de engenho, algum ofício como mecânico, entre outros.¹⁸⁰

Os antigos senhores mudam-se para as cidades e levam consigo as mentalidades das fazendas, antigos preconceitos, centralização de poder e inversão de valores. Há nesse movimento uma invasão da cidade pelo campo e do público pelo privado. A independência política do país não mudou muito essas referências, que se arrastam até o período republicano, já que as mudanças instauradas com a nova forma de governo foram poucas.¹⁸¹ A família patriarcal será o modelo a ser seguido pela política brasileira de fins do século XIX e início do XX, governantes e governados, interesses particulares e coletivos, tudo administrado de acordo com os parâmetros da casa grande.

O que se vai encontrar na política brasileira do período pós-abolição será o prolongamento dos problemas enfrentados ainda nos tempos em que nossa economia era exclusivamente agrária, uma vez que, depois da República, problemas do setor público são os mesmos, afinal os senhores de escravo continuavam no comando. Essa manutenção dos espaços dos senhores aconteceu principalmente porque a população “burguesa” que vivia nas cidades, e que por ventura pudesse ter uma outra visão de relação entre público e privado, era dependente dos grandes produtores agrícolas e comungavam das mesmas idéias, faziam parte da mesma classe senhorial, de modo que o período republicano não trará muita diferença, pois as posturas estavam estreitamente vinculadas ao pensamento senhorial.¹⁸²

No romance *Canaã*, a discussão sobre políticas públicas será feita tomando-se por base a imigração alemã e a facilidade com que esses estrangeiros tiveram a sua vida introduzida no país, contrastando com a situação de muitos negros que trabalharam durante toda a sua vida a terra e não tiveram direito a um pedaço de solo após a abolição. Felicíssimo, o agrimensor, é o personagem que irá representar o Estado na distribuição de lotes de terras para os imigrantes. Pelo cargo que ocupava, o agrimensor era respeitado na colônia, não só pelos brasileiros que trabalhavam com ele na medição dos terrenos, mas principalmente pelos estrangeiros, como se pode perceber na citação

¹⁸⁰ PRADO JR, 2004, p. 281.

¹⁸¹ LEONÍDIO. O valor da violência. Conflitos rurais e esfera pública no Brasil. www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Adalmir%20Leonidio.pdf Acesso em: 10 dez 08.

¹⁸² HOLANDA, 1995, p. 88.

abaixo em que um imigrante comenta sobre o agrimensor para um conterrâneo que demonstra interesse em cultivar a terra:

- Ah! Isto é outra coisa, continuou o negociante amável. Não há nada como a lavoura; vá para o mato, arranje a sua colônia e daqui a pouco tempo estará rico. Olhe, a nossa casa esta às suas ordens, nós lhe fornecemos tudo o que precisar e, quando puder, vá nos mandando café. É o costume aqui, nós nos pagamos em gêneros... o que é uma vantagem para o colono, acrescentou baixando ligeiramente o olhar. Chegou em boa hora para arranjar um excelente prazo nas novas terras do rio Doce, que se vão abrir aos emigrantes. O juiz comissário mandou pregar o edital para as medições e arrendamentos; o agrimensor, o Sr Felicíssimo, está no Porto do Cachoeiro, de viagem para as terras. É um rapaz alegre, que sempre nos aparece por cá; o Sr sabe, é freguês da casa, e é do partido ¹⁸³

- Quanto a mim, replicou Milkau, uma ligeira inquietação de vago terror se mistura ao prazer extraordinário de recomençar a vida pela fundação do domicílio e pelas minhas próprias mãos... o que é lamentável nessa solenidade primitiva é a intervenção inútil do Estado.

- O Estado, que no nosso caso é o agrimensor Felicíssimo... ¹⁸⁴

Nos trechos de *Canaã*, o conceito entre Público e Privado assume uma conotação particular considerando que a distribuição de terras pelo Estado deveria contemplar àqueles que precisavam de ajuda e não os “escolhidos” pela condição étnica. Para Roberto Freire, numa República, é o Estado que deve estar submetido aos interesses maiores de uma sociedade, ou seja, do público¹⁸⁵. Como já foi discutido no capítulo II, a política de imigração desde o século XIX não tinha interesse de acomodar brasileiros, principalmente se fossem negros. As terras eram destinadas aos imigrantes. Essa opção demarcava uma política com a intenção de se livrar da imagem de país miscigenado que estava associado, ao pensamento da época, como atraso.

Para discutir o espaço que negros ocupavam na esfera pública de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, será analisada a atuação de Sinhá Chica, posto que a personagem, enquanto rezadeira da região, acaba por assumir funções que eram do Estado, do poder público. A solução encontrada pelos personagens, que não eram contemplados com os programas de saúde do Estado, era recorrer às alternativas populares. Sinhá Chica era famosa nas redondezas, pois assumia o posto de melhor rezadeira da região. Seus conhecimentos com as ervas medicinais curavam as enfermidades da população pobre e sua atuação ia desde curar febres, cobreiros e doenças corriqueiras. A senhora atuava

¹⁸³ ARANHA, 1998, p 21.

¹⁸⁴ IDEM, p. 68

¹⁸⁵ FREIRE, Roberto. O público e o privado. www.fflch.usp.br/df/geral3/roberto.html - 44k. Acessado em 10 out 08

também como parteira. Para além das doenças das pessoas, a personagem também auxiliava os pequenos produtores com as plantações que eram invadidas por pragas. Havia também na região o doutor Campos, que mesmo sendo médico, não atendia a toda população. Aos que podiam pagar, a consulta era com o médico; aqueles que não dispunham de poder aquisitivo para tal, recorriam à Sinhá Chica, como afirma o narrador do livro: "Para cada classe social, uma medicina específica."

No interior, e não é preciso afastar-se muito do Rio de Janeiro, as duas medicinas coexistiam sem raivas e ambas atendem às necessidades mentais e econômicas da população.

A de Sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivia os *manitus* e *manipansus*, sujeitos a fugirem aos exorcismos, benzedura e fumigações. A sua clientela, entretanto, não só se resumia a gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis, que se socorriam da sua força sobrenatural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição europeia de que todo negro gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria.

Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de Sinhá Chica atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial.¹⁸⁶

Imagina-se que a clientela da senhora rezadeira – os “miseráveis e pobretões”- fosse composta na sua maioria por negros, pois se sabe que o padrão social da maior parte da população negra da época não dava condição para procurar um médico particular. Para varrer a dúvida sobre a questão, o autor usa termos como *manitus* e *manipansos**. Através de uma situação do cotidiano de uma comunidade agrária, tem-se uma idéia de como funcionava o sistema público brasileiro para negros e pobres do Brasil do início do século XX.

No exemplo citado, o público e o privado convergem para algo que parece ser comum na história do país: como o Estado, naquela região, não assume suas competências, os que dependem do poder público buscam ajuda no espaço privado e popular. Sinhá Chica é uma referência para aquela população que não tem a quem recorrer diante do desespero da doença.

Essa falta de comprometimento do Estado para com a saúde pública não se dá na mesma proporção em toda parte do país. As cidades litorâneas eram bem mais assistidas

¹⁸⁶ BARRETO, 1998, p. 164.

* *Manitus* e *manipansos* são personagens da mitologia africana e ameríndia.

do que as do interior. O Rio de Janeiro, enquanto capital da nova República, concentrou um grande número de endemias nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX. O *Brasil Médico*, um periódico de medicina, publicou vários artigos relatando sobre as principais doenças que acometiam a população da capital à época: na liderança estava a tuberculose, depois vinham febre amarela, varíola, malária, cólera, febre tifóide, entre outras. O Brasil era um laboratório para o exercício da medicina. Os profissionais da área se aproveitaram do prestígio que desfrutavam à época e assumiram responsabilidades sobre algumas reformas urbanas. Entre as medidas apresentadas e de maior impacto estavam a campanha de vacinação obrigatória, com o objetivo de agir diretamente na cura e prevenção das doenças que assolavam a cidade. Nomes como Oswaldo Cruz, médico pesquisador, Diretor Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro e seus seguidores, a exemplo de Carlos Chagas, foram conclamados como heróis. O prestígio social desses médicos era muito maior que suas capacidades.¹⁸⁷

Na saúde pública brasileira desde 1897, após a criação do órgão federal Diretoria Geral de Saúde Pública, pode-se perceber com mais apuro a situação do quadro sanitário do país. As epidemias urbanas foram alvo de ações mais sistemáticas, no entanto só a partir de 1910 é que os problemas com a saúde pública, fora da zona citadina, passaram a ocupar um lugar central na agenda política do governo brasileiro. A instituição Oswaldo Cruz organizou várias expedições pelo país. Os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva foram alguns desses profissionais incumbidos de conhecer um Brasil que não se encontrava nas grandes avenidas das capitais dos estados brasileiros. O resultado das observações dos pesquisadores denuncia o abandono das autoridades políticas para com a população rural brasileira.¹⁸⁸

Ao discutir as causas para o desamparo da população rural e suburbana do Brasil no início do século XX, Penna atribui o problema a determinantes de natureza social e política. Entre os fatores apresentados, o pesquisador cita o processo de abolição, mal conduzido pelo governo, que lançou no mercado enormes contingentes populacionais desprotegidos e não qualificados, principalmente nas periferias das grandes cidades, criando sérios problemas habitacionais, de educação, e saneamento dos centros urbanos.

¹⁸⁷ SCHWARCZ, 1993, p. 224-226.

¹⁸⁸ LIMA, 1996, p. 8.

A vida pública existe para enfrentar questões de interesse coletivo que não podem ser resolvidas a partir de verdades que visam a atender um grupo específico. Ela necessita construir uma teia que envolva toda a diversidade de classes que compõe uma sociedade. O discurso gerado nos espaços públicos deve ser construído com o coletivo e para o coletivo, por isso o “nós” é importante, pois simboliza os sujeitos de ação, membros da comunidade para quem as ações ali firmadas serão dirigidas. Para Freire, o significado de público é:

O público é aquilo que está afeito e dentro do âmbito da comunidade cívica dos cidadãos, o que é comum, expande e potencializa as particularidades numa totalidade maior, podendo ser uma cidade, uma nação ou um país. É mais do que as somas das individualidades, pois daí se teria apenas uma multidão ou uma extensão territorial: não é uma mera soma aritmética, mas uma fusão que resulta em força moral e cultural, que forma uma identidade nacional.¹⁸⁹

Os personagens de *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* aqui citados representam essa parcela da população brasileira para quem as políticas governamentais deveriam realmente ser dirigidas.

3.3. A força da subjetividade na formação do imaginário social

De acordo com o dicionário Aurélio, subjetividade é assim definida: *1. Relativo ou existente no sujeito. 2. Individual, pessoal, particular. 3. Passado unicamente no espírito de uma pessoa. 4. Válido para um só sujeito. 5. Aquilo que é subjetivo.* A definição dicionarizada de subjetividade considera unicamente a perspectiva individual do termo, entretanto tal conceito vai mais além do que as fronteiras do eu, uma vez que está presente também nas relações sociais, culturais, enfim, na vida cotidiana do indivíduo. Esta dissertação trabalha com subjetividade partindo desse princípio mais plural em que homem e contexto sócio-cultural são analisados conjuntamente.

A definição de subjetividade através do viés psicológico perpassa pela influência do social na formação individual do ser humano. O psicólogo José Leon Crochík considera subjetividade como:

Um terreno interno que se opõe ao mundo externo, mas que só pode surgir desse. Sem a formação do indivíduo, esse se confunde com o seu meio social e natural. Tal

¹⁸⁹ FREIRE. O público e o privado. www.fflch.usp.br/df/geral3/roberto.html - 44k. Acessado em: 10 out 08.

subjetividade se desenvolve pela interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu a sua formação.¹⁹⁰

Silvia Lane¹⁹¹, ao discutir sobre a subjetividade humana, considera a questão social, pois, para a autora, uma pessoa carrega consigo a síntese do universo em que ela convive, sua individualidade é formada através da relação objetiva com os meios físicos, geográficos, históricos e social. Para pensar numa análise do ser humano, deve-se considerá-lo como um ser sócio-histórico que se desenvolveu num grupo social, utilizando uma língua que lhe possibilita interagir com o mundo que o cerca. Assim, indivíduos e sociedade são inseparáveis e, para entender esse indivíduo, faz-se necessário entender o meio social em que ele está inserido e os seus processos subjetivos ou objetivos. A subjetividade humana é construída dessa relação dialética entre indivíduo, sociedade e as instituições presentes nessas. A partir dessa cumplicidade, delineiam-se códigos afetivos e lingüísticos que formam o *status quo*.

O psicólogo Gonzáles-Rey define subjetividade, considerando os aspectos sociais que tal conceito implica:

La constitución de la psiquis en el sujeto individual, y integra también los procesos y estados característicos a este sujeto en cada uno de sus momentos de acción social, los cuales son inseparables del sentido subjetivo que dichos objetos tendrán para él. Simultáneamente, la subjetividad se expresa a nivel social como constituyente de la vida social, y no se diferencia de la individual por su origen sino por el escenario de su constitución. La subjetividad está organizada por procesos y configuraciones que permanentemente se interpenetran, están en un constante desarrollo y muy vinculados a la inserción simultánea del sujeto en otro sistema igualmente complejo, que es la sociedad.¹⁹²

O conceito de subjetividade proposto por Crochík, Lane e Gonzáles-Rey, ainda que apresentem características distintas, convergem em um ponto: a subjetividade, partindo da perspectiva da psicologia, é uma relação íntima entre indivíduo e sociedade. A análise do indivíduo não pode ser descolada de sua inserção na sociedade, dos valores, conceitos e preconceitos existentes nela.

Na atualidade, as barreiras que existem entre as disciplinas são bastante fluidas, o que possibilita um diálogo de determinados objetos, problemas ou conceitos de uma a outra

¹⁹⁰ CROCHÍK, 1998, p. 3.

¹⁹¹ LANE, 2002, p. 17.

¹⁹² GONZÁLES-REY, 1997. *apud* BANCHS, 2002, p. 50.

área. Assim tem acontecido com a subjetividade.* Essa etapa do trabalho articula o estudo da subjetividade com a psicologia social, por entender que essa vertente está mais próxima do entendimento de representação social com o qual se tem trabalhado até aqui, pois, nessa perspectiva, o sujeito é visto dentro de um contexto social o qual influencia sua forma de se posicionar e ver o mundo. Assim, a psicologia, para entender as questões que se referem à subjetividade, deve compreender as finalidades, as instâncias, os meios pelos quais essa sociedade se faz presente neste indivíduo, para tal, é necessário um diálogo com outras áreas do saber.*

Assim, o conceito de subjetividade apresentado pelos autores de psicologia, aqui citados, está muito próximo da concepção de representação social com a qual Moscovici trabalha:

(...) É, pois, fácil ver que as representações que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, porque nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações, isto é, no fato de que nós temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que correm o decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações.

193

Alguns fatos “objetivos” da vida real dão vida ao texto, no entanto é o elemento subjetivo, a rasura e o não dito da obra literária que lhe permite representar o homem e a própria sociedade. Em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, como em toda obra artística, tem-se um dialogismo entre o conteúdo histórico, sociedade e o olhar de quem narra os fatos. Esses três elementos juntos conferem uma dimensão do homem brasileiro do início do século XX que viveu as transformações sociais do período.

Uma das maneiras do homem ser compreendido é analisá-lo dentro de um complexo de influências ambientais, sociais e culturais que o cercam. Para a psicologia social, na

* Na antropologia, o tema foi estudado por Lévy-Bruhl (1938) que trabalhou os mecanismos psicológicos do pensamento primitivo, acionados para conhecer o mundo. Os trabalhos de Margaret Mead (1988), giram em torno da mesma perspectiva. Ainda na antropologia, pode-se citar Velho (1978) entre outros. Na sociologia, Berger & Luckman (1978) e Bourdieu (1983) trabalham com a interiorização do social. ARRUDA, 2002, p. 66.

* A subjetividade trabalhada na literatura, tal qual é estudada no Romantismo, enquanto uma postura própria de cada indivíduo, íntima e intransferível, não foi explorada nesse trabalho, uma vez que a proposta aqui considera o homem enquanto um construto social, numa perspectiva mais ampla, destacando principalmente as relações que este homem mantém na sociedade. A subjetividade Romântica, é construída considerando o sujeito, no caso o escritor, o qual transfere pra seu texto uma visão particular de como ele enxerga o mundo. Esta perspectiva, partindo da literatura, poderá ser explorada em um outro momento.

¹⁹³ MOSCOVICI, 2005, p.37.

sociedade há dois grupos de pessoas com os quais o homem interage cotidianamente: o interno e o externo. O primeiro grupo é aquele com o qual há uma identificação pessoal, seja em sentimentos, atitudes ou opinião. Já o grupo externo indica o não pertencimento do indivíduo aos demais membros. É comum perceber, nos grupos internos, o sentimento de superioridade, que vai desde interesses esportivos, códigos de honra, patriotismos, ódios nacionalistas e até raciais.¹⁹⁴ Arthur Ramos, em um dos seus trabalhos sobre psicologia social, considera a relação intrínseca que há entre o indivíduo e a sociedade da seguinte forma:

Estas considerações bastam para mostrar como o grupo social influencia o indivíduo, moldando-o aos seus padrões de atitudes, opiniões e julgamento. Estamos aqui justamente entre o ponto de interseção entre a psicologia e a sociologia. O indivíduo é delimitado pelas medidas do seu físico e de sua psiquê – emoções, sentimentos, volições, temperamento. (...) O indivíduo vive na sociedade como membro de grupo, como “pessoa”, como “*socius*”. A própria consciência de sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas ações do “eu” e os “outros”, entre o grupo interno e o grupo externo.¹⁹⁵

Como mostra Arthur Ramos na citação acima, as ações do homem estão intimamente ligadas à sua experiência em sociedade, de modo que sempre haverá elementos nas suas atitudes que corresponderão ao pensamento social da época em que vive. Algumas cenas dos romances *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma* sinalizam alguns pressupostos racistas presentes na sociedade brasileira no que concernem ao negro, assim como seus hábitos sócio-culturais. A imagem desqualificada dos descendentes de africanos estava presa, como já foi posto no capítulo anterior, aos ditames da ciência do período que os considerava inferiores e incapazes.

Em *Canaã*, estão presentes algumas elaborações subjetivas de parte da sociedade brasileira do início do século XX, a respeito da população negra. Em uma cena em que os imigrantes alemães estão juntos com trabalhadores brasileiros fazendo a medição da terra que será entregue para os estrangeiros. Nesse trecho, mais uma vez, Lentz, o imigrante que não esconde sua repulsa pelas raças não brancas, fica admirado por Joca e Felicíssimo, dois mulatos, se comunicarem em alemão, façanha que os alemães não conseguiam na situação inversa, uma vez que os arianos demonstravam dificuldades com o português. Não satisfeito com o êxito dos brasileiros, Lentz começa a investigar e se delicia com a confissão de Joca ao admitir que tem dificuldades com outros idiomas.

¹⁹⁴ RAMOS, 2003, p.237.

¹⁹⁵ RAMOS, 2003, p. 238.

Joca aprovou convicto e ajuntou que ele mesmo já falava mais alemão que a sua língua e arranhava um pouco no polaco e o italiano. No fundo do pensamento de Lentz houve um júbilo por essas confirmações da insuficiência do meio brasileiro para impor uma língua. Essa fraqueza não seria uma brecha para os futuros destinos germânicos daquela magnífica terra? E pôs-se a cismar com os olhos abertos e fulgurantes.¹⁹⁶

Lentz está tão imbuído de um conhecimento sobre as populações não brancas e países não europeus, como o Brasil, que fica cego diante de qualquer evidência que conteste a “verdade” do discurso científico, o qual qualificava os negros, indígenas, entre outras etnias, como incapazes. Primeiro, ele fica surpreso por Felicíssimo e Joca conhecerem o alemão; não contente em perceber que os brasileiros ultrapassaram aquela barreira, procura outro motivo para justificar sua teoria de que um povo mestiço carregava consigo uma degenerência, incapacidade. A felicidade de Lentz está em acreditar que o povo brasileiro- uma comunidade mestiça - não tem capacidade para “impor mais de uma língua”, o país se renderia à “superioridade” da cultura alemã.

A opinião do imigrante sobre os brasileiros era, no período, um modelo construído e partilhado por um grupo de pessoas e que se difundiu na sociedade. Ainda que Felicíssimo e Joca não se enquadrassem na moldura de incapazes, pois conseguiram aprender o alemão, ele forçou o enquadramento numa outra situação: que não teriam condição de dominar mais de um idioma. O narrador, através do personagem Lentz, representa o pensamento racista a que muitos brasileiros eram submetidos, no final do século XIX e início do XX, principalmente os negros, por serem considerados, dentre a categoria de inferiores, os mais desqualificados.

Lima Barreto, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, critica representações preconceituosas em relação ao negro que estava presente no inconsciente coletivo da população no contexto do romance. A crítica aparece em um trecho em que os vizinhos de Quaresma comentam a respeito do violão, num período em que o instrumento era bastante discriminado. Mesmo no subúrbio, onde a discriminação era menor, o desprestígio do instrumento não era menos intenso. As pessoas que impunham respeito e importância naquele meio social, a classe média do subúrbio, tinham consciência de que não deveriam se misturar com indivíduos que se envolviam com a arte de tocar

¹⁹⁶ ARANHA, 1998, p. 53.

viola. Por isso, quando o major Quaresma decide fazer aula de violão com Ricardo, o espanto foi geral. Para aumentar ainda mais a gravidade da situação, Ricardo era mestiço. Todos os vizinhos comentavam.

(...) Além do compadre e da filha, as únicas pessoas que o visitavam até então, nos últimos dias, era visto entrar em sua casa, três vezes por semana e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado em uma bolsa de camurça. Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! Que seria?¹⁹⁷

Como resquício do Romantismo, no século XIX, o piano ainda era considerado um instrumento de glamour. A filha do general Albernaz, na festa de casamento da irmã, e Olga, no sítio Sossego, arrancam admiração dos que as assistem tocar com classe e elegância; esses são exemplos de como o instrumento estava associado à educação formal, europeizada. O violão, ao contrário, era a materialização da popularidade e não tinha como descolar sua imagem dos indivíduos que estavam alijados do centro da sociedade.

O Brasil vivia um momento de reconstrução e re-escrita de sua história a partir de mudanças dos hábitos da população, a reurbanização do Rio de Janeiro foi uma das medidas políticas excludentes. Lima Barreto re-escreve essa história ao registrar em seu texto o avesso desse período; o autor toma como elemento de sua escrita a população dos subúrbios cariocas que não participava dos benefícios daquelas mudanças que tomavam como parâmetro a cultura europeia. Essa forma de pensar o Brasil justifica a busca incessante em copiar as tradições vindas do velho continente, como afirma Sevcenko:

O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo do Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente os franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígios¹⁹⁸

As relações sociais dos personagens de *Triste fim de Policarpo Quaresma* não podem ser separadas da cultura historicamente construída pelo homem, que é muito anterior ao

¹⁹⁷ BARRETO, 1998, p.19.

¹⁹⁸ SEVCENKO, 2003, p. 51.

período das obras, eles vêm-se envolvidos por essa cultura e suas formas de pensar, agir, sentir o mundo externo serão totalmente influenciadas. No entanto, ainda que o sujeito sofra a influência do construto social, o posicionamento individual de cada um na sociedade fará com que ele reformule, reconstrua as compreensões presentes na cultura.

Em *Canaã* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto e Graça Aranha marcam em seus textos o pensamento da época em que muitos negros, devido a toda uma estrutura sócio-política, ou à falta dessa, vivem em situação de desigualdade social.

A literatura é a arte que usa as palavras como seu instrumento de criação. A palavra literária desvenda mundos, acrescenta, subtrai, congrega e separa. O artista ou o autor é aquele que dá à “inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência e sua inserção no real”¹⁹⁹. É por meio da capacidade de inserção, de que fala Foucault, que Graça Aranha e Lima Barreto representam a sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. Os textos trazem consigo sentenças pressupostas, não ditas, mas presentes. Nas cenas em que aparecem negros, nos dois textos, os autores exploram um aspecto, como a baixa condição social, por exemplo, e o leitor o associa à condição oposta daquele fato o que está por ser dito e, ainda que seja mudo, ecoam no texto, o racismo, a condição de inferioridade dos personagens negros.

Graça Aranha explora o implícito no seu romance, trabalhando com a idéia da pureza das raças: o branco aparece como único paradigma racial pelo qual os não-brancos são seduzidos. A personagem Maria, uma imigrante alemã expulsa da casa onde morava, vai presa pela acusação de ter matado o seu filho; na cadeia, a moça é a única mulher e os soldados, homens negros, não resistem à tentação, sentem-se atraídos, principalmente por ela ser branca.

Chegando ao Cachoeiro, foram logo à cadeia. Durante a ausência de Milkau, tinha conhecido Maria uma nova tortura, a que sai das perseguições da sensualidade. Com a sua brancura, com a estranheza da sua raça, ela vinha já de algum tempo alvoroçando os soldados negros. A princípio, o aspecto severo da desgraça os afastavam, envolvendo em um círculo de respeito e de proteção; imperceptivelmente, porém, a convivência e a familiaridade foram permitindo que neles se erguessem o desenfreado desejo. Procuraram seduzi-la, comunicando pelo instinto a lubricidade; mas quando a viram insensível e obstinada nas suas recusas,

¹⁹⁹ FOUCAULT, 1999, p. 28

fugindo ao velho costume da prisão, onde as mulheres encarceradas eram amantes dos guardas, enfureceram-se e empregaram para vencê-la o medo, a força e a crueldade. As suas noites eram agitadas, escapando ela sempre de ser violada pelos soldados assanhados e bêbados. Debatia-se nas mãos deles, e salvava-se, ou pela disputa sensual da posse, que entre os dois pretos se formava, ou pelo alarido levantado diante do qual se recolhiam cobardes e espavoridos.²⁰⁰

Percebe-se na narração do texto que era algo novo o fato de uma imigrante alemã ir parar naquela prisão. Pode-se chegar a tal conclusão pelo destaque que o narrador dá à “brancura” da mulher que chega a causar estranheza aos homens. Era comum que mulheres presas fossem amantes dos funcionários, mas, ao que tudo indica, essas não eram brancas. No início, a cor da pele e também a língua foram empecilhos para as investidas dos soldados; depois, essas barreiras foram quebradas, eles começam a se comunicar com a mulher, de outra maneira que não com a língua, demonstrando o quanto estavam interessados pela jovem. Essa cena, além do interesse sexual dos soldados por Maria, não traz nada de novo quando se pensa que aqui está sendo representada uma sociedade racista, em que o tipo ideal era o branco, por isso o deslumbramento ou o encanto dos soldados.

Há, entretanto, na continuidade desse trecho, um detalhe que se pode considerar como o implícito no texto. Trata-se do modo como o narrador descreve o personagem negro, o soldado que trabalhava na prisão de Cachoeiro, como já foi dito no capítulo II, esse era tratado simplesmente como “soldado negro”. Pode-se perceber isso na transcrição abaixo:

- Vamos! Levanta-te... disse-lhe ele, baixo e com firmeza, sacudindo o morno carinho, recolhendo e enfeixando com energia as suas forças mais intensas. Obedecendo, Maria ergueu-se; e pela mão de Milkau foi seguida pela casa meio escura. No corredor, a claridade da noite, que entrava pela porta da rua, aberta como de costume, deixava ver o corpo de um soldado negro dormindo numa postura brutal, como uma figura tosca e arcaica. A prisioneira alarmada quis recuar; Milkau tomou-lhe as mãos com império e passou com ela sereno e forte ao lado da sentinela, conduzindo-a para a noite e para liberdade²⁰¹.

A maneira como o personagem aparece no texto é grosseira, “numa postura brutal, como uma figura tosca e arcaica”, nota-se um resquício de desprezo. A relação do narrador com a linguagem evidencia o que talvez não deveria ser exposto, e essa linguagem não é nada inocente ao anunciar a opinião do narrador. Ao referir-se a alguém ou algo, o narrador, que é o locutor do texto, utiliza uma estrutura de significado

²⁰⁰ ARANHA, 1998, p. 187.

²⁰¹ ARANHA, 1998, p. 190.

que fundamenta o seu sentido. É na descrição do sentido semântico do texto que se procura compreender a referência do locutor sobre o evento. Pouco adianta buscar a intenção do autor, individual e psicologizada, na construção da cena descrita. O discurso enquanto evento singular precede essa exigência. Isto porque a mensagem, enquanto escrita, cria um hiato na referência entre o locutor e o intérprete só preenchida pelo referente textual.²⁰²

Assim sendo, pode-se dizer que o narrador não consegue se desvincular do contexto sócio-histórico em que está inserido, no qual as teorias raciológicas “definiam” quem se encontrava na base ou no topo da “pirâmide étnica” da sociedade brasileira. Não se pode deixar de considerar essa realidade na análise da representação do outro. A respeito desse papel da representação na literatura, Arnt se coloca:

No entanto, isso que se costuma chamar de “representação do outro” não pode ser desvinculado do contexto maior em que se insere, que é o da “interpretação da realidade através da representação literária”, ou seja, não se pode esquecer que as relações humanas são mediadas pela estrutura social em que se dão, o que significa que, ao tentar se aproximar de uma classe e de uma etnia que não são as suas, o escritor está circundado por estruturas políticas, ideológicas, culturais, etc. que são fundantes no seu processo de produção da obra.²⁰³

Como já foi comentado no capítulo I, Graça Aranha tem uma formação escolar em uma das principais instituições de saber do país, na qual se destacam nomes importantes da intelectualidade brasileira que defendiam as teorias racistas no século XIX. Não se pretende entrar aqui no campo da discussão teórica sobre o papel do autor no texto, por esse ser um terreno movediço, entretanto alguns críticos literários como Compagnon, defendem a idéia de que, ao se interpretar um texto, é iniciado um processo de construção de conjecturas sobre a intenção humana em ato.²⁰⁴ Na mesma linha de raciocínio, Dante Moreira Leite, ao falar sobre literatura e psicologia, compara-a com a ciência e mostra o quanto a arte literária tem de expressão pessoal do autor.

(...) Assim, a ciência procura um nível de objetividade, onde se elimina a perspectiva pessoal do investigador, enquanto a literatura é a expressão da perspectiva do artista criador. Mas esta perspectiva, embora fundamental, encontra limites na possibilidade de comunicação com os outros; se assim não fosse, a arte mais perfeita era a dos psicóticos, encerrada num mundo impenetrável e inexplicável.²⁰⁵

²⁰² RICOUER, 1996, p. 32.

²⁰³ ARNT. A representação do negro na prosa brasileira contemporânea: uma geografia. www.igualdaderacial.unb.br/pdf/. Acessado em 21/01/09

²⁰⁴ COMPAGNON, 2001, p. 49.

²⁰⁵ LEITE, 2002, p. 78.

Em relação aos autores em estudo, não se pode dizer que as “perspectivas do artista criador”, como coloca Dante Moreira Leite, acontecem na mesma proporção para os dois escritores, uma vez que a trajetória de vida de ambos é bem diferente. Graça Aranha, ao representar o negro em sua obra, o faz do lugar de um branco, bem sucedido em sua vida pessoal e profissional, enquanto que Lima Barreto, ao fazer o mesmo movimento, ainda que não seja o caso específico de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, coloca-se enquanto sujeito que viveu experiências comuns a seus personagens.

Lima Barreto, ainda que tenha percorrido caminhos diferentes de Graça Aranha, não escapa das teias ideológicas a que era contemporâneo e acaba por reproduzi-las de forma implícita na tessitura do seu texto. No mesmo trecho em que o autor denuncia explicitamente o descaso das autoridades para com a saúde pública, através da personagem Sinhá Chica, a rezadeira, ele é traído pela palavra e acaba deixando no texto as marcas de suas concepções pessoais a respeito das tradições africanas, como se pode perceber na cena abaixo:

A de Sinhá Chica, quase grátis, ia ao encontro da população pobre, daquela cujos cérebros, por contágio ou herança, ainda vivia os manitus e manipansus, sujeitos a fugirem aos exorcismos, bendezura e fumigações. A sua clientela, entretanto, não só se resumia a gente pobre da terra, ali nascida ou criada; havia mesmo recém-chegados de outros ares, italianos, portugueses e espanhóis, que se socorriam da sua força sobrenatural, não tanto pelo preço ou contágio das crenças ambientes, mas também por aquela estranha superstição européia de que todo negro gente colorida penetra e é sagaz para descobrir as coisas malignas e exercer a feitiçaria. Enquanto a terapêutica fluídica ou herbácea de Sinhá Chica atendia aos miseráveis, aos pobretões, a do doutor Campos era requerida pelos mais cultos e ricos, cuja evolução mental exigia a medicina regular e oficial.²⁰⁶

Nota-se um desprezo pelas tradições africanas, observa-se quase uma ironia ao se dirigir aos negros: uma população pobre, cujos cérebros por contágio ou por herança ainda acreditavam nas entidades e tradições africanas, ao passo que a clientela de doutor Campos era requintada e apresentava “uma evolução mental”. Lima Barreto aqui acaba por concordar com os princípios científicos do darwinismo que consideravam a evolução das espécies, essa teoria defendia que algumas espécies da natureza evoluíram em detrimento de outras. No contexto da análise, os negros não evoluíram, por isso

²⁰⁶ BARRETO, 1998, p. 164.

eram incapazes e inferiores, o que sabiam atribuíam-se ao “contágio”, para usar os termos do narrador.

Canaã e *Triste fim de Policarpo Quaresma* são duas obras que representam o final do século XIX e início do XX do Brasil, um período marcado por mudanças sociais e ideológicas, já apontadas ao longo deste trabalho. Uma análise dos personagens negros dessa sociedade, a partir das representações feitas pelas duas obras, apresenta situações vividas pelos negros do período sob perspectivas distintas.

Graça Aranha, enquanto escritor branco que escreve sobre negros, representa seus personagens tomando como parâmetro ideologias com que o autor se identificava, ou seja, o modelo branco europeizado de cultura muito comum à sociedade da época e a futuros intelectuais do país, como mostra Brookshaw:

Assim, Graça Aranha foi o primeiro escritor a criar um romance fora do ideal de “retorno a cor branca” ou “branqueamento”. Neste sentido, Lins está certo ao dizer que *Canaã* já era moderno e o é ainda. Sua contínua atualidade, porém, é uma medida da força do mito do branqueamento e do conservantismo fundamental de escritores mais recentes como Gilberto Freire e Jorge Amado, cujas descrições do afro-brasileiro em todos os seus matizes indicam um contínuo preconceito de raça e cor, a lealdade à solução baseada em propostas de brancos para integração dos diferentes elementos étnicos do seu país.²⁰⁷

Lima Barreto, por outro lado, traz para seu texto personagens negros e mestiços, sob uma perspectiva que não é a mesma de Graça Aranha. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, há a desestruturação de personagens negros que tentavam se adequar ao meio social europeizado. Sobre essa conscientização de Lima Barreto na construção dos seus personagens, Brookshaw comenta:

Contudo, a visão que Lima Barreto tinha do Rio em sua época era fundamentalmente pessimista, uma vez que o via como uma cidade em que a elite vivia em exílio espiritual, com a mente voltada para a Europa, enquanto que o mestiço e os pobres em geral viviam no exílio social dos subúrbios, aparecendo na capital só durante o dia para o trabalhar. Embora os romances de Barreto sejam um testemunho amargo da alienação social do negro e “mestiço” no início do século, eles também constituem um forte ceticismo à falta de liderança da elite de “arrivistas” que não tem força moral e esqueceu suas origens humildes²⁰⁸.

²⁰⁷ BROOKSHAW, 1983, p. 67.

²⁰⁸ IDEM, p. 168.

Ainda que os dois romances sejam contemporâneos, a representação do negro em ambos é feita sob óticas diferentes, entretanto os olhares dos dois narradores acabam por repousarem no mesmo foco: a condição de ser negro no Brasil no início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre a ordem do discurso, Foucault caracteriza-os de três maneiras: os que “se dizem”, os que “são ditos” e os que “estão ainda por dizer.” *Nós os conhecemos nos nossos sistemas de cultura: são os textos religiosos, os jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”.*²⁰⁹

O texto literário transita nos limites dos discursos que “são ditos” e aqueles que “estão ainda por dizer” de que fala Foucault. A palavra apresenta muito mais do que está escrito, ela consegue fundir ficção e realidade indo de uma margem a outra desses universos, de modo que, ao representar a realidade, o faz de maneira que as fronteiras entre ambos tornam-se invisíveis.

Este trabalho foi desenvolvido a partir dos limites tênues entre as fronteiras da ficção e realidade, ao analisar como os negros do Brasil do início do século XX foram representados em *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma*. Foi proposta uma análise da representação social desses personagens e suas relações pessoais e sociais. Foram consideradas principalmente as elaborações na política nacional e na ciência, que tiveram implicação direta na inserção dos negros à sociedade. Na investigação, considerou-se também as interações entre os próprios personagens das obras, os quais representavam as ideologias do período.

A presença e importância dos personagens negros de *Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma* refletem a condição de vida que eles tinham na sociedade brasileira em um

²⁰⁹ FOUCAULT, 1999, p. 22.

período em que pressupostos raciais eram mais fortes que laços de nacionalidade. Os personagens representam figuras secundárias, a maioria marginalizada.

O contexto histórico em que os romances foram lançados está marcado pelo discurso da ciência. O impacto das teorias raciológicas no pensamento, nas estruturas sociais e emocionais do povo brasileiro afetou a cultura as idéias e a vida cotidiana de indivíduos presentes nos diversos segmentos da população. As relações interpessoais de colegas de trabalho, membros de uma família, amigos ou ainda o Estado e seus representantes quando pensavam no negro, enfim todas as interações foram marcados por um discurso que hierarquizou a espécie humana: o branco eleito como raça superior, aprisionou os não brancos nas teias do preconceito. Para os negros, a sentença foi um pouco mais pesada: foram confinados nas masmorras do racismo.

A arte literária é a possibilidade de recriar a realidade, o artista então passa a ser o criador de mundos. A literatura é mais uma manifestação da arte em que o escritor, por meio do discurso, ressignifica realidades, revela o oculto ou oculta o que está à vista. Segundo Foucault “o discurso seja aparentemente boa coisa, as interdições, que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e o poder.”²¹⁰

Graça Aranha e Lima Barreto, cada um carregando desejos próprios, se utilizam do poder que o texto lhes confere e representam – nas obras em estudo – a sociedade brasileira do início do século XX na qual negros estavam exilados das fronteiras de um Brasil branco que se tentava construir.

²¹⁰ FOUCAULT, 1999, p. 10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais - Fundação Palmares, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Ática. 1989.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. 4 ed. São Paulo. Editora Ática, 1998.
- AZEVEDO, Maria Helena Castro. **Um senhor modernista**: biografia sobre Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- ARNT, Gustavo. **A representação do negro na prosa brasileira contemporânea**: uma geografia. Disponível em :
http://www.igualdaderacial.unb.br/pdf/A_REPRESENTACAO_DO_NEGRO_NA_PROSA_BRASILEIRA.pdf. Acessado em 21/ 01/2009.
- BALIBAR, Etienne. Racismo y nacionalismo. In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel **Raza, nación y clase**. Lepala. Madrid, 1988. p. 1 -24.
- BANCHS, María Auxiliadora. Representaciones sociales y subjetividad. In: FURTADO, Odair; GONZÁLEZ REY Fernando Luiz. (orgs). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 43-64
- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.
- BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro**: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. **História concisa da literatura brasileira**. 39ª. ed. São Paulo: Editora Pensamento - Cultrix Ltda, 1994.
- BOBBIO, Norberto, [et. al.]. **Dicionário de Política**. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BROOKSHAW. David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BRITO, Mário da Silva. **História do Modernismo Brasileiro**: antecedentes da Semana de Arte Moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- CARNEIRO, Edison, **Antologia do negro brasileiro**: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2005.

- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 22, n. 65, Oct. 2007. p. 17-31 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 Jun. 2008.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados.** São Paulo: v. 5, n. 11, Abril. 1991 p. 173-191 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jun. 2008
- CROCHIK, José Leon. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. **Psicologia USP,** São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. p. 69-85 disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jun. 2008
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas:** um estudo sobre a violência urbana, a mídia imprensa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro-Niterói: Oficina do Autor - Intertexto, 2001.
- COMPAGNON, Antonie. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição;** 7ª.ed. São Paulo: Global, 2001.
- FÁTIMA, Oliveira; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves et AL (org). **Psicologia social contemporânea:** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 104-117.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe.** 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 33ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.
- FREIRE Roberto de Barros. **O público e o privado.** Disponível em: www.fflch.usp.br/df/geral3/roberto.html Acesso em: 10 de mar. de 2008..
- FURTADO, Odair. As dimensões subjetivas da realidade. In FURTADO, Odair; GONZÁLEZ REY Fernando Luiz. (orgs). **Por uma epistemologia da subjetividade:** um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 91-105.

- FURTADO, Junia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, Flavio dos Santos. **Negros e políticas (1888-1937)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8ª. ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In JODELET, Denise (Org.), **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LANE, Sílvia T. M. A dialética da subjetividade versus objetividade. In FURTADO, Odaí; GONZÁLEZ REY Fernando Luiz. (orgs). **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 11-18.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional Brasileiro: história de uma ideologia**. 7ª ed. rev. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____ **Psicologia e Literatura**. 5ª. ed. rev. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 23-40
- LEONÍDIO, Adalmir. O valor da violência. Conflitos rurais e esfera pública no Brasil. In **Congresso Latino-americano de sociologia rural**, VII, 2006, Quito. Disponível em www.alasru.org/cdaldasru2006/17%20GT%20Adalmir%20Leonidio.pdf. Acesso em: 10 dez. 2008.
- MARTHA, Alice Áurea Penteado. Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922): a conspiração de silêncio. **Acta Scientiarum**, Universidade Estadual de Maringá, v. 22, n. 1, 2000. p. 59-68
- MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil (Vol. I e II)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MATTOSO, Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes. 1995. p. 89-111.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, 2005.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MOURA, Cloves. **O Negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NASCIMENTO, Abdias do, A estética da branquira nos artigos negros aculturados. In NASCIMENTO, Abdias do, **O Brasil na mira do Panafricanismo**. Salvador: EDUFBA/ CEAO/, 2002. p. 179-186
- NETTO, José Apóstolo. Monteiro Lobato: a recriação do livro no Brasil. **Revista espaço acadêmico**. São Paulo: n 28, setembro de 2003. disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28netto.htm> acessado em 18 mar. 2008.
- OCTAVIO, Rodrigo (Filho). **Nova conversa sobre Graça Aranha**. Rio de Janeiro, MEC, 1955.
- OLIVEIRA, Fátima; WERBA, Graziela C. Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves et al (org). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p 104-117,
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense , 1994.
- PAES, José Paulo. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira**: prosa e ficção de 1870 a 1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- PESSOA, Fernando. Mensagem In PESSOA, Fernando **Tabacaria e outros poemas**, Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 1996. p. 5-7.

- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social**. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- REIS, João José. **A revolta dos Malês em 1853**. Disponível em: www.takydin.net/docs/revolta_males.doc Acessado em: 08 de mar. 2009
- RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto, Afonso Henriques de 1881-1922**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- RICOUER, P. **Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Lisboa, Edições 70, 1996.
- SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary .Jane. (org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-45.
- SANCHES NETO, Miguel. Crítica e função social. In: **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, Volume I 1º semestre de 2005. p. 11-20.
- SANTOS, Augusto Salles dos. Historical Roots of the “Whitening” of Brazil. **Latin American Perspectives**, Estados Unidos da America, v. 29, n. 1, p. 61-82, 2002.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. Milton Hatoum (trad). São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé. In: SANTIAGO, Silviano **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p 163 -181
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 6ª. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1978.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Caderno CEDES** v.26 n.70 Campinas set./dez. 2006. p. 373-391 disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300006&lng=en&nrm=iso> Acessado em 21 de mar 2009.
- SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: (vários autores) **Racismo no Brasil**. São Paulo/Petrópolis; ABONG, 2002. p 17 -43 _____ . Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: CHOR MAIO, Ricardo Ventura Santos (org). **Raça ciência e sociedade** Rio de Janeiro:FIO CRUZ/CCBB, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOMMER, Doris. **Ficções de fundação:** os romances nacionais na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SPINK, Mary Jane P.. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Sept. p. 300-308, 1993 . Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300017&script=sci_arttext. Acessado em 21 de mar de 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro:** apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas de 1857 a 1972. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

VEJA, **Sob As asas do poder.** São Paulo: jul, 2001, Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250701/entrevista.html>. Acessado em 07 de jnh 2008